



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Relatório de Gestão do Exercício de 2015

Brasília/DF
2016

Prestação de Contas Ordinárias Anual
Relatório de Gestão do exercício de 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015. Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Gabinete da Diretoria-Geral, com o apoio das demais unidades do CNJ, conforme Processo SEI 9665/2015.

Brasília/DF
2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU – Advocacia Geral da União
AM – Amazonas
ARP – Ata de Registro de Preços
ASCONJ – Associação dos Servidores do Conselho Nacional de Justiça
ASES – Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios
BF – Balanço Financeiro
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão
CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CE – Ceará
CEAJUD - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
CEJUSCS – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGTIC – Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNA – Cadastro Nacional de Adoção
CNACL – Programa Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei
CNCA – Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos
CNIUIS – Programa Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
COGS – Coordenadoria de Gestão de Sistemas
CPC – Código de Processo Civil
DFC – Demonstração do Fluxo Financeiro
DGE – Departamento de Gestão Estratégica
DMF – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
DP – Departamento de Polícia
DPJ – Departamento de Pesquisa Judiciária
DPVAT – Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DTI – Departamento de Tecnologia da Informação
EaD – Educação a Distância
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
EC – Emenda Constitucional
EcoCâmara - Comitê de Gestão de Sustentabilidade da Câmara dos Deputados
ES – Espírito Santo
FAQ – Dúvidas Frequentes
FONTET – Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho
GEAFIN – Gestão Administrativa e Financeira
GRU – Guia de Recolhimento da União
IGovTI – Índice de Governança de TI
IN – Instrução Normativa

Infojuris – Informações Jurídicas
IPP – Índice de Produtividade
IT – Indicador de Transparência
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
LTDA – Limitada
MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade
MP – Ministério Público
MPWS – *Web Service* do Banco Nacional de Mandados de Prisão
NBCT – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NBR – Norma Brasileira
NT – Norma Técnica
NUCOP - Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao acompanhamento de Projetos
NURER – Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos
NURER – Sistema de Automação para os Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
OGS – Órgão Governante Superior
PAA – Plano Anual de Auditoria
PAC – Programa de Aceleração de Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAISÁ – Ações Intersetorias para a Efetivação da Assistência à Saúde e Assistência Social no Sistema Prisional
PAM – Processo de Adoção de Medidas
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PETIC – Planejamento Estratégico Tecnologia da Informação e Comunicação
PI – Piauí
PJ – Poder Judiciário
PJe – Processo Judicial Eletrônico
PLS – Plano de Logística Sustentável
PLS-PJ – Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário
PO – Planos Orçamentários
Projudi – Processo Judicial Digital
PSI – Política de Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação
QDD – Quadros de Detalhamento da Despesa
QP – Quantidade de tribunais que publicaram os quadros e mapas
QT – Quantidade de tribunais com obrigação de publicação
QVT – Qualidade de vida no trabalho
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
RPP – Restos a Pagar Processados
RPPS – Regime Geral de Previdência Social
SAAN – Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte
SCI – Secretaria de Controle Interno
SCRN – Setor Comercial Residencial Norte
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SEDUC – Seção de Educação Corporativa

SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SEGED – Seção de Gestão de Desempenho
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SEPN – Setor de Edifícios Públicos Norte
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICJUS - Sistema de Comunicação do Poder Judiciário
SIS – Serviços Integrados de Saúde
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
STM – Superior Tribunal Militar
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAP – Termo de Abertura de Projeto
TCU – Tribunal de Contas da União
TEP – Termo de Encerramento do Projeto
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TJGO – Tribunal de Justiça do Goiás
TLC – Tabela de Lotação de Cargo
TRF – Tribunal Regional Federal
TRFs – Tribunais Regionais Federais
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UG – Unidade Gestora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
W3C – Consórcio World Wide Web
WAN - Wide Área Network

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1. Visão geral do CNJ.....	14
1.1 Finalidade e Competências.....	14
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	14
1.3 Ambiente de Atuação	15
1.4 Organograma.....	15
1.5 Macroprocessos Finalísticos	22
2. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional.....	27
2.1 Planejamento Organizacional.....	27
2.2 Formas de instrumentos de monitoramento da Execução e Resultados dos Planos	33
2.3 Desempenho orçamentário	34
2.3.1 Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	34
2.3.1.1 Análise Situacional.....	50
2.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	59
2.3.3 Informações sobre a execução de despesas.....	60
2.3.4 Informações sobre suprimento de fundos.....	64
2.4 Desempenho operacional	67
2.4.1 Poder Judiciário.....	67
2.4.2 Conselho Nacional de Justiça.....	74
2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	79
3. Governança.....	91
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	91
3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados.....	91
3.3 Atuação da unidade de auditoria interna	93
3.4 Apuração de ilícitos administrativos	96
3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos	97
4. Relacionamento com a Sociedade.....	101
4.1. Canais de acesso do cidadão ao CNJ	101
4.1.1 Ouvidoria.....	101
4.1.2 Corregedoria.....	108
4.1.2 Secretaria de Comunicação Social	108
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	109
4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	110
4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação do CNJ	112
4.5 Medidas relativas à Acessibilidade	112
4.5.1 Acessibilidade das instalações	112
4.5.2 Acessibilidade dos produtos e serviços.....	113
4.5.2.1 Acessibilidade dos sistemas de informática.....	113
5. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis	116
5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	116
5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito do CNJ	118
5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	119
5.3.1 Apresentação dos critérios contábeis utilizados.....	119

5.3.1	Informação sobre os itens constantes das Demonstrações Contábeis	119
5.3.1.1	Balço Patrimonial	119
5.3.1.2	Demonstração de Variações Patrimoniais	121
5.3.1.3	Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e Balço Financeiro - BF	122
5.3.1.4	Balço Orçamentário	122
6.	Áreas Especiais da Gestão	124
6.1	Gestão de Pessoas.....	124
6.1.1	Estrutura de Pessoal da unidade	124
6.1.1.1	Composição da força de trabalho	124
6.1.1.2	Distribuição da força de trabalho	125
6.1.1.3	Observações sobre a classificação das unidades do CNJ.....	127
6.1.1.4	Grau de escolaridade, especialização e idade dos servidores.....	131
6.1.1.5	Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	131
6.1.1.6	Situação dos servidores inativos e aposentados	131
6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	132
6.1.3	Capacitação de Pessoal.....	135
6.1.4	Gestão de riscos relacionados a pessoal.....	137
6.1.5	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	137
6.1.6	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	143
6.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	149
6.2.1	Gestão da Frota de veículos	149
6.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis.....	150
6.2.3	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	151
6.3	Gestão da Tecnologia da Informação	152
6.3.1	Principais sistemas de informações.....	152
6.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	152
6.3.3	Processo Judicial Eletrônico (PJe)	158
6.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	159
7.	Conformidade da Gestão e Demandas dos órgãos de controle	162
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	162
7.2	Tratamento de recomendações da Secretaria de Controle Interno	163
7.3	Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	171
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/93	172
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	173
	ANEXO I – Demonstrações Contábeis.....	175
	ANEXO II – Principais sistemas de informação do CNJ	188
	ANEXO III – Projetos de TI desenvolvidos no período	196

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Áreas estratégicas do CNJ.....	20
Quadro 2. Macroprocessos finalísticos	22
Quadro 3. Ação sob a responsabilidade do CNJ: Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos	35
Quadro 4. Ação sob responsabilidade do CNJ: Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça.....	36
Quadro 5. Ação sob responsabilidade do CNJ: Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário – PJe.....	37
Quadro 6. Ação sob responsabilidade do CNJ: Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	38
Quadro 7. Ação sob a responsabilidade do CNJ: Comunicação e Divulgação Institucional.....	39
Quadro 8. Ação sob responsabilidade do CNJ: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.....	39
Quadro 9. Ação sob responsabilidade do CNJ: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	41
Quadro 10. Ação sob responsabilidade do CNJ: Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	42
Quadro 11. Ação sob responsabilidade do CNJ: Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.....	43
Quadro 12. Ação sob responsabilidade do CNJ: Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.....	44
Quadro 13. Ação sob responsabilidade do CNJ: Pagamento de Pessoal Ativo da União.....	45
Quadro 14. Ação sob responsabilidade do CNJ: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	46
Quadro 15. Ação sob responsabilidade do CNJ: Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	47
Quadro 16. Ação sob responsabilidade do CNJ: Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações	48
Quadro 17. Ação: Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	49
Quadro 18. Restos a Pagar Processados (RPP).....	59
Quadro 19. Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	60
Quadro 20. Despesas por modalidade de contratação.....	61
Quadro 21. Despesas por grupo e elemento de despesa.....	62
Quadro 22. Concessão de Suprimento de Fundos.....	65
Quadro 23. Utilização de Suprimento de Fundos	65
Quadro 24. Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência	66
Quadro 25. Avaliação do Sistema de Controles Internos.....	97
Quadro 26. Força de Trabalho do CNJ – Situação apurada em 31/12/2015.....	124
Quadro 27. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do CNJ (Situação em 31 de dezembro de 2015)	125
Quadro 28. Distribuição da Lotação Efetiva - Situação apurada em 31/12/2015	126
Quadro 29. Quantitativo Percentual dos Cargos em Comissão (Posição em 31/12/2015).....	126
Quadro 30. Quantitativo Percentual das Funções Comissionadas (Posição em 31/12/2015).....	127
Quadro 31. Classificação das Unidades do CNJ	128

Quadro 32. Despesas do pessoal	133
Quadro 33. Quantitativo de eventos de capacitação em 2015.....	135
Quadro 34. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos	144
Quadro 35. Quantitativo de estagiários no CNJ.....	148
Quadro 36. Discriminação dos imóveis sob responsabilidade do CNJ em 2015.....	152
Quadro 37. Treinamentos realizados servidores de TIC do CNJ.....	154
Quadro 38. Treinamentos Não Realizados servidores de TIC do CNJ.....	155
Quadro 39. Força de trabalho de TIC do DTI.....	156
Quadro 39. Acompanhamento dos Acórdãos de 2015 encaminhados pelo TCU para o CNJ.....	162
Quadro 40. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	165
Quadro 41. Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	172

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão integrante do Poder Judiciário, criado pela Emenda Constitucional (EC) n° 45, de 30/12/2004, alterada pela EC n° 61, de 11/11/2009, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, nos termos do art. 103-B, § 4°, da Constituição Federal.

Em 2015, a atuação institucional do CNJ foi marcada pelo desenvolvimento de várias ações nas suas diferentes áreas de atuação: planejamento estratégico, proposição de políticas judiciárias, modernização tecnológica do Judiciário, implantação das audiências de custódia, incentivo a conciliação e a mediação, pacificação e responsabilidade social e garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais.

Ao longo do Relatório serão apresentadas informações a respeito das realizações da gestão de 2015, cabendo destacar as seguintes:

- Em comemoração aos 10 anos da criação do CNJ, foram desenvolvidos vários projetos, dentre os quais se destaca o lançamento da Revista CNJ, que consiste em uma publicação periódica semestral que trará os principais conteúdos institucionais e de interesse acadêmico. A primeira edição, publicada em dezembro de 2015, tratou sobre os Juizados Especiais, em celebração aos 20 anos da vigência da Lei n. 9.099/95.
- Implementação da “audiência de custódia ou de apresentação” perante o Poder Judiciário do país. O Projeto Audiência de Custódia consiste em uma das prioridades da atual gestão, tendo sido desenvolvido em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais. Consiste na apresentação de presos a um juiz em até 24 horas após o flagrante. Desde a implantação do projeto, em fevereiro de 2015, até o final de novembro de 2015, já evitou a prisão de 14 mil pessoas. O objetivo principal é humanizar a justiça e manter preso durante o processo apenas os violentos e que efetivamente representam perigo. Ainda, já apurou-se uma economia aos cofres públicos na ordem de R\$ 500 milhões e espera-se que em 2016 a economia chegue até R\$ 14 bilhões.
- Desenvolvimento e implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) nos Tribunais. Trata-se de sistema criado e fomentado pelo CNJ, marcado por uma construção democrática, que tem contado com a participação de técnicos de todos os tribunais. Apesar do alto investimento que vem sendo feito pelo CNJ, enfatiza-se que, com a implantação do PJe, os tribunais já economizaram milhões na compra de *softwares*. Em 2015, expandiu-se o uso e deu-se o início à implantação do sistema PJe em 17 tribunais estaduais, ampliou-se o uso no TRF da 5ª Região, e foi implantado nos TRFs 1º e 3ª Regiões. O sistema também entrou nos Tribunais Superiores, tendo sido implantado no TSE em agosto de 2015 e em 2016 será implantado no STF. Assim, espera-se a maximização da celeridade dos julgamentos realizados pelos Tribunais e o fortalecimento do programa de implantação do PJe no Poder Judiciário, proporcionando resultados positivos para os jurisdicionados.
- O 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Brasília/DF, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, teve por objetivo integrar os esforços dos segmentos da justiça para a melhoria da prestação jurisdicional no país, respeitando as especificidades de cada órgão. Este Encontro constituiu-se em um fórum democrático, em que os presidentes dos Tribunais brasileiros se reuniram para deliberação e aprovação da estratégia para 2016. Vale destacar que o Encontro foi realizado em Brasília-DF, a fim de reduzir custos com deslocamentos de participantes e da equipe de organização do evento.
- Criação do Plenário Virtual. O Plenário do CNJ aprovou emenda ao regimento interno (Emenda Regimental n. 2 de 15 de outubro de 2015) que permite o julgamento de processos

por via eletrônica. O objetivo do Plenário Virtual é melhorar o fluxo de pauta, reservando ao julgamento presencial os casos de maior complexidade.

- Relatório Justiça em Números. Pela primeira vez, o Relatório apresentou as informações sobre a estrutura do Poder Judiciário, com detalhamento das comarcas e varas instaladas por unidade da Federação. Outra novidade, há muito aguardada pelos leitores do Justiça em Números, é o tipo de demanda apresentada ao Judiciário ao longo de 2014 (ano-base do relatório 2015). Este foi o primeiro relatório em que foram apresentadas as classes processuais e os assuntos mais frequentemente demandados, com inúmeros reflexos no modo de se pensar a gestão da jurisdição no Brasil. A partir de mais esta inovação, passa a ser possível planejar a alocação de recursos também com base nos tipos processuais, o que amplia as condições de diversificar ações baseadas nas diferenças qualitativas da litigiosidade de cada tribunal.
- Preparação do CNJ para o novo Código de Processo Civil. O CNJ instituiu, por meio da Portaria n. 160, de 1º de dezembro de 2015, grupo de trabalho para avaliar e planejar o impacto do novo Código de Processo Civil (CPC) no âmbito do Poder Judiciário. O novo CPC entrará em vigor a partir de março do próximo ano.

No cumprimento de sua função institucional, o CNJ também edita resoluções que devem ser observadas pelo Poder Judiciário Nacional. Em 2015, foram editadas resoluções em importantes temas, dentre as quais se destacam:

- Resolução n. 201, de 3 de março de 2015 - Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ). Com a edição da referida Resolução, o Poder Judiciário nacional alcançou um novo patamar no que tange à responsabilidade socioambiental, corroborando o grau de amadurecimento desta temática, inserida no planejamento estratégico do Poder Judiciário. De acordo com os preceitos desse ato normativo, todos os órgãos e conselhos do supramencionado Poder deverão criar unidades ou núcleos socioambientais, estabelecer suas competências e implementar o respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).
- Resolução n. 203, de 23 de junho de 2015 – Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura. Com a aprovação da resolução, a magistratura é a primeira carreira jurídica a estabelecer esse tipo de política afirmativa para preenchimento de vagas.
- Resolução n. 215, de 16 de dezembro de 2015 – Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Cumprir destacar que, no exercício de 2015, a composição do Conselho foi consideravelmente alterada, haja vista o encerramento do mandato de 11 dos 15 Conselheiros, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal. A nova composição do CNJ se completou apenas em fevereiro de 2016, uma vez que o processo de nomeação dos membros é mais dificultoso, por depender, após a indicação do Presidente da República, de aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal. Assim, durante boa parte do exercício de 2015 o CNJ funcionou sem a presença de todos os seus integrantes, o que afetou diretamente no andamento dos projetos coordenados pelas Comissões Permanentes, que são integradas pelos Conselheiros. Por consequência, também refletiu na execução do Orçamento de Projetos do CNJ, que possui grande representatividade no Orçamento total do CNJ (44%).

Quanto à atuação interna do CNJ, destaca-se a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, cedido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sem ônus para o CNJ, que tem gerado celeridade na tramitação dos processos administrativos, além de economia de insumos para impressão e de outros materiais de consumo.

Dever de prestar contas e estrutura do relatório de gestão

O CNJ, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, apresenta ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à sociedade brasileira o presente relatório, que demonstra as práticas reais de sua gestão empreendidas no exercício de 2015 e propicia uma visão completa por meio de elementos e demonstrativos que evidenciam a regular aplicação dos recursos públicos destinados ao CNJ.

Na primeira parte do Relatório de Gestão será apresentada uma visão geral do CNJ, abordando sua finalidade e competências, ambiente de atuação, organograma do CNJ e uma visão geral acerca dos macroprocessos finalísticos da unidade (Capítulo 1).

Na sequência, será apresentado o Planejamento organizacional do CNJ, descrevendo-se os objetivos do exercício de 2015, em seguida apresentam-se os Desempenhos orçamentário (execução física e financeira das ações orçamentárias) e operacional e os Indicadores de Desempenho (Capítulo 2).

No Capítulo 3, será tratado a respeito da Governança da unidade, descrevendo-se as estruturas de governança e apresentando-se informações sobre os dirigentes e colegiados, a atuação da Secretaria de Controle Interno (unidade de auditoria interna do CNJ), apuração de ilícitos administrativos e gestão de riscos e controles internos adotados.

Também será dedicado um Capítulo do Relatório para tratar sobre o Relacionamento com a Sociedade, apresentando-se os canais de acesso do cidadão, os mecanismos de transparência das informações relevantes e as medidas para garantir acessibilidade aos produtos, serviços e instalações (Capítulo 4).

O Capítulo 5 se voltará para a abordagem do Desempenho Financeiro e informações contábeis do CNJ. O Capítulo 6, denominado “Áreas Especiais da Gestão”, tratará da Gestão de Pessoas no CNJ – abordando-se a estrutura de pessoal, as despesas e a gestão de riscos; Gestão do Patrimônio e Infraestrutura – frota de veículos e patrimônio imobiliário; Gestão de Tecnologia da Informação – principais sistemas, planejamento estratégico de TI, Processo Judicial eletrônico; e, por fim, será tratado sobre a Gestão ambiental e sustentabilidade.

O tratamento das recomendações do Tribunal de Contas da União e do órgão de controle Interno (Secretaria de Controle Interno) será explanado no Capítulo 7, além de outras medidas de conformidade adotadas pelo CNJ. Nesta parte, serão prestadas informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pelo desoneração da folha de pagamento.

Visão Geral do CNJ

1. Visão geral do CNJ

1.1 Finalidade e Competências

O CNJ integra o Poder Judiciário, conforme dicção do art. 92, inciso I-A, da Constituição Federal, e tem atuação em todo território nacional. Nos termos do § 4º do art. 103-B da CF, compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Sua função precípua, muito além da atividade de controle e fiscalização, é a de balizador de políticas públicas nacionais para o Poder Judiciário, voltadas ao seu aperfeiçoamento e à prestação jurisdicional.

Sob essa premissa, foram definidas sua missão, visão de futuro, bem como suas diretrizes, nos termos da Portaria 167/2015.

Missão: desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social.

Visão de futuro: ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da Justiça brasileira.

Valores:

- a) responsabilidade socioambiental: observância aos princípios gerais de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental na atuação do CNJ;
- b) integração: busca de sinergias e integração permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as demais instituições e com a sociedade;
- c) transparência: observância ao princípio constitucional da publicidade em relação à atuação do CNJ;
- d) comprometimento: compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização;
- e) valorização das pessoas: reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e que o seu trabalho deve ser valorizado;
- f) coerência: atuar com observância às próprias diretrizes, normas e orientações técnicas.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e instalado em 14 de junho de 2005, com sede em Brasília – DF. Com base no art. 5º, § 2º, da referida Emenda, o Conselho Nacional de Justiça deveria disciplinar, por meio de resolução, seu funcionamento e definir as atribuições do Ministro-Corregedor.

Com vistas ao cumprimento do dispositivo constitucional, o CNJ editou a Resolução nº 2, de 16 de agosto de 2005, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça. Haja vista a necessidade de adequação do funcionamento do CNJ ao contexto social, houve a necessidade de reformular seu Regimento Interno, tendo sido, conseqüentemente, editada a

Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, que aprovou o novo Regimento e revogou a Resolução/CNJ nº 2.

Além disso, tendo em vista os avanços tecnológicos e a oportunidade de utilizá-los para imprimir maior celeridade aos julgamentos realizados pelo Conselho, aprovou-se a Emenda Regimental nº 2, de 15 de outubro de 2015, a qual acrescenta dispositivo à Resolução nº 67 para admitir o julgamento em ambiente eletrônico dos procedimentos que aguardam apreciação pelo Plenário, o que permitiu, assim, a criação do Plenário Virtual.

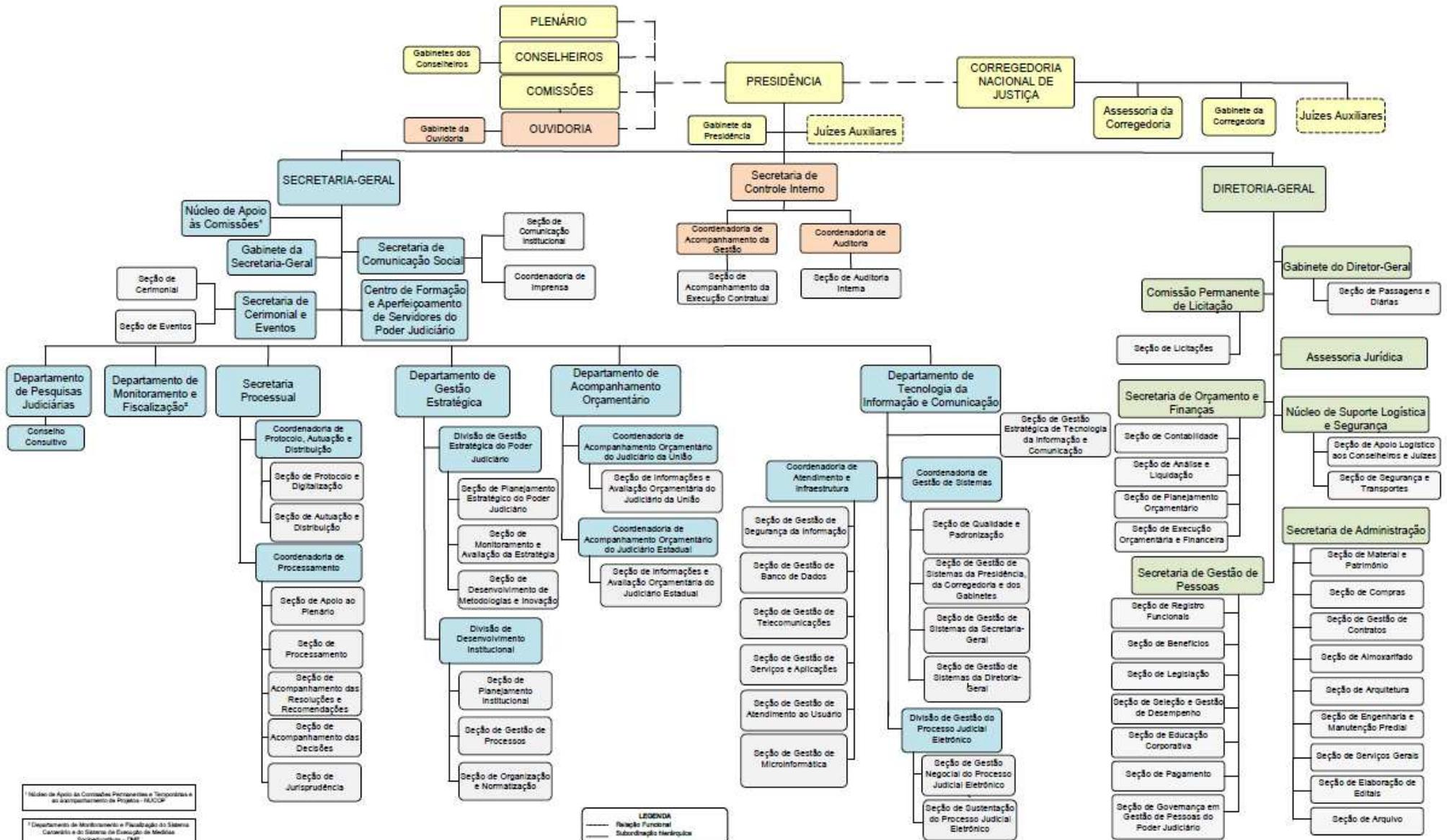
1.3 Ambiente de Atuação

A atuação do Conselho Nacional de Justiça se dá em diversas frentes ligadas a necessidades verificadas no âmbito do Poder Judiciário. Nesse contexto, destaca-se o fortalecimento da atuação do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do planejamento estratégico e da análise e solução de problemas que afetam o Judiciário, a intensificação das relações institucionais do Conselho Nacional de Justiça com os demais Poderes e com outras instituições essenciais à administração da Justiça.

Além disso, o CNJ envida esforços para promover a conciliação de litígios, potencializando a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos. Com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito, notam-se ainda ações de acesso à justiça para promover os direitos de cidadania na esfera do Poder Judiciário. Atua também no aperfeiçoamento da gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário. Com o objetivo de replicar práticas que possam trazer bons resultados à prestação jurisdicional, o CNJ incentiva a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário.

1.4 Organograma

ORGANOGRAMA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Regimento Interno e Portaria nº 207, de 18/12/2014)



* Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao Acompanhamento de Projetos - NACOP

² Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Conselheiro e do Sistema de Exatidão de Medidas Sociodemográficas - DMF

LEGENDA
 --- Relação Funcional
 --- Subordinação Hierárquica

Nos termos do Regimento Interno e da Portaria 207/2014, o Conselho está atualmente estruturado da seguinte forma:

I – PLENÁRIO

1. Conselheiros
 - 1.1. Gabinetes
2. Comissões
3. Ouvidoria
 - 3.1. Gabinete da Ouvidoria

II – PRESIDÊNCIA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Presidência
3. Secretaria de Controle Interno
 - 3.1. Coordenadoria de Auditoria
 - 3.1.1. Seção de Auditoria Interna
 - 3.2. Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão
 - 3.2.1. Seção de Acompanhamento da Execução Contratual

SECRETARIA-GERAL

1. Gabinete da Secretaria-Geral
2. Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao acompanhamento de Projetos
3. Departamento de Pesquisas Judiciárias
4. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
5. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
6. Secretaria de Cerimonial e Eventos
 - 6.1. Seção de Cerimonial
 - 6.2. Seção de Eventos
7. Secretaria de Comunicação Social
 - 7.1. Seção de Comunicação Institucional
 - 7.2. Coordenadoria de Imprensa
8. Secretaria Processual
 - 8.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição
 - 8.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização
 - 8.1.2. Seção de Autuação e Distribuição
 - 8.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos
 - 8.2.1. Seção de Apoio ao Plenário
 - 8.2.2. Seção de Processamento
 - 8.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações
 - 8.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões
 - 8.2.5. Seção de Jurisprudência
9. Departamento de Gestão Estratégica

- 9.1. Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário
 - 9.1.1. Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário
 - 9.1.2. Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia
 - 9.1.3. Seção de Desenvolvimento de Metodologias e Inovação
- 9.2. Divisão de Desenvolvimento Institucional
 - 9.2.1. Seção de Planejamento Institucional
 - 9.2.2. Seção de Gestão de Processos
 - 9.2.3. Seção de Organização e Normatização
- 10. Departamento de Acompanhamento Orçamentário
 - 10.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União
 - 10.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União
 - 10.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual
 - 10.2.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual
- 11. Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 11.1. Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 11.2. Divisão de Gestão do Processo Judicial Eletrônico
 - 11.2.1. Seção de Gestão Negocial do Processo Judicial Eletrônico
 - 11.2.2. Seção de Sustentação do Processo Judicial Eletrônico
 - 11.3. Coordenadoria de Gestão de Sistemas
 - 11.3.1. Seção de Qualidade e Padronização
 - 11.3.2. Seção de Gestão de Sistemas da Presidência, da Corregedoria e dos Gabinetes
 - 11.3.3. Seção de Gestão de Sistemas da Secretaria-Geral
 - 11.3.4. Seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral
 - 11.4. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura
 - 11.4.1. Seção de Gestão de Segurança da Informação
 - 11.4.2. Seção de Gestão de Banco de Dados
 - 11.4.3. Seção de Gestão de Telecomunicações
 - 11.4.4. Seção de Gestão de Serviços e Aplicações
 - 11.4.5. Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário
 - 11.4.6. Seção de Gestão de Microinformática

DIRETORIA-GERAL

- 1. Gabinete do Diretor-Geral
 - 1.1. Seção de Passagens e Diárias
- 2. Núcleo de Suporte Logístico e Segurança
 - 2.1. Seção de Apoio aos Conselheiros e aos Juízes
 - 2.2. Seção de Segurança e Transportes
- 3. Comissão Permanente de Licitação
 - 3.1. Seção de Licitações
- 4. Assessoria Jurídica
- 5. Secretaria de Administração

- 5.1. Seção de Material e Patrimônio
- 5.2. Seção de Compras
- 5.3. Seção de Gestão de Contratos
- 5.4. Seção de Almoxarifado
- 5.5. Seção de Arquitetura
- 5.6. Seção de Engenharia e Manutenção Predial
- 5.7. Seção de Serviços Gerais
- 5.8. Seção de Elaboração de Editais
- 5.9. Seção de Arquivo
- 6. Secretaria de Orçamento e Finanças
 - 6.1. Seção de Contabilidade
 - 6.2. Seção de Análise e Liquidação
 - 6.3. Seção de Planejamento Orçamentário
 - 6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
- 7. Secretaria de Gestão de Pessoas
 - 7.1. Seção de Registros Funcionais
 - 7.2. Seção de Benefícios
 - 7.3. Seção de Legislação
 - 7.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho
 - 7.5. Seção de Educação Corporativa
 - 7.6. Seção de Pagamento
 - 7.7. Seção de Governança em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

III – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

- 1. Juízes Auxiliares
- 2. Gabinete da Corregedoria
- 3. Assessoria da Corregedoria

Nos Quadros abaixo serão destacadas as áreas estratégicas do CNJ, informando-se suas principais competências, os titulares responsáveis e o período de atuação:

Quadro 1. Áreas estratégicas do CNJ

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Gabinete da Secretaria-Geral		
Competências: A Secretaria-Geral do Conselho, órgão de direção superior, tem por finalidade assegurar à Presidência, à Corregedoria Nacional de Justiça, aos Conselheiros e às Comissões a assessoria e o apoio técnico e administrativo necessários à realização de suas atividades.		
Titular: Fabricio Bittencourt da Cruz	Cargo: Secretário-Geral	Período de Atuação: 1º/8/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Pesquisas Judiciárias
Competências: I – desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; II – realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; III – elaborar relatórios conclusivos e opinar sobre matéria que lhe seja submetida; IV – fornecer subsídios para a formulação de políticas judiciárias; V – disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos; VI – realizar estudo técnico sobre projeto de lei relacionado a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais (Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009).

Titular: Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes	Cargo: Diretor Executivo	Período de Atuação: 18/08/2014 até 27/08/2015
Titular: Fernanda Paixão Araújo Pinto	Cargo: Diretor Executivo	Período de Atuação: 11/09/2015 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF		
Competências: I – monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do cnj; II – planejar, organizar e coordenar, no âmbito de cada tribunal, mutirões para reavaliação da prisão provisória e definitiva, da medida de segurança e da internação de adolescentes e para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias; III – acompanhar e propor soluções em face de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas; IV – fomentar a implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário; V – propor ao Conselho Nacional de Justiça, em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas, a uniformização de procedimentos, bem como de estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria.		
Titular: Brenton Vieira Crispim	Cargo: Assessor III	Período de Atuação: 1º/09/2014 até 08/10/2015
Titular: Evelyn Cristina Dias Martini	Cargo: Assessor III	Período de Atuação: 08/10/2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJUD		
Competências: I – promover treinamentos, cursos - nas modalidades presencial e a distância, seminários e outras ações de educação corporativa, encaminhando as medidas necessárias à viabilização de tais ações; II – integrar as iniciativas de educação a distância do Poder Judiciário, mantendo banco de cursos já desenvolvidos pelos tribunais.		
Titular: Diogo Albuquerque Ferreira	Cargo: Chefe do CEAJUD	Período de Atuação: 18/11/2011 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Secretaria de Comunicação Social		
Competências: I – produzir e gerenciar o planejamento de comunicação do Conselho Nacional de Justiça; II – realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público; III – planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras; IV – realizar ações de comunicação conjuntas com órgãos de comunicação social dos demais poderes no âmbito federal, estadual ou municipal; V - coordenar as atividades do Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS).		
Titular: Giselly Siqueira	Cargo: Secretária	Período de Atuação: 27/8/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Secretaria Processual		
Competências: I -coordenar e fixar orientações relativas às atividades específicas de protocolo, autuação, distribuição, digitalização de documentos e também aos autos e ao processamento dos feitos de competência do Conselho; II – coordenar as funções de secretaria de sessões plenárias e de atendimento ao público.		
Titular: Mariana Silva Campos Dutra	Cargo: Secretária	Período de Atuação: 30/4/2010 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Gestão Estratégica		
Competências: I – prestar assessoramento técnico nas atividades relacionadas ao planejamento estratégico em âmbito institucional e nacional, à gestão de projetos, à organização e à normatização; II – assessorar a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento na coordenação das atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário; III – manter o intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados à gestão estratégica.		
Titular: Karina Yoshimura Alvarenga	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 25/9/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Acompanhamento Orçamentário		
Competências: I – acompanhar e avaliar os processos de planejamento, orçamento e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário; II – prestar o assessoramento técnico ao Conselho Nacional de Justiça.		
Titular: Antonio Carlos Stangherlin Rebelo	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 22/8/2008 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação		
Competências: I – prover soluções de tecnologia da informação, automação dos processos de trabalho, comunicação eletrônica e armazenamento de dados para o Conselho Nacional de Justiça; II – propor políticas de informática para o Judiciário, bem como desenvolver ações para a implementação e manutenção do processo judicial eletrônico.		
Titular: Marcelo Lauriano Lucio	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 13/10/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e temporárias e ao acompanhamento de Projetos (NUCOP)		
Competências: I – acompanhar o desenvolvimento dos projetos de cunho institucional do órgão; II – Prestar apoio aos Juízes Auxiliares da Presidência nos assuntos afetos às Comissões Permanentes e Temporárias; III – Gerar relatório semestral das ações desenvolvidas para remessa à Secretaria-Geral, na primeira quinzena dos meses de julho e dezembro, respectivamente.		
Titular: Thaísa Carla Melo	Cargo: Coordenador	Período de Atuação: 02/12/2014 até o momento

1.5 Macroprocessos Finalísticos

Quadro 2. Macroprocessos finalísticos

Macroprocesso: Julgar processos disciplinares e realizar o controle dos atos administrativos do Judiciário.
Descrição: Corresponde ao exercício da competência constitucional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça nos incisos II e III do §4º do art. 103-B, e é realizada de ofício ou mediante provocação pelo Plenário do CNJ.
Produtos e Serviços: processos disciplinares julgados, atos administrativos controlados.
Principais Clientes: sociedade.
Principais Insumos: Condutas que mereçam ser apuradas, irregularidades encontradas na atuação

jurisdicional	e	administrativa.
<p>Principais Fornecedores: Conselheiros, Plenário, Corregedoria Nacional. Unidades Responsáveis: Conselheiros, Plenário do CNJ.</p>		
<p>Macroprocesso: Expedir atos normativos que promovam os princípios da Administração Pública. Descrição: Edição de normas para a gestão e o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, que favoreçam a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios da Administração Pública. Produtos e Serviços: Resoluções, Instruções Normativas, Recomendações aos Tribunais. Principais Clientes: Jurisdicionados e Tribunais. Principais Insumos: Existência de problemas ou necessidades que demandem a edição de atos normativos. Principais Fornecedores: Conselheiros, Plenário, Corregedoria Nacional. Unidades Responsáveis: Conselheiros, Secretaria Processual, Plenário do CNJ.</p>		
<p>Macroprocesso: Promover estudos e diagnóstico sobre o Poder Judiciário Descrição: O Conselho Nacional de Justiça elabora estudos e diagnósticos para possibilitar um conhecimento amplo do Judiciário e das especificidades de cada ramo e grau de jurisdição de justiça, fomentar medidas de integração e de redução das disparidades regionais e fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias. Produtos e Serviços: Justiça em Números, Pesquisa; Diagnóstico; Relatório; Estudo Técnico; Proposição de políticas; Análises; Pareceres; Seminários Justiça em Números/ CNJ acadêmico Principais Clientes: Conselheiro, Grupo de trabalho, Plenário, Secretaria – Geral, Cidadão. Principais Insumos: Demandas situação-problema; Pesquisa externas; Processos Administrativos (processo de adoção de medidas – PAM); Dados dos Tribunais; Dados dos Departamentos; Dados e metas. Principais Fornecedores: Conselheiro, Grupo de trabalho, Plenário, Secretaria – Geral. Unidades Responsáveis: Departamento de Pesquisas Judiciárias.</p>		
<p>Macroprocesso: Promover a comunicação institucional e a interlocução entre os órgãos do Poder Judiciário Descrição: Planejamento e produção de ações de comunicação social, de forma integrada com órgãos da justiça e de outros Poderes, para fomentar as políticas do Poder Judiciário, sua atuação jurisdicional e administrativa. Produtos e Serviços: Notícias do Judiciário, Informativos, Matérias jornalísticas, Portal do CNJ. Principais Clientes: Presidência do CNJ, Conselheiros, Público Externo e Interno, Imprensa, Áreas de Comunicação dos Tribunais, Servidores do CNJ. Principais Insumos: Matérias jornalísticas, Notícias, Material gráfico Principais Fornecedores: Presidência do CNJ, Conselheiros, Público Externo e Interno, Imprensa, Áreas de Comunicação dos Tribunais, Servidores do CNJ. Unidades Responsáveis: Secretaria de Comunicação Social, Presidência CNJ.</p>		
<p>Macroprocesso: Contribuir para o aperfeiçoamento dos recursos humanos do Judiciário. Descrição: Engloba processos de planejamento, coordenação e execução de atividades que contribuam para a formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências, fomentando o crescimento profissional, o alcance da excelência e a qualidade de vida no trabalho. Produtos e Serviços: Encontro Nacional sobre Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário; Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário; Cursos e treinamentos; Política Nacional de Capacitação de Servidores; Ciclos de Capacitação; Formação de Tutores e Coordenadores de Educação a Distância (EaD); Seminário de Gestão por Competências; Cursos; Certificados; Normativos de pessoal, Pagamento de salários e benefícios.</p>		

<p>Principais Clientes: Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, CEAJud, Servidores, Tribunais, Unidades, Secretaria de Orçamento e Finanças, Servidores, Magistrados e Conselheiros.</p> <p>Principais Insumos: Demandas por capacitação e aperfeiçoamento; Pesquisas externas quanto à necessidade de se oferecer treinamento; Dados dos Tribunais; Termos de cooperação; Dados dos Departamentos; Contratos; Memorando; Solicitação de Compartilhamento de curso; Seleção de conteudistas; Currículo de Tutores.</p> <p>Principais Fornecedores: Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, CEAJud, Servidores, Tribunais, Unidades do CNJ, Conteudista.</p> <p>Unidades Responsáveis: Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, CEAJud; Secretaria de Gestão de Pessoas.</p>
<p>Macroprocesso: Gerir a estratégia do Judiciário.</p> <p>Descrição: O Conselho Nacional de Justiça tem a atribuição de coordenar o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário. Este macroprocesso permite impulsionar a melhoria dos processos de gestão do Judiciário, contribuindo para o cumprimento dos macrodesafios estabelecidos, acompanhando resultados por meio do monitoramento de metas.</p> <p>Produtos e Serviços: Planejamento Estratégico do Judiciário, Encontro Nacional, Relatórios gerenciais, inovações metodológicas de gestão, planejamento institucional.</p> <p>Principais Clientes: Presidência do CNJ, Comissão de Gestão Estratégica, Conselheiros, Tribunais, Conselhos, Rede de Governança, Unidades do CNJ.</p> <p>Principais Insumos: Diagnóstico estratégico, Propostas de metas e iniciativas</p> <p>Principais Fornecedores: Tribunais, Conselhos, Rede de Governança, Unidades do CNJ</p> <p>Unidades Responsáveis: Departamento de Gestão Estratégica.</p>
<p>Macroprocesso: Promover iniciativas de modernização do Judiciário.</p> <p>Descrição: Constitui-se nos processos de trabalho para prover tecnologia, infraestrutura e mecanismos que contribuam com o desenvolvimento e a eficiência dos serviços para a modernização do Judiciário.</p> <p>Produtos e Serviços: Processo Judicial Eletrônico; Sistemas Administrativos; Soluções tecnológicas.</p> <p>Principais Clientes: Tribunais; Cidadãos; OAB; Advogados.</p> <p>Principais Insumos: Tecnologias; Equipamentos; Sistemas, Relatórios, Análise de viabilidade técnica.</p> <p>Principais Fornecedores: Empresas de TI; Tribunais; Cidadãos.</p> <p>Unidades Responsáveis: Comissão de TI e Infraestrutura; Departamento de Tecnologia da Informação; Secretaria de Administração.</p>
<p>Macroprocesso: Promover ações de acesso à justiça e à cidadania.</p> <p>Descrição: O Conselho Nacional de Justiça tem forte atuação na promoção de ações de acesso à justiça e cidadania. Para tanto, se propõe a adotar medidas como a capilaridade, a democratização do acesso, a execução das decisões, a inclusão social e a conscientização de direitos, deveres e valores do cidadão. Ademais, o CNJ disponibiliza canal para manifestação da sociedade e realiza projetos que visam solucionar conflitos com mais rapidez e estimular os meios alternativos de solução de conflitos.</p> <p>Produtos e Serviços: Cursos de Formação em Mediação e Conciliação; Semana Nacional da Conciliação; Fórum Nacional de Mediação Judicial; Prêmio Conciliar é Legal; Competição Nacional de Mediação, Conferência Nacional de Conciliação e Mediação, Mutirões de Conciliação.</p> <p>Principais Clientes: Cidadãos, Faculdades e estudantes de Direito, Mediadores dos Tribunais, Juízes.</p> <p>Principais Insumos: Materiais dos cursos, Processos ajuizados, Audiência prévia, Intimação das partes.</p> <p>Principais Fornecedores: Juízes, Faculdades de Direito, Unidades Administrativas do CNJ.</p> <p>Unidades Responsáveis: Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, Gabinetes dos Conselheiros, Juízes.</p>
<p>Macroprocesso: Realizar controle orçamentário, financeiro e de pessoal do Poder Judiciário.</p> <p>Descrição: Envolve os processos de acompanhamento e avaliação do planejamento, orçamento e</p>

execução orçamentária e financeira dos órgãos do Judiciário; de auditoria e de gestão orçamentária e financeira do CNJ.

Produtos e Serviços: Relatórios financeiros, Relatórios de acompanhamento orçamentário e fiscal, Ordem bancária, Pagamentos.

Principais Clientes: Unidades CNJ, Secretaria de Controle Interno, Conselheiros, Sociedade.

Principais Insumos: Processo de pagamento, Empenhos, Informações orçamentárias dos Tribunais, Informações de pessoal.

Principais Fornecedores: Unidades CNJ, Secretaria de Controle Interno.

Unidades Responsáveis: Departamento de Acompanhamento Orçamentário, Conselheiros, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas.

Macroprocesso: Realizar correições, inspeções e sindicâncias em órgãos judiciais.

Descrição: Evidencia-se a atuação do Conselho Nacional de Justiça em promover a realização de correições, inspeções e sindicâncias, quando houver fatos graves ou relevantes que as justifiquem, visando ao bom desempenho da atividade judiciária dos mais diversos tribunais e juízos do país.

Produtos e Serviços: Correições, Inspeções e Sindicâncias, Processo Administrativo Disciplinar.

Principais Clientes: Sociedade, Plenário, Conselheiros.

Principais Insumos: Denúncias, Reclamações, Diligências. Sindicâncias.

Principais Fornecedores: Sociedades, Tribunais, Secretaria de Controle Interno.

Unidades Responsáveis: Corregedoria Nacional de Justiça.

Macroprocesso: Acompanhar e fiscalizar o sistema carcerário e de execução de penas alternativas.

Descrição: Envolve o monitoramento e a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente referente aos sistemas carcerário e socioeducativo. Para isso, destacam-se as atividades de visitas aos estabelecimentos penais e unidades de internação de adolescentes para verificar a regularidade no cumprimento de prisões provisórias e definitivas, medidas de segurança e medidas socioeducativas de internação e semiliberdade; mutirões para revisão processual de custodiados e adolescentes em conflito com a lei; e proposição de termos de cooperação entre os entes responsáveis pelas aludidas matérias.

Produtos e Serviços: Relatórios de fiscalização e monitoramento, Pareceres, Mutirões carcerários.

Principais Clientes: Sociedade, Detentos, Ministério da Justiça.

Principais Insumos: Denúncias, Reclamações, Decisões judiciais, Relatórios do Sistema Carcerário.

Principais Fornecedores: Sociedade, Detentos, Ministério da Justiça, Unidades do CNJ.

Unidades Responsáveis: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas.

Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional

2. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional

2.1 Planejamento Organizacional

O Conselho Nacional de Justiça aprovou a Portaria n. 16 de 26 de fevereiro de 2015, em que estabeleceu diretrizes de gestão para o biênio 2015-2016. Tais diretrizes proveram a orientação estratégica do CNJ ao longo do ano de 2015, a orientar o desenvolvimento das ações e projetos institucionais. As diretrizes são componentes da estratégia de curto prazo do CNJ, na medida em que revelam as prioridades bianuais de cada Presidência.

DIRETRIZES DE GESTÃO 2015-2016
I – fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do planejamento estratégico e da análise e solução de problemas que afetam o Judiciário
Descrição sintética: O CNJ desenvolve políticas judiciárias estruturantes e políticas judiciárias indutoras para o aprimoramento da Justiça brasileira. As pesquisas e os diagnósticos, em articulação com o Planejamento Estratégico, permitem a compreensão dos problemas que afetam o Poder Judiciário e o delineamento de soluções criativas para sua superação. Em face dos avanços institucionais conquistados ao longo de sua história, que lançaram bases para o desenvolvimento de funções institucionais mais avançadas, essa diretriz expressa uma das principais prioridades estratégicas do CNJ na atualidade.
Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos: <ol style="list-style-type: none">1. Formulação da estratégia nacional 20162. Formulação do Plano Estratégico do CNJ 2015-20203. Relatório Justiça em Números 2015: aprimoramentos4. Prêmio Selo Justiça em Números5. Projeto de diagnóstico e fortalecimento dos judiciários estaduais6. Programa CNJ Acadêmico7. Programa Justiça Pesquisa8. Projeto de aceleração de julgamento no TRF 1ª Região9. Mapa anual de precatórios
Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em: http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf
II – intensificar as relações institucionais do Conselho Nacional de Justiça com os demais Poderes e com outras instituições essenciais à administração da Justiça, com vistas à busca de convergências de esforços
Descrição sintética: A promoção do diálogo e o desenvolvimento de iniciativas colaborativas entre os três Poderes da República expressam a relação harmônica e conduzem ao fortalecimento do Estado brasileiro. Sob esse prisma, o Judiciário, em conjunto com outras instituições essenciais à administração da Justiça, demais Poderes e em parceria com organismos internacionais, busca realizar ações conjuntas para dar concretude ao objetivo fundamental previsto na Constituição Federal de construir uma sociedade livre, justa e solidária.
Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos: <ol style="list-style-type: none">1. Assinatura de acordo entre o CNJ e a Organização dos Estados Americanos (OEA)2. Parceria com Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)3. Acordo para criação de grupo de combate à corrupção4. Simpósio internacional sobre tráfico de pessoas5. Capacitação em políticas raciais6. Assinatura de termo de cooperação entre CNJ e Secretaria de Direitos Humanos (SDH)7. IX Jornada Maria da Penha

8. Programa: Cadastro Nacional de Adoção (CNA) – reformulação
9. Programa: Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) – reformulação

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

III – impulsionar o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões

Descrição sintética:

A ampliação do uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões é atualmente um dos principais investimentos para a melhoria da prestação jurisdicional. Entre os sistemas, o CNJ impulsiona a implantação do PJe em todo o país, considerada uma de suas principais políticas judiciárias estruturantes. Busca-se a interoperabilidade e o aperfeiçoamento contínuo do sistema com a participação dos atores sociais envolvidos na prestação jurisdicional, como tribunais e conselhos, advocacia, membros do Ministério Público e defensorias.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Sistema PJe em nuvem privada para Tribunais de Justiça Estaduais – disponibilização
2. Implantação do PJe nos Tribunais
3. Desenvolvimento do PJe – novas versões
4. Novo Código de Processo Civil e o Processo Judicial Eletrônico – II encontro nacional do PJe
5. Desenvolvimento do Precatório Digital no PJe
6. Incorporação do módulo de precatório do TRF da 5ª Região na versão nacional do PJe
7. Criação da Rede de governança do sistema PJe
8. Criação do Plenário Virtual
9. Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)
10. Capacitação de tribunais para implementação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)
11. Aprimoramento do parque tecnológico dos Tribunais de Justiça
12. Criação do Escritório Digital
13. Sistema de Consulta ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)
14. *Web Service* do Banco Nacional de Mandados de Prisão (MPWS)
15. Aprimoramento do Sistema *Infojuris*
16. Criação do Sistema Nacional de Videoconferência
17. Criação do Sistema de Audiência de Custódia

Informações sobre projetos e iniciativas disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

IV – desestimular as ações de índole temerária ou protelatória, mediante os meios legais disponíveis

Descrição sintética:

O ordenamento jurídico pátrio prevê mecanismos a ser utilizados pelo magistrado, a fim de responsabilizar o litigante de má-fé. É sabido que os atos processuais procrastinatórios retardam o andamento dos feitos e geram entraves ao princípio constitucional da duração razoável dos processos, além de obstaculizar o efetivo cumprimento das decisões judiciais, frustrando direitos judicialmente reconhecidos.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Criação de grupo para analisar o impacto do novo CPC no Judiciário

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

V – incentivar a efetiva comunicação e o compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Poder Judiciário, para, entre outros, aperfeiçoar os filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos e seus diagnósticos

Descrição sintética:

Nesta nova era da administração judiciária contemporânea, a gestão da informação e a gestão do conhecimento adquiriram grande protagonismo e se tornaram pilares fundamentais para o enfrentamento dos milhões de processos que se distribuem pelos tribunais brasileiros. O compartilhamento de informações processuais entre os tribunais possibilita o uso estratégico dos filtros

da repercussão geral e dos recursos repetitivos, com o objetivo de gerenciar a demanda que recai sobre todo o Judiciário. As informações precisam fluir em todos os sentidos, com informações sobre as tendências da demanda processual – que adentra cotidianamente os tribunais, quanto ao volume de processos e os seus assuntos (e temas) – quanto ao estoque de processos, a partir de estatísticas confiáveis capazes de informar quantos processos são (potencialmente) atingidos nas instâncias inferiores, ao se julgar processos paradigmáticos nas instâncias superiores.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Sistema de Automação para os Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER)
2. Elaboração do Relatório Supremo Tribunal Federal em Números – 2015
3. Aprovação de recomendação que versa sobre o uso exclusivo dos sistemas eletrônicos

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

VI – potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida

Descrição sintética:

Os meios alternativos de solução de conflitos proporcionam às partes a oportunidade de comporem pacificamente a controvérsia sem necessidade de processo judicial. Garante-se a efetiva prestação jurisdicional com segurança jurídica, em tempo razoável, com menores custas judiciais. Sua utilização permite que o Poder Judiciário direcione maior esforço para os processos que versam sobre direitos indisponíveis ou aqueles cujo objeto não seja contemplado pelas leis que regulam os juizados especiais, a arbitragem e a mediação.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Cursos de formação de Instrutores em Mediação Judicial
2. Curso de formação de Supervisores em Mediação Judicial e Conciliação
3. Oficina de Pais e Mães
4. Conclusão de curso para a 1ª Turma de Mediadores Indígenas
5. Semana Nacional da Conciliação – X Edição
6. Prêmio Conciliar é Legal – V Edição
7. Fórum Nacional de Mediação e Conciliação – elaboração de enunciados
8. Formação de Instrutores de Oficinas de Divórcio e Parentalidade
9. Prêmio Modelo de Gestão de Contencioso
10. Programa: Governança Diferenciada das Execuções Fiscais
11. Projeto Redescobrimo o Juizados Especiais

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

VII – contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa

Descrição sintética:

A Justiça Restaurativa é método ou técnica alternativa de compreensão e tratamento dos conflitos sociais que envolvam a prática de infrações penais. Promove a interlocução entre autor do fato, a vítima, os respectivos familiares a comunidade na busca pela restauração do tecido social rompido pela prática de infrações penais. Cuida-se, portanto, de mecanismo voltado a possibilitar a reparação dos danos, a reconstrução dos laços sociais e a reinserção do ofensor. Envolve a sensibilização, a escuta da vítima, do ofensor e dos demais envolvidos.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Desenvolvimento da Justiça Restaurativa: Criação de Grupo de Trabalho no CNJ
2. Práticas de Justiça Restaurativa: Aprovação da Meta Nacional 8

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

VIII – colaborar com a elaboração de atos normativos que promovam a celeridade processual, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a melhoria das condições de trabalho dos juízes

Descrição sintética:

Essa diretriz incentiva que a função normativa do CNJ seja orientada à melhoria da prestação jurisdicional por meio de políticas judiciárias estruturantes e de indução, observando-se as condições laborais de magistrados e priorizando-se o primeiro grau de jurisdição.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Projeto de aperfeiçoamento dos anexos da Resolução CNJ n.76/2009
2. Aprovação de cotas de acesso a negros para cargos no Judiciário
3. Programa Nacional de Modernização da Administração das Varas Especializadas de Falência e Recuperação Judicial

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

IX – desenvolver uma política criminal judiciária para o sistema penitenciário e socioeducativo, tendo por pilares a concretização e a efetividade de direitos, e o combate à cultura do encarceramento desnecessário, em especial, nas prisões provisórias

Descrição sintética:

Desenvolver ações preventivas para reduzir o encarceramento desnecessário, adotando como estratégia principal a implantação das audiências de custódia em todo o país, que consistem na apresentação pessoal de presos em flagrante perante a autoridade judiciária em 24 horas. Essa diretriz cuida também de adotar conjunto sistemático de ações destinadas à valorização da dignidade da pessoa humana no ambiente prisional.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Implementação da “Audiência de custódia ou de apresentação” perante o Poder Judiciário do País
2. Projeto Cidadania nos Presídios
3. Programa Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) – Reformulações no Sistema
4. Programa Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS)
5. Programa de Ressocialização de Sentenciados

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

X – realizar estudo sobre as condições de saúde da população carcerária

Descrição sintética:

Promover estudos quanto às condições de saúde dos presos e custodiados do sistema prisional do país, em atenção aos direitos humanos e aos princípios constitucionais, em especial, o da dignidade da pessoa humana.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Projeto: Ações Intersetoriais para a Efetivação da Assistência à Saúde e Assistência Social no Sistema Prisional (PAISÁ)

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

XI – manter permanente interlocução com os juízes de todos os graus de jurisdição e com os tribunais do País

Descrição sintética:

Adotar postura aberta ao diálogo com a magistratura e os tribunais brasileiros, para o desenvolvimento de uma gestão integrada e participativa.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Projeto Fale com a Corregedoria
2. Criação do Conselho consultivo dos Tribunais de Justiça Estadual
3. Projeto: Poder Judiciário, o Ser Humano e as Histórias de Bastidores
4. Realização da II Jornada de Direito da Saúde

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

XII – envidar esforços para a permanente valorização dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário**Descrição sintética:**

Promover ações de valorização e de reconhecimento do capital humano do Poder Judiciário, com foco na qualidade de vida pessoal e profissional.

Projetos e iniciativas estratégicas desenvolvidos:

1. Censo do Poder Judiciário – série Temática 1
2. Publicação de Resolução que trata da saúde dos magistrados
3. Publicação de Resolução que trata da convocação de juízes auxiliares

Informações sobre projetos e iniciativas disponíveis em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

Na sequência, e em consonância às diretrizes de gestão, o CNJ desenvolveu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015-2020, de forma a contemplar a estratégia de médio e longo prazos. O Plano, instituído por meio da Portaria n. 167 de 15 de dezembro de 2015, estabeleceu a missão, visão, valores e objetivos estratégicos do Conselho para o período, além de reconhecer e incorporar as diretrizes bianuais como parte da estratégia.

Todos esses componentes, principalmente os objetivos estratégicos e as diretrizes, serão considerados para definição de indicadores, metas, programas, projetos e ações a serem desenvolvidos. O novo Plano deu ensejo à revisão de indicadores, que se encontra em curso e estão sendo delineados com a participação das unidades componentes da estrutura do CNJ, e à definição de novas metas, após essa etapa.

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 2015-2020

▶ Missão

Desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unificação do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social

▶ Visão

Ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da justiça brasileira

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Fortalecer a atuação do CNJ no âmbito do planejamento estratégico e da análise e solução de problemas que afetam o Judiciário	Intensificar as relações institucionais do CNJ com os demais Poderes e com outras instituições essenciais à administração da Justiça, com vistas à busca de convergências de esforços	Impulsionar o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões	Desestimular as ações de índole temerária ou protelatória, mediante os meios legais disponíveis
Incentivar a efetiva comunicação e o compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Poder Judiciário, para, entre outros, aperfeiçoar os filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos e seus diagnósticos	Potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, compartilhando, na medida do possível, com a própria sociedade, a responsabilidade pela recomposição da ordem jurídica rompida	Contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa	Colaborar com a elaboração de atos normativos que promovam a celeridade processual, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a melhoria das condições de trabalho dos juizes
Desenvolver uma política criminal judiciária para o sistema penitenciário e socioeducativo, tendo por pilares a concretização e a efetividade de direitos, e o combate à cultura do encarceramento desnecessário, em especial, nas prisões provisórias	Realizar estudo sobre as condições de saúde da população carcerária	Manter permanente interlocução com os juizes de todos os graus de jurisdição e com os tribunais do País	Envidar esforços para a permanente valorização dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário
Diagnóstico e Gestão Estratégica		Justiça Criminal, Desjudicialização e Cidadania	Comunicação Institucional
Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e outros instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário	Realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário	Promover os direitos de cidadania, no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito	Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ, e ampliar a divulgação externa das ações institucionais
Orçamento, Finanças e Infraestrutura		Tecnologia da Informação e Comunicação	
Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ	Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário	Articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação	Estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação
Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho		Inovação e Sustentabilidade	
Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua	Favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do Conselho Nacional de Justiça	Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental	Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário

Componentes da estratégia do CNJ

Missão: desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social.

Visão de futuro: ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da Justiça brasileira;

Valores:

- **responsabilidade socioambiental:** observância aos princípios gerais de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental na atuação do CNJ;
- **integração:** busca de sinergias e integração permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as demais instituições e com a sociedade;
- **transparência:** observância ao princípio constitucional da publicidade em relação à atuação do CNJ;
- **comprometimento:** compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização;
- **valorização das pessoas:** reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e que o seu trabalho deve ser valorizado;
- **coerência:** atuar com observância às próprias diretrizes, normas e orientações técnicas;

Objetivos complementares de médio e longo prazos, além das diretrizes de gestão da Presidência:

1. Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário;
2. Realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário;
3. Favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do CNJ;
4. Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental;
5. Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário;
6. Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais;
7. Promover os direitos de cidadania no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
8. Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;
9. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário;
10. Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua;
11. Estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação;
12. Articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação.

2.2 Formas de instrumentos de monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

As diretrizes de gestão definidas pela Portaria CNJ 16/2015 proveram direcionamento estratégico à atuação do Conselho, a orientar projetos e iniciativas institucionais.

Para apoiar esse processo, foi aprovada metodologia de gerenciamento de projetos e definido o fluxo de tramitação para tomada de decisões, por meio da Instrução Normativa 64/2015.

A metodologia de gerenciamento de projetos definiu artefatos e documentos para apoiar o gerenciamento dessas iniciativas, a exemplo do Manual de Gerenciamento de Projetos, do Termo de Abertura de Projeto – TAP e do Termo de Encerramento do Projeto – TEP.

Para que uma iniciativa ou projeto seja aprovado é necessário a elaboração do TAP e incluí-lo sob o formato de processo eletrônico administrativo. Esse é encaminhado à Presidência do CNJ para deliberar quanto à sua realização, consoante prévia manifestação do Departamento de Gestão Estratégica acerca do alinhamento estratégico do projeto às diretrizes de gestão da presidência do CNJ.

Após a aprovação do Termo de Abertura do Projeto, as providências relativas à execução e ao acompanhamento das ações ficam a cargo do responsável pelo projeto. Para tanto, a IN 64/2015 definiu papéis no planejamento, execução e acompanhamento do projeto.

Poderão ser designados supervisor e gerente do projeto. Cabe ao primeiro realizar o acompanhamento em nível estratégico, fazendo a interlocução junto à Secretaria-Geral. Quanto ao gerente, seu acompanhamento se dá em nível operacional, considerando as recomendações e orientações da Presidência, e do supervisor no planejamento e na execução do projeto.

Portanto, o monitoramento da execução e os resultados dos planos desenvolvem-se de forma descentralizada, pela atuação dos responsáveis pelo projeto, que consolidam as informações relativas ao seu acompanhamento. Compete aos responsáveis, igualmente, instruir o processo com o Termo de Encerramento de Projeto – TEP, o que encerra o ciclo de vida do projeto no CNJ.

2.3 Desempenho orçamentário

2.3.1 Execução Física e Financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 3. Ação sob a responsabilidade do CNJ: Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos

Identificação da Ação								
Código	2B65					Tipo	Atividade	
Descrição	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos							
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.			
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001	86.201.157,00	86.201.157,00	51.891.121,06	39.443.424,95	39.336.334,60	107.090,35	12.447.696,11	
Execução Física								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta				
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0001	Processo apreciado		unidade	9447		7442		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0001	9.941.274,91	6.497.770,68	3.119.375,49	Processo apreciado	unidade	-		

Quadro 4. Ação sob responsabilidade do CNJ: Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça

Identificação da Ação							
Código	14ZQ				Tipo	Projeto	
Descrição	Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.		
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5664	11.622.852,00	11.622.852,00	824.482,54	150.645,26	150.645,26	0,00	673.837,28
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
5664	Edifício reformado		percentual de execução física	65	-	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5664	1.737.799,53	101.379,12	1.441.340,57	Edifício reformado	percentual de execução física	0	

Quadro 5. Ação sob responsabilidade do CNJ: Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário – PJe

Identificação da Ação							
Código	152A				Tipo	Projeto	
Descrição	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário – Pje						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário			Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	17.928.800,00	17.928.800,00	489.547,49	489.547,49	489.547,49	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Sistema implantado		percentual de execução física	20	-	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	197.531,45	61.741,09		Sistema implantado	percentual de execução física	1	

Quadro 6. Ação sob responsabilidade do CNJ: Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira

Identificação da Ação								
Código	1K27					Tipo	Projeto	
Descrição	Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira							
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário			Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001	46.032.181,00	46.032.181,00	1.281.171,57	0,00	0,00	-	-	
7002	49.434.341,00	49.434.341,00	33.843.080,01	2.768.255,05	2.768.255,05	-	-	
3								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta			
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	Projeto implantado			percentual de execução física	12	-	5	
7002	Projeto implantado			percentual de execução física	100	-	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0001	2.865.892,62	2.812.683,13	0,00	Projeto implantado		percentual de execução física	6	
7002	35.652.238,99	35.597.386,17	54.852,82	Projeto implantado		percentual de execução física	-	

Quadro 7. Ação sob a responsabilidade do CNJ: Comunicação e Divulgação Institucional

Identificação da Ação							
Código	2549					Tipo	Atividade
Descrição	Comunicação e Divulgação Institucional						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário			Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	10.271.150,00	10.271.150,00	6.637.110,02	5.400.016,73	5.400.016,73	0,00	1.237.093,29
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	Matéria veiculada			Unidade	36000	-	12361
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	764.154,65	640.265,01	123.889,64	Matéria veiculada	Unidade	-	

Quadro 8. Ação sob responsabilidade do CNJ: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Identificação da Ação			
Código	2004		Tipo Atividade
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e		

		seus Dependentes					
Programa		Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário		Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Unidade Orçamentária		17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.228.656,00	1.538.656,00	1.538.656,00	1.293.884,23	1.293.884,23	0,00	244.771,77
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001	130.491,74	89.070,31	41.421,43	-		-	-

Quadro 9. Ação sob responsabilidade do CNJ: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo	Atividade
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.		
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	285.120,00	523.800,00	523.800,00	503.394,05	503.394,05	0,00	20.405,95
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	43.825,58	9.484,50	10.000,00	-	-	-	

Quadro 10. Ação sob responsabilidade do CNJ: Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares

Identificação da Ação							
Código	2011				Tipo	Atividade	
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.		
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	33.864,00	64.864,00	64.864,00	47.582,25	47.582,25	0,00	17.281,75
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0001	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001	2.284,65	16,03	2.268,62	-		-	-

Quadro 11. Ação sob responsabilidade do CNJ: Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares

Identificação da Ação								
Código	2012					Tipo	Atividade	
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário			Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001	2.111.616,00	2.876.896,00	2.876.896,00	2.876.659,53	2.876.659,53	0,00	236,47	
Execução Física								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta				
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0001	-		-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0001	51.009,05	0,00	51.009,05	-	-	-		

Quadro 12. Ação sob responsabilidade do CNJ: Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

Identificação da Ação							
Código	00M1				Tipo	Atividade	
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário			Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	21.204,00	21.204,00	21.204,00	7.060,98	7.060,98	0,00	14.143,02
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	16.593,54	2.225,84	14.367,70	-	-	-	

Quadro 13. Ação sob responsabilidade do CNJ: Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação							
Código	20TP				Tipo	Atividade	
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.		
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	45.002.363,00	49.887.147,00	45.588.697,89	43.653.085,31	43.653.085,31	0,00	1.935.612,58
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	2.143.139,11	411.551,05	591.764,92	-	-	-	

Quadro 14. Ação sob responsabilidade do CNJ: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação							
Código	09HB				Tipo	Operação Especial	
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário			Código	1389	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	5.555.874,00	6.532.734,00	5.653.329,28	5.481.169,66	5.481.169,66	0,00	172.159,62
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	45.643,25	0,00	23.553,61	-	-	-	

Quadro 15. Ação sob responsabilidade do CNJ: Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Identificação da Ação							
Código	0181					Tipo	Operação Especial
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código	0089	Tipo	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
N° do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	381.543,00	381.543,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física							
N° do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0001	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
N° do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1° de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Quadro 16. Ação sob responsabilidade do CNJ: Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações

Identificação da Ação								
Código	OC04					Tipo	Operação Especial	
Descrição	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações							
Programa	Operações especiais: outros encargos especiais			Código	0909		Tipo	Operação Especial
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001	8.272.784,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Execução Física								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta				
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0001	-		-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0001	0,00	0,00	0,00	-	-	-		

Quadro 17. Ação: Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações

Identificação da Ação								
Código	00H7					Tipo	Operação Especial	
Descrição	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações							
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais			Código	0909	Tipo	Operação Especial	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001	976.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Execução Física								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta				
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0001	-		-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0001	0,00	0,00	0,00	-	-	-		

2.3.1.1 Análise Situacional

Ação: 2B65 - Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos

No período de janeiro a dezembro de 2015, foram solucionados 7442 processos, equivalente a 78% da meta física estimada. Saliente-se que, tanto a meta financeira e a física foram afetadas pelos estudos técnicos realizados para verificar a possível mudança da sede do CNJ para um imóvel locado. Contudo, mesmo com o sobrestamento de diversas demandas, em razão dos estudos mencionados, a execução financeira foi expressiva. Como o objeto “processos apreciados” não possui associação direta com o dispêndio financeiro, a medição da meta física se restringe ao período de execução. Logo, a tramitação dos processos apreciados não se vincula à execução financeira, de forma que não é possível mensurar os recursos inscritos em restos a pagar pela meta física.

A Ação 2B65 está subdividida em Planos Orçamentários (PO), conforme a seguir:

Plano Orçamentário: 0001 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos

Plano Orçamentário: 0002 – Capacitação de recursos humanos

Quanto à capacitação de recursos humanos, foi dedicado o item 6.1.3 deste Relatório.

Plano Orçamentário: 0003 – Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa do Poder Judiciário

Ainda dentro da Ação 2B65, citam-se as despesas relativas ao Relatório “Justiça em Números”. A dotação designada para o relatório citado foi de R\$ 330.400,00, a qual foi completamente paga em 2015. O relatório “Justiça em Números” constitui a fonte mais completa de informações sobre o Poder Judiciário brasileiro. Nesse sentido, os macrodados financeiros e as informações sobre a estrutura deste Poder estão presentes neste relatório. Dessa forma, a tradução em inglês de um resumo deste Relatório é fundamental para a divulgação de um retrato anual do Poder Judiciário brasileiro como forma de troca de informações. O acompanhamento e a fiscalização do trabalho foram devidamente realizados a partir da equipe do Departamento de Pesquisas Judiciárias. A tradução foi feita no prazo devido e com a qualidade solicitada.

Outro gasto que se enquadra na presente Ação é a Revista CNJ. Em comemoração aos 10 anos de instalação do Conselho Nacional de Justiça, o DPJ e a Secretaria de Comunicação Social idealizaram e lançaram a Revista CNJ. Trata-se de uma publicação periódica semestral que trará os principais conteúdos institucionais e de interesse acadêmico. Todas as edições da revista conterão entrevistas, artigos, a jurisprudência do Conselho Nacional de Justiça, dados estatísticos selecionados segundo a concentração temática de cada número, além de sempre conter uma síntese dos principais fatos de cada semestre, reunidos na Seção “CNJ Acontece”. O número inaugural, lançado em dezembro de 2015, versa sobre o tema dos Juizados Especiais, em celebração aos 20 anos da vigência da Lei 9.099/95.

Também cita-se o Projeto Externo celebrado entre o BIRD e o CNJ o qual teve por objeto a prestação de serviços de diagnóstico seguidos de consultoria visando à racionalização dos processos organizacionais de alocação de recursos humanos e orçamentários, de modo a alcançar níveis maiores de eficiência, com impactos positivos no acesso da população ao Judiciário Estadual. Além de compreender os critérios, métodos e processos de trabalho e de decisão empregados para a gestão orçamentária e de recursos humanos, o projeto construiu modelos decisórios adaptados e efetivos, que foram aplicados nestas duas áreas dos três tribunais de Justiça Estadual incluídos na última etapa do projeto.

Mesmo tendo iniciado em 2013, o cronograma do projeto já previa duração de quase três anos, tendo sido finalizado em julho de 2015. Posteriormente, foram realizadas as auditorias e monitoramentos diretos dos resultados em agosto e dezembro nos três tribunais de Justiça que participaram da última fase, a saber, Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins.

A empresa Elo Group foi contratada para execução das três fases do projeto e entregou seus últimos produtos em 2015 no prazo estipulado. Dessa forma, os produtos finais 12 e 13 foram pagos (R\$161.500,00) em 2015. A equipe do DPJ acompanhou e fiscalizou todas as fases de execução bem como prestou assessoria aos tribunais que continuaram suas atividades para além do término do prazo de execução do projeto pela Elo Group.

Plano Orçamentário: 0004 – Centro de Aperfeiçoamento de Estudos do Poder Judiciário (CEAJUD)

Em 2015, foram propostos sete grandes projetos que utilizariam os recursos previstos para aquele exercício no total de R\$ 1.897.000,00 (um milhão, oitocentos e noventa e sete mil reais).

Os "ciclos de capacitação" historicamente utilizam a maior parte dos recursos orçamentários do CEAJUD. Para 2015 estava prevista a oferta de 10.000 (dez mil) vagas em cursos a distância para servidores e magistrados de todo o Poder Judiciário. O CEAJUD promoveu apenas 1 ciclo com 2.500 (duas mil e quinhentas) vagas, entretanto, esse ciclo havia sido autorizado no final de 2014 e utilizou os recursos orçamentários daquele exercício. Esse projeto utilizou R\$ 460.622,30 (quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta centavos) para o pagamento de instrutores e coordenadores dos cursos a distância.

Para o "Projeto de produção e atualização de conteúdos de cursos a distância", havia previsão de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para o pagamento dos autores e conteudistas de cursos a distância. O CEAJUD recebeu autorização para a produção de apenas um curso (Gestão Documental no Poder Judiciário), que utilizou R\$ 5.631,65 (cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Para as "Ações formativas em parceria com outros setores do CNJ e órgãos do Poder Judiciário", foram reservados R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais). Foi autorizada a realização de 5 (cinco) ações formativas, que ao todo ofereceram 215 (duzentas e quinze) vagas e utilizaram R\$ 45.372,56 (quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). As ações realizadas foram:

- Workshop sobre acessibilidade no PJE;
- Curso de Fluxo do PJE - Abril;
- Curso de Infraestrutura do PJE;
- Curso de Fluxo do PJE - Novembro;
- Workshop sobre o MNI;
- Workshop Desenvolvimento de Chatbots.

O orçamento destinado a "Ações formativas em parceria com outros setores do CNJ e órgãos do Poder Judiciário" também foi utilizado para a realização da palestra "Motivação Alavanca Ideal para o Sucesso". O valor utilizado foi R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Além dos projetos já mencionados, em 2015 foram realizados pagamentos para alguns conteudistas selecionados na Seleção de Conteudistas de Educação a Distância, realizada em dezembro de 2014. Parte dos valores foi realizada com restos a pagar de 2014 e parte com o orçamento de 2015. Foram recebidos 5 (cinco) conteúdos, conforme constou do Edital e totalizaram o valor de R\$ 42.758,75 (quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Os conteúdos recebidos foram:

- Comunicação Institucional;
- Método de Análise e Solução de Problemas;
- Gestão da Qualidade Total;

- Prisões Provisórias;
- Conciliação e Mediação.

Portanto, ao todo foram executados R\$ 95.131,31 (noventa e cinco mil, cento e trinta e um reais e trinta e um centavos) o que representa apenas 5% do orçamento disponível para o CEAJUD em 2015. Como explicado acima, apesar do planejamento proposto contemplar a execução total do orçamento, a alta administração do CNJ decidiu priorizar a realização dos projetos mencionados.

Apesar das dificuldades encontradas para a execução do orçamento em 2015, o CEAJUD buscou alternativas para oferecer cursos e capacitar servidores. Uma das alternativas adotadas foi a realização de cursos autoinstrucionais, ou seja, sem a presença de um tutor/instrutor. Dessa forma, uma vez que esses cursos não exigem recursos financeiros, foi possível oferecer 37.032 (trinta e sete mil e trinta e duas) vagas para os servidores do Poder Judiciário e para toda a sociedade. Outra iniciativa sem custo para o CNJ foi a realização do 7º Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário como parte de um evento já existente, o Congresso Internacional de Educação a Distância. Assim, foi possível aproveitar a estrutura e os palestrantes desse evento sem nenhum custo adicional.

Plano Orçamentário: 0006 - Ações de Informática

Considerando a extração de dados do SIAFI, a execução orçamentária e financeira do Plano Orçamentário 0006 – Ações de Informática, em 2015, foi contemplada inicialmente com recursos no valor de R\$ 25.033.361,00 (vinte e cinco milhões, trinta e três mil, trezentos e sessenta e um reais).

Desse recurso, foi empenhado pelo CNJ o valor de R\$ 19.328.832,56 (dezenove milhões, trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), tendo sido liquidado e pago no exercício em análise o montante de R\$ 12.315.787,17 (doze milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos). Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 5.250.486,95 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos), montante destinado ao pagamento da prestação de serviços executados em 2015, mas que não foram faturados antes do fechamento do exercício.

Considerando os recursos à disposição do CNJ e os valores liquidados no exercício financeiro, verifica-se uma execução orçamentária e financeira de 49,2%. Entretanto, considerando o valor efetivamente executado e o valor inscrito em restos a pagar, a execução foi de 70,2%.

Considerando o valor empenhado, o valor liquidado e pago no exercício financeiro em análise, encontramos uma execução de cerca de 63,7% do empenho. Considerando o valor efetivamente executado e o valor inscrito em restos a pagar, a execução foi de 90,9%.

No que diz respeito à meta física para o Plano Orçamentário em análise, informamos que, no exercício de 2015, estabeleceu-se como meta física a manutenção de 100 (cem) por cento dos sistemas de TI mantidos pelo CNJ. Ao considerar o que foi liquidado no exercício, a meta física alcançada ficou em 68 (sessenta e oito) por cento dos sistemas mantidos.

A meta física considerou que, dentre as 13 (treze) contratações previstas para serem realizadas no exercício financeiro de 2015, 6 (seis) foram concretizadas dentro do período, 6 (seis) possuem processo administrativo de contratação tramitando e 1 (uma) foi cancelada.

Informamos que foi considerado, também, que dentre as 15 (quinze) prorrogações previstas para o exercício financeiro de 2015, 13 (treze) foram concretizadas, tendo apenas 2 (duas) prorrogações sido canceladas por não serem mais vantajosas para a Administração.

Dessa forma, os cancelamentos das contratações, a dificuldade na obtenção de propostas de preços adequadas para a precificação dos projetos e o tamanho reduzido da equipe disponível para gerenciar os processos administrativos e de planejamento de contratações refletiu na execução da meta no exercício financeiro de 2015.

Ressaltamos que uma das contratações realizadas no exercício financeiro de 2015, firmada por meio do Contrato CNJ n. 33/2015 com a empresa Algar, tem como objeto a “prestação de serviço técnico especializado para a sustentação do ambiente de tecnologia da informação e comunicação”, o que possibilitará aos servidores do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI despendermem mais tempo com as atividades de planejamento e administração de contratações e menos com atividades operacionais rotineiras.

Diante das informações apresentadas, conclui-se que, apesar de o Departamento de Tecnologia da Informação/CNJ não ter alcançado a meta física estabelecida para o uso dos recursos orçamentários destinados ao Plano Orçamentário 0006 – Ações de Informática, houve avanço significativo quando consideramos os contratos executados em 2015 e os percentuais inscritos em Restos a Pagar em conjunto com os valores efetivamente liquidados e pagos no exercício financeiro de 2015.

Ação 14ZQ - Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça

Com a desocupação dos espaços cedidos pelo STF e a transferência de unidades para o prédio da SEP 514, no início do segundo semestre de 2014, as áreas livres que seriam utilizadas para movimentação provisória de setores, a fim de viabilizar a reforma de um andar por vez, foram integralmente ocupadas por unidades, gabinetes de Conselheiros e o Plenário.

Desse modo, iniciaram-se os estudos para locação de imóvel, os quais visavam à transferência provisória de unidades do CNJ para possibilitar a realização da reforma ou a transferência definitiva de toda a estrutura deste órgão com a respectiva devolução do imóvel à Secretaria de Patrimônio da União. Findados os estudos, a Presidência do CNJ determinou a permanência das unidades nos prédios da SEP 514 e SCR 702/703.

Como a decisão foi proferida apenas em meados de julho de 2015, não houve prazo suficiente para se estabelecer uma nova estratégia de desocupação dos pavimentos do edifício visando à execução da reforma. Além disso, alguns procedimentos licitatórios, antes sobrestados, resultaram fracassados, de forma que suas repetições não foram concluídas a tempo de os contratos serem celebrados em 2015.

Nestes termos, somente foi possível realizar a execução de aproximadamente 4,6% da meta física inicialmente prevista (65%).

Ação: 152A - Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe.

Localizador: 0001 – Nacional

Impende ressaltar, inicialmente, que os projetos de investimentos externos ao CNJ em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) utilizam duas ações orçamentárias:

1. Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe - (Código 152A);
2. Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira - (Código 1K27).

O Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário (Pje) tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento e o aprimoramento do sistema no Poder Judiciário, propiciando a implantação e utilização do PJe, permitindo significativa evolução na tramitação dos processos e na obtenção dos dados gerenciais imprescindíveis para o alcance das estratégias nacionais definidas pelo CNJ.

O desenvolvimento e implantação do sistema viabiliza:

- a. Exercício da jurisdição de forma una, em razão do compartilhamento de informações processuais;
- b. Aproveitamento de informações entre ramos e instâncias do Judiciário;
- c. Atividades de cumprimento e controle de processos judiciais desempenhadas automaticamente pelo sistema;
- d. Maior confiabilidade e fidelidade dos dados estatísticos.

Considerando a extração de dados do SIAFI, a execução orçamentária e financeira da ação Pje, em 2015, foi contemplada inicialmente com recursos no valor de R\$ 17.928.800,00 (dezessete milhões, novecentos e vinte e oito mil e oitocentos reais). Ressalta-se, entretanto, o contingenciamento do montante de R\$ 17.215.113,00 (dezessete milhões, duzentos e quinze mil, cento e treze reais), reduzindo a dotação líquida disponível para R\$ 713.687,00 (setecentos e treze mil, seiscentos e oitenta e sete reais).

Desse recurso, foi empenhada pelo CNJ a importância de R\$ 489.547,49 (quatrocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos), tendo sido liquidado e pago todo o valor empenhado. Considerando os recursos efetivamente à disposição do CNJ e os valores liquidados no referido exercício financeiro, verifica-se uma execução Orçamentária e Financeira de 68,59%.

Considerando apenas o valor empenhado, bem como o valor liquidado e pago no exercício financeiro em análise, encontramos uma execução de 100% do empenho.

No que diz respeito à meta física de execução para o Pje, informamos que no exercício de 2015 estabeleceu-se 20 (vinte) por cento do sistema implantado como meta. Ao considerar o que foi liquidado no exercício, a meta alcançada ficou em 3 (três) por cento, tendo o contingenciamento de recursos impactado diretamente o alcance da meta estabelecida.

Ressaltamos que os recursos disponibilizados para a ação 152A – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário – Pje foram utilizados basicamente para o pagamento de passagens e diárias de profissionais que desenvolveram atividades relacionadas ao Processo Judicial Eletrônico. Tendo em vista a restrição de uso dos recursos para aquisição de equipamentos e softwares, bem como o contingenciamento ocorrido no período, a execução dessa ação não pôde ser maximizada conforme planejamento orçamentário.

Ação: 1k27 - Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira

Localizador: 0001 – Nacional

A ação de Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, em linhas gerais, objetiva o provimento de meios tecnológicos para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, mas tão somente pelos Órgãos do Poder Judiciário Estadual.

A execução orçamentária e financeira da ação Modernização (Código 1K27) em 2015 foi contemplada inicialmente com recursos no valor de R\$ 49.434.341,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais). Ressalta-se, entretanto, que do recurso inicial, R\$ 9.893.934,00 (nove milhões, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e trinta e quatro reais) foram contingenciados, transformando a dotação líquida disponível em R\$ 39.540.407,00 (trinta e nove milhões, quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e sete reais).

Do montante líquido, empenhou-se R\$ 33.843.080,01 (trinta e três milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitenta reais e um centavos), sendo R\$ 2.768.255,05 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos) efetivamente liquidados e

pagos no exercício financeiro e R\$ 23.220.460,61 (vinte e três milhões, duzentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e um centavos) inscritos em restos a pagar.

Considerando os valores contemplados após o contingenciamento, bem como o valor efetivamente liquidado no exercício financeiro em análise, verifica-se uma execução de cerca de 7% do total da dotação disponível. Entretanto, considerando o valor efetivamente executado e o valor inscrito em restos a pagar, a execução poderá chegar a 66%.

Considerando apenas o valor empenhado, bem como o valor liquidado e pago no exercício financeiro em análise, encontramos uma execução de cerca de 8,2% do empenho. Considerando o valor efetivamente executado e o valor inscrito em restos a pagar, a execução foi de 76,8%.

Em relação aos valores inscritos em Restos a Pagar, informamos que os contratos abaixo relacionados totalizaram o montante R\$ 22.931.281,48 (vinte e dois milhões, novecentos e trinta e um mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), correspondendo a, aproximadamente, 99% do valor inscrito em restos a pagar.

- Processo SEI 03249/2015; ARP 5/2015 – Aquisição de computadores servidores, incluindo software de virtualização, gabinetes para computadores servidores e cabos para interconexão dos equipamentos; R\$ 114.305,84 (cento e quatorze mil, trezentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos);
- Processo SEI 03240/2015; ARP 4/2015 – Aquisição de computadores servidores, incluindo software de virtualização, gabinetes e cabos para interconexão dos equipamentos; R\$ 12.628.911,00 (doze milhões, seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e onze reais);
- Processo SEI 02989/2015; ARP 6/2015 – Aquisição de solução unificada de armazenamento de dados; R\$ 9.161.862,04 (nove milhões, cento e sessenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quatro centavos).
- Processo SEI 02996/2015; ARP 7/2015 – Aquisição de solução unificada de armazenamento de dados; R\$ 1.008.000,00 (um milhão e oito mil reais).

Tal monta foi inscrita por se tratar de contratações decorrentes de Atas de Registro de Preços do CNJ que dependem de entrega e instalação em todas as regiões do país para o aceite, a emissão dos termos de recebimento definitivos e, conseqüentemente, para que ocorram os pagamentos:

Os outros 1% dos valores inscritos em Restos a Pagar correspondem aos Contratos CNJ n. 48/2010 (vigente até 10/11/2015) e CNJ nº 28/2015 (início da vigência em 11/11/2015), cujos objetos tratam da prestação de serviços de rede WAN para o tráfego de dados entre os órgãos do Poder Judiciário. O montante inscrito em Restos a Pagar, no valor de R\$ 289.179,13 (duzentos e oitenta e nove mil, cento e setenta e nove reais e treze centavos), refere-se à prestação de serviços executados em 2015, mas que não foram faturados antes do fechamento do exercício.

Importante ressaltar que a meta física de execução estabelecida para ação 1k27 no exercício de 2015 foi a implantação de 12 (doze) por cento do projeto. Considerando somente o que foi realizado dentro do exercício, a meta alcançada foi a implantação de 5 (cinco) por cento do projeto.

A dificuldade para obtenção de propostas de preços adequadas para a precificação dos projetos, aliada ao tamanho reduzido da equipe disponível para gerenciar os processos administrativos e planejamento envolvidos em processos de contratações, foram alguns dos fatores decisivos para que, dentre as contratações previstas, 3 (três) fossem priorizadas no exercício financeiro em análise. As demais contratações foram postergadas para o exercício financeiro de 2016, impactando diretamente na realização da meta planejada para 2015.

Diante das informações apresentadas, conclui-se que, apesar de o DTI/CNJ não ter alcançado a meta física estabelecida para o uso dos recursos orçamentários destinados à ação de Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação do Judiciário Estadual, a justiça brasileira avançou tecnologicamente, considerando-se os contratos executados em 2015 e os percentuais inscritos em Restos a Pagar que serão executados ainda no primeiro semestre de 2016.

Ação: 1k27 - Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira.

Localizador: 7002 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Mato Grosso.

Informamos que, ao analisar os projetos e ações encaminhados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, constatou-se sua incompatibilidade com as estratégias de aquisições e contratações nacionais, fazendo com que os recursos da emenda, em grande parte, não fossem utilizados.

Ressaltamos que, ao término do exercício financeiro em análise, houve contingenciamento nesta ação no valor de R\$ 18.524.798,00 (R\$ dezoito milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais), impactando diretamente a Meta Física Realizada.

Ação 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional

No que se refere à análise crítica das ações orçamentárias da Secretaria de Comunicação Social, cumpre informar que esta Secretaria, no exercício de 2015, planejou, produziu e executou campanhas institucionais, eventos internos e externos e apoiou eventos de outras instituições, dando ênfase às despesas de programas e ações orçamentárias com comunicação e divulgação institucional.

Nesse sentido, cabe considerar que merecem análise da gestão: a execução das metas, os fatores intervenientes evidenciados e os restos a pagar.

Da meta de 36.000 matérias previstas para a execução no ano em comento, o CNJ alcançou 12.361 matérias, compreendendo atividades de competência da Secretaria de Comunicação Social, por meio da realização e do desenvolvimento de ações de comunicação relacionadas às ações estratégicas mais relevantes e de interesse público.

Ressalta-se que não foram utilizados os recursos para a Realização de Campanhas Publicitárias, nem os previstos para Aquisição de Equipamentos para gravação, edição, armazenamento e transmissão de áudio e vídeo (para eventos no Plenário e fora do CNJ), isso porque fatores como infraestrutura e falta de definição estratégica prejudicaram o desenvolvimento das ações em questão.

Assim, observa-se que, como não foi possível a execução da totalidade do orçamento previsto, o CNJ não atingiu a meta de 36.000 matérias, prenunciadas de acordo com a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

Considera-se fatores intervenientes a falta de definição estratégica da alta administração para a realização de campanhas publicitárias e de programas de televisão e rádio para a TV Justiça.

Outro fator notável foi a não realização da mudança para a nova sede do CNJ, prevista para 2015, fato que prejudicou o desenvolvimento de parte considerável das ações por falta de estrutura.

Quanto à análise dos restos a pagar, evidencia-se que, devido à natureza do objeto “matéria veiculada”, não é possível associação direta entre o dispêndio de verbas e a execução da meta física. Portanto, mesmo havendo restos a pagar, as metas somente podem ser medidas até dezembro de 2015, já que a interpretação do item “matéria veiculada” é restrita ao mês de execução.

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

O benefício da Assistência Médica é prestado na forma de auxílio, de caráter indenizatório, mediante ressarcimento parcial de despesas com planos privados de assistência à saúde, de livre escolha e responsabilidade do beneficiário. Com o intuito de proporcionar condições para manutenção da saúde física e mental dos servidores e seus dependentes foram disponibilizados R\$ 1.228.656,00 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais).

No que se refere ao número de beneficiários, o quantitativo no mês de janeiro/2015 foi de 413. Com a nomeação de novos servidores, o quantitativo de beneficiários aumentou para 497 em dezembro/2015.

Empenhou-se o valor de R\$ 1.538.656,00 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), sendo que, deste, foram liquidados R\$ 1.293.884,23 (um milhão, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos) e R\$ 244.771,77 (duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos) foram inscritos em restos a pagar.

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Este benefício tem por objetivo conceder a assistência pré-escolar aos servidores que tenham filhos na faixa etária de zero a cinco anos. O orçamento previsto para este benefício foi de R\$ 285.120,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte reais).

No mês de janeiro/2015, o quantitativo do referido auxílio foi de 59 beneficiários. Com a nomeação de novos servidores, o quantitativo aumentou para 77 beneficiários em dezembro/2015.

Dessa forma, foi empenhado R\$ 523.800,00 (quinhentos e vinte e três mil e oitocentos reais) e foi liquidado R\$ 503.394,05 (quinhentos e três mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinco centavos), ficando R\$ 20.405,95 (vinte mil, quatrocentos e cinco reais e noventa e cinco centavos) reservados para restos a pagar.

Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Destina-se a assegurar aos servidores o pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte destinado ao custeio parcial das despesas realizadas nos deslocamentos para o local de trabalho e vice-versa. Os recursos orçados totalizaram R\$ 33.864,00 (trinta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais).

Em janeiro/2015 o quantitativo foi de 45 servidores. Com a nomeação de novos servidores, o quantitativo aumentou para 58 servidores em dezembro/2015.

Foi empenhado o valor de R\$ 64.864,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais). Foi liquidado R\$ 47.582,25 (quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), ficando R\$ 17.281,75 (dezessete mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos) reservados para restos a pagar. A elevada diferença entre os recursos inicialmente disponibilizados e o valor total empenhado foi justificada pelo aumento das tarifas de transporte público no ano de 2015.

Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Objetiva conceder, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, auxílio alimentação para custeio das despesas com alimentação aos servidores. Em relação a este benefício, foi destinada a dotação de R\$ 2.111.616,00 (dois milhões, cento e onze mil seiscentos e dezesseis reais).

Em janeiro/2015, quantitativo referente ao auxílio foi de 295 beneficiários. Com a nomeação de novos servidores, o quantitativo aumentou para 327 beneficiários em dezembro/2015.

Foi empenhado para o auxílio o valor de R\$ 2.876.896,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa e seis reais). Deste valor, foram liquidados R\$ R\$ 2.876.659,53 (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e três centavos) e R\$ 236,47 (duzentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos) foram reservados para restos a pagar.

Ação 00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes dos Auxílios Funeral e Natalidade

Os auxílios funeral e natalidade são benefícios do Plano de Seguridade Social concedidos ao servidor efetivo.

O auxílio natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto. Da mesma maneira, o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, no valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.

Considerando tais benefícios, a dotação inicial para ambos auxílios foi de R\$ 21.204,00 (vinte um mil, duzentos e quatro reais), tendo sido o mesmo valor empenhado. No entanto, considerando o número de servidores que receberam os auxílios, foi gasto somente o valor de R\$ 7.060,98 (sete mil e sessenta reais e oito centavos), restando R\$ 14.143,02 (catorze mil, cento e quarenta e três reais e dois centavos), inscritos em Restos a Pagar.

Ações 20TP: Pagamento de pessoal ativo da União; 09HB: Contribuição previdenciária patronal para o RPPS; 0181: Pagamento de Aposentadorias e Pensões; OC04: Provimento de cargos / reestruturação da carreira; 00H7: Contribuição previdenciária patronal para o RPPS, em virtude da reestruturação.

Houve um aumento de despesas com o pessoal ativo durante o ano de 2015, em comparação com 2014, tendo em vista o aumento substancial do quadro permanente do CNJ, cumulativamente com a implementação da 3ª parcela da reestruturação da carreira dos servidores do Poder Judiciário da União (Lei nº 12.774/2012) a partir de janeiro de 2015.

As despesas com contribuições patronais seguiram, naturalmente, o aumento das despesas com pessoal.

Não houve execução de despesas com o pagamento de aposentadoria ou pensões, uma vez que ainda não tivemos ocorrências dessa natureza.

Não há que se falar em meta física da ação (frente sua execução financeira), de sorte que o resultado de tais ações orçamentárias referem-se à própria execução mensal da Folha de Pagamento. Não ocorreram também fatores intervenientes, pelo mesmo motivo acima explanado.

Houve inscrição em restos a pagar em valores não expressivos quando comparado ao valor total da ação, em virtude de diversos pagamentos no exercício de 2016 (notadamente em janeiro) de valores referentes a 2015.

2.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 18. Restos a Pagar Processados (RPP)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	86.725,98	70.759,69	-	15.966,29
2013	733.433,08	382.296,98	-	351.136,10
2012	-	-	-	-

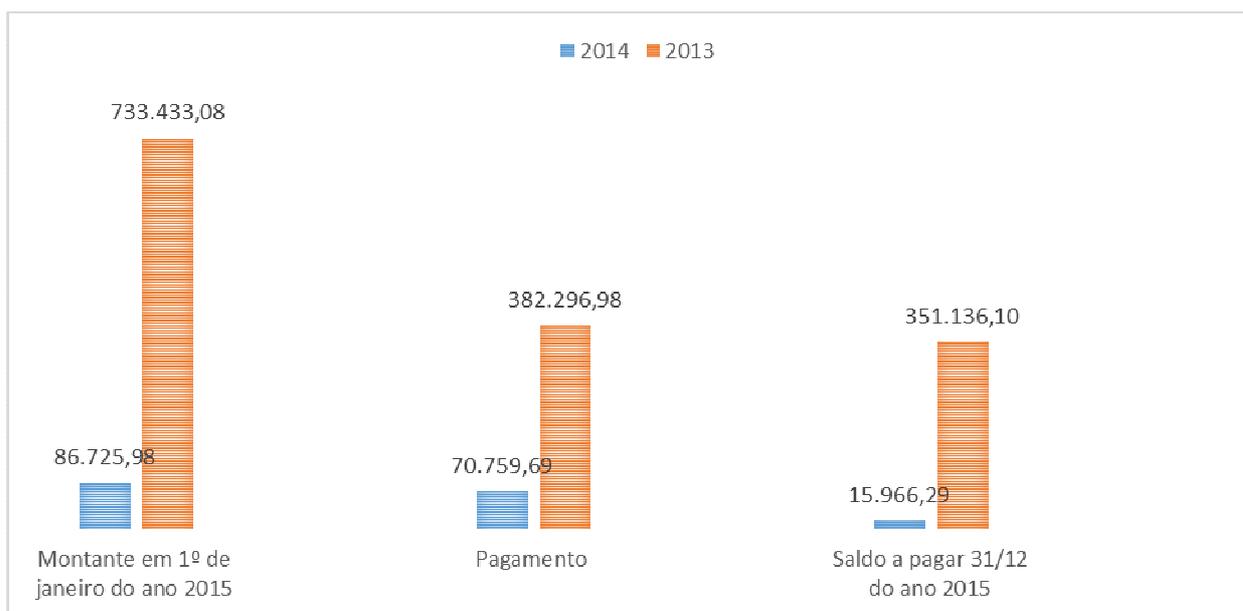
Fonte: Tesouro Gerencial

2013 – O valor de R\$ 351.136,10, cujo empenho 2013NE000092 correspondente ao Contrato 42/2009, refere-se a retenção preventiva de fornecedor para apuração de penalidade administrativa. Em consulta à Assessoria Jurídica do CNJ e à Advocacia Geral da União (AGU) ficou decidida a manutenção do valor em restos a pagar até que seja concluído o processo administrativo de apuração de possível sanção administrativa.

2014 – o valor de R\$ 15.966,29 é a soma de diversos saldos de empenhos referentes, em regra, correspondente à retenção preventiva de fornecedor para apuração de penalidades administrativas em andamento.

Assim, o Gráfico abaixo demonstra a execução, em 2015, dos RPP de 2013 e 2014. Houve esforços em não levar para 2016 os saldos de RPP de 2014, tanto que mais de 81% foram realizados em 2015, ano seguinte à inscrição. Quanto aos RPP de 2013, 52% foi realizado em 2015, mas ainda resta saldo para pagamento. No entanto, este saldo não pode ser realizado ainda por se tratar de apuração de penalidade administrativa cujo bloqueio de pagamento foi recomendado pela AGU.

Gráfico: Execução em 2015 dos Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores.



Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial

Quadro 19. Restos a Pagar Não Processados (RPNP)

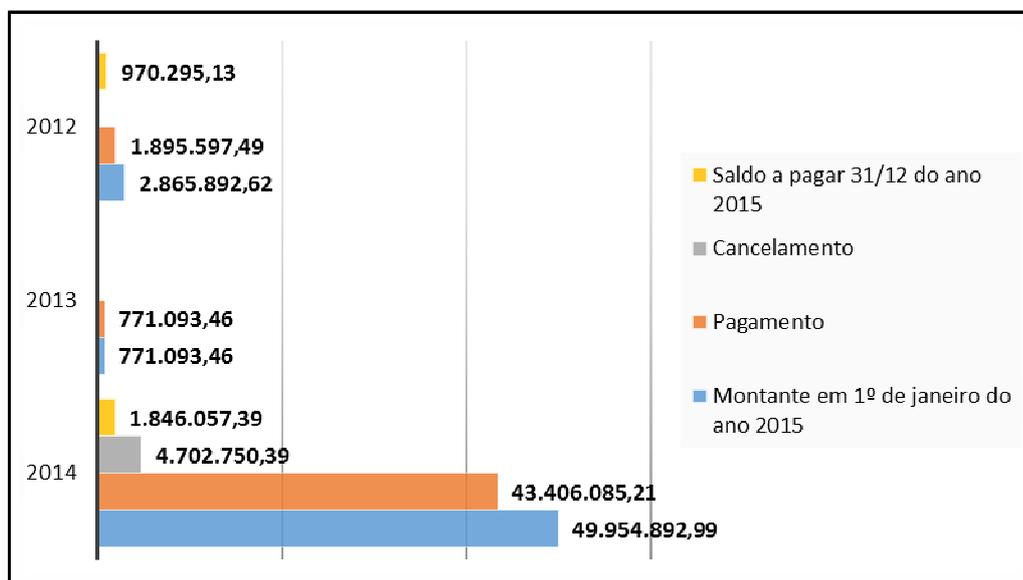
Restos a pagar não processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	49.954.892,99	43.406.085,21	4.702.750,39	1.846.057,39
2013	771.093,46	771.093,46	-	-
2012	2.865.892,62	1.895.597,49	-	970.295,13

Fonte: Tesouro Gerencial

2012 – O valor de R\$ 970.295,13, recolhido aos cofres do tesouro nacional por Guia de Recolhimento da União em janeiro de 2016, refere-se à aplicação definitiva de penalidade administrativa na execução do Contrato 49/2012, após regular processo administrativo.

2014 – Do montante de R\$ 1.846.057,39, aproximadamente R\$ 1.200.000,00 referem-se a despesas com folha de pagamento, encargos e benefício de servidores, e a diferença diz respeito a processos de apuração de sanção administrativa que se encontram em andamento.

Sobre a execução dos RPNP de exercícios anteriores em 2015, o Gráfico abaixo evidencia que mais de 96% dos RPNP de 2014 foram pagos ou cancelados, restando 4% pendentes de pagamento em 2016. Há um esforço também em não postergar a manutenção de RPNP ao longo dos anos, tanto que os 33% de saldo a pagar relativos a 2013, apesar de ainda constarem pendentes de pagamento em 2015, foram executados no início do exercício de 2016. Quanto ao saldo de 2013, não restaram valores pendente de pagamento em 2015.

Gráfico: Execução em 2015 dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores.


Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial

2.3.3 Informações sobre a execução de despesas

A seguir, serão apresentadas considerações pontuais a respeito da execução financeira e orçamentária do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Este Conselho executa seu orçamento por meio da Unidade Gestora (UG) número 040003. Tal UG detém a qualidade de unidade executora de orçamento, setorial financeira e setorial contábil.

Trata-se, também, da única UG subordinada ao Órgão Superior 17000 – Conselho Nacional de Justiça. Assim, os dados de execução orçamentária e financeira do CNJ podem ser extraídos pela UG 040003 ou Órgão 17000, exceto aqueles em moeda estrangeira, referentes ao Projeto de Doação BIRD TF 010771, os quais se deram nas UG 040010 e 040012 e não farão parte do escopo desta análise.

As informações sobre a execução da despesa foram extraídas com o sistema Tesouro Gerencial, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, disponível no sítio: <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb?pg=login>. Os dados apresentados referem-se à Unidade Orçamentária 17101 – Conselho Nacional de Justiça.

Quadro 20. Despesas por modalidade de contratação

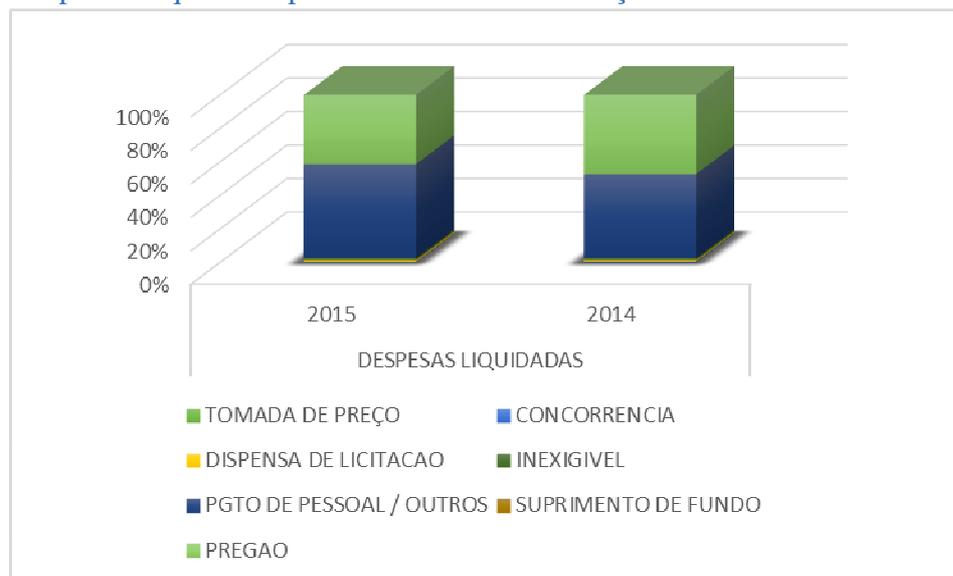
Unidade orçamentária: Conselho Nacional de Justiça		Código UO: 17101		UGO: 040003	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c)	42.448.425,92	45.069.647,62	42.341.610,97	44.984.121,60	
a) Tomada de Preços	0,00	236,01	0,00	236,01	
b) Concorrência	297.001,00	505.729,36	297.001,00	505.729,36	
c) Pregão	42.151.424,92	44.563.682,25	42.044.609,97	44.478.156,23	
2. Contratações Diretas (d+e)	2.332.172,61	1.955.298,27	2.331.897,21	1.954.098,31	
d) Dispensa	1.183.626,72	872.567,97	1.183.351,32	871.368,01	
e) Inexigibilidade	1.148.545,89	1.082.730,30	1.148.545,89	1.082.730,30	
3. Regime de Execução Especial	4.078,50	6.034,39	4.078,50	6.034,39	
f) Suprimento de Fundos	4.078,50	6.034,39	4.078,50	6.034,39	
4. Pagamento de Pessoal (g+h)	51.238.080,76	40.148.135,86	51.238.080,76	40.148.135,86	
g) Pagamento em Folha	49.134.254,97	39.042.641,98	49.134.254,97	39.042.641,98	
h) Diárias	2.103.825,79	1.105.493,88	2.103.825,79	1.105.493,88	
5. Outros	8.424.140,31	7.275.958,58	50.765.475,88	7.275.958,58	
6. Total (1+2+3+4+5)	102.114.725,49	94.455.074,72	102.007.635,14	94.368.348,74	

Fonte: Dados do Tesouro Gerencial. Elaboração Própria.

A maior parte da execução se deu na modalidade “Pregão”, utilizada para aquisição de bens e serviços comuns. A segunda maior parte das despesas são dos itens “Pagamento de Pessoal” e “Outros”, os quais englobam as despesas com pessoal, benefícios e diárias. Se forem excluídos os itens 4 e 5 do quadro acima, pelo caráter de exceção que possuem aos procedimentos licitatórios, observa-se que a modalidade “Pregão” será responsável por 99,29% das despesas liquidadas ($42.151.424,92 / (102.114.725,49 - 51.238.080,76 - 8.424.140,31) \times 100$).

As despesas das modalidades “Dispensa de Licitação” e “Inexigível”, presentes em menor proporção, representam, via de regra, as contratações de valor reduzido e situações em que não é viável a licitação, como cursos para servidores. Também se observa que houve uma redução de 41% nas liquidações da modalidade “Concorrência”. Os suprimentos de fundos e restos a pagar serão analisados em tópico separado. O Gráfico abaixo, mostra que a proporção de despesas liquidadas e pagas nas diferentes modalidades de licitação foi pouco alterada do exercício de 2014 para o de 2015, predominando as modalidades “Pregão” e “Pagamento de Pessoal/Outros”.

Despesas Liquidadas por Modalidade de Licitação em 2014 e 2015



Fonte: Dados do Tesouro Gerencial. Elaboração Própria.

A seguir será apresentada uma análise da execução orçamentária sob a ótica da natureza de despesa. As despesas serão detalhadas até o nível de elemento, conforme orientação do Tribunal de Contas da União. Cada grupo de despesa apresenta os elementos de despesas relacionados em ordem decrescente do montante empenhado no exercício de referência do relatório de gestão até o acumulado de 80% do valor executado no grupo de despesa, sendo que o restante (20% do valor executado em cada grupo) é informado de forma consolidada, com o título da linha “Demais elementos do grupo”. Os dados são comparados ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014.

Quadro 21. Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Conselho Nacional de Justiça		Código UO: 17101		UGO: 040003				
DESpesas CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	42.619.425,63	34.008.654,31	41.532.704,76	33.036.355,75	1.086.720,87	972.298,56	41.532.704,76	33.036.355,75
Demais elementos do grupo	8.622.601,54	6.937.451,50	7.601.550,21	6.006.286,23	1.021.051,33	931.165,27	7.601.550,21	6.006.286,23
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão de Obra	40.231.865,22	35.022.854,04	32.059.619,37	29.860.806,38	8.172.245,85	5.162.047,66	31.970.584,92	29.829.597,81
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.762.023,92	12.964.566,42	9.531.203,65	10.109.454,68	2.230.820,27	2.855.111,74	9.520.792,41	10.094.071,37
Demais elementos do grupo	11.359.816,82	14.549.496,99	10.245.429,91	11.730.493,13	1.114.386,91	2.819.003,86	10.238.349,84	11.724.411,27
DESpesas DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Equipamentos e Material Permanente	29.823.883,39	38.128.873,04	629.660,29	2.176.910,77	29.194.223,10	35.951.962,27	629.660,29	2.142.858,53
Demais elementos do grupo	6.814.343,34	2.798.071,41	514.557,30	1.534.767,78	6.299.786,04	1.263.303,63	513.992,71	1.534.767,78

Fonte: Dados do Tesouro Gerencial. Elaboração própria.

Observa-se que o montante de despesas empenhadas aumentou 4,73% em comparação ao exercício anterior, enquanto as despesas liquidadas aumentaram 8,11%. Destaca-se que o CNJ paga quase a totalidade das despesas liquidadas. Em 2014, este Órgão pagou 99,91% de todas as despesas liquidadas. Já em 2015, a proporção foi de 99,90%. Tais dados demonstram que há uma quantidade inexpressiva de Restos a Pagar Processados que são inscritos de um ano para o outro.

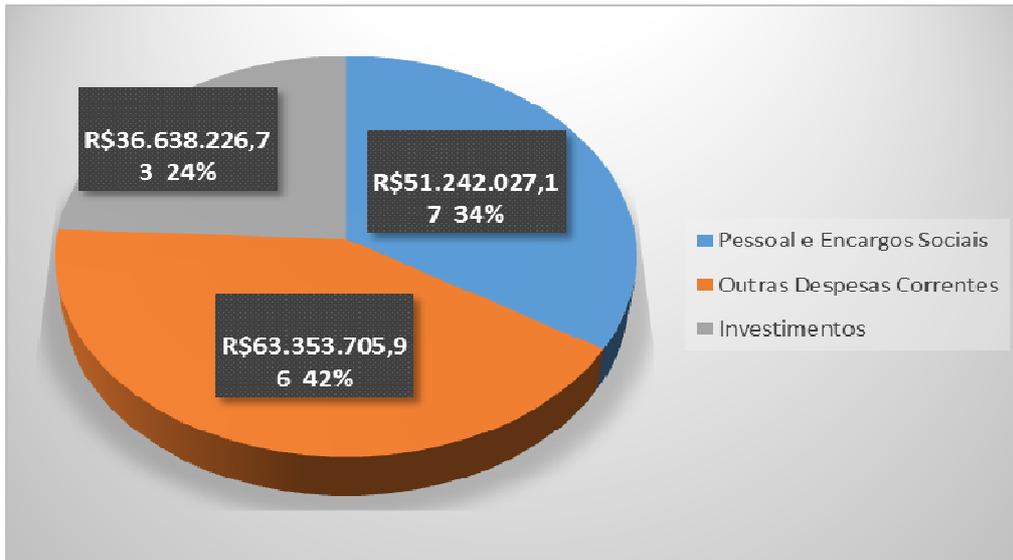
Com relação à efetiva utilização dos empenhos em 2015, observa-se que o percentual de liquidação total de empenhos (despesas liquidadas/despesas empenhadas) é de 67,52%. Tal percentual de execução do orçamento seria ainda menor se fossem excluídas do cálculo as despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, as quais possuem caráter remuneratório e cujo percentual de liquidação é da ordem de 95,89%. Dos três grupos de despesa apresentados, o Grupo 4 – Investimentos liquidou apenas 3,12% das despesas empenhadas. A maior parte das despesas dentro desse grupo são referentes a aquisição de equipamentos e materiais permanentes. O Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, engloba, majoritariamente: despesas com alocação de mão de obra terceirizada (vigilância, copa, secretariado, entre outros), prestação de serviços para manutenção do patrimônio do órgão e benefícios aos servidores do CNJ. O percentual de liquidação de empenhos desse grupo é de 81,82%.

O Conselho Nacional de Justiça não executou despesas nos Grupos 2 – Juros e Encargos da Dívida, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida.

A não liquidação das despesas empenhadas gera um volume de recursos a serem inscritos em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 49.119.234,37, o que representa 32,48% das despesas empenhadas. Destes, R\$ 35.494.009,14 são provenientes do Grupo de Despesa 4 – Investimentos.

O Gráfico abaixo, ilustra a proporção das despesas empenhadas nos diferentes grupos de despesa. Observa-se que há uma distribuição simétrica entre os grupos de despesa do órgão. A execução desses empenhos, todavia, não ocorreu de forma proporcional, conforme já discorrido nos parágrafos acima.

Percentual de despesas empenhadas por grupo em 2015



Fonte: Dados Tesouro Gerencial. Elaboração Própria.

2.3.4 Informações sobre suprimento de fundos

No âmbito deste Conselho, as despesas realizadas por meio de suprimento de fundos obedecem ao disposto na Instrução Normativa CNJ nº 8/2008, em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e Decreto-Lei nº 200/67.

A Administração do CNJ optou por utilizar a modalidade de suprimento (depósito em conta Tipo “B”), visto que há um pequeno volume de processos de concessão de suprimento de fundos.

Foram concedidos quatro suprimentos de fundos ao servidor Roberto Henrique Miranda dos Santos, CPF nº 003.289.941-62, no montante de R\$ 15.600,00 para gastos com material e serviços. Houve execução de R\$ 2.484,55, e a diferença foi devolvida aos cofres públicos por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

Concedeu-se também quatro suprimentos ao servidor Fernando Henrique Neves de Rodrigues Alves, CPF nº 020.511.391-56, no montante de R\$ 15.800,00 para gastos com material e serviços. Houve execução de R\$ 1.524,98, e a diferença foi devolvida aos cofres públicos por meio de GRU.

Assim, no ano de 2015, houve execução de despesa no montante de R\$ 150 milhões, dos quais apenas R\$ 4.009,53 foi executado por meio de suprimento de fundos, o que representa 0,002% da despesa.

A prestação de contas do suprimento de fundos é analisada pela Seção de Contabilidade e submetidas à Diretoria-Geral para aprovação/rejeição das contas a fim de realizar a baixa de responsabilidade do suprido ou apurar possível infração aos ditames da Instrução Normativa já citada.

Dessa forma, houve aprovação pelo Ordenador de Despesa acerca da aplicação dos recursos durante o exercício, de modo que não foi instaurado nenhum processo de prestações de contas não aprovadas, não havendo servidor em alcance na Instituição.

Os quadros abaixo demonstram a concessão e execução do Suprimento de Fundos por suprido e por natureza de despesa:

Quadro 22. Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (040003) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	003.289.941-62	Roberto Henrique Miranda dos Santos	4	R\$ 15.600,00			
	020.511.391-56	Fernando Henrique Neves de Rodrigues Alves	4	R\$ 15.800,00			
2014	018.335.405-22	Ailton da Silva Santos	2	R\$ 8.000,00			
	299.701.217-15	Silvia Maria Guapindaia Peixoto	2	R\$ 8.000,00			
	552.650.301-15	Karlla Silene Lima da Cunha	3	R\$ 12.000,00			
	691.689.031-20	Suzana Batista dos Santos	4	R\$ 16.000,00			

Fonte: Sistema de Administração Financeira - SIAFI

Quadro 23. Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (040003) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	003.289.941-62	Roberto Henrique Miranda dos Santos	4	R\$ 2.484,55				
	020.511.391-56	Fernando Henrique Neves de Rodrigues Alves	4	R\$ 1.524,98				

2014	018.335.405-22	Ailton da Silva Santos	2	R\$ 1.384,39				
	299.701.217-15	Silvia Maria Guapindaia Pinxoto	2	R\$ 618,25				
	552.650.301-15	Karlla Silene Lima da Cunha	3	R\$ 1.655,05				
	691.689.031-20	Suzana Batista dos Santos	4	R\$ 2.376,70				
Fonte: Sistema de Administração Financeira - SIAFI								

Quadro 24. Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
003.289.941-62	Roberto Henrique Miranda dos Santos	33.90.30	16	324,00
		33.90.30	17	120,00
		33.90.30	22	67,60
		33.90.30	24	277,00
		33.90.30	25	390,86
		33.90.30	28	99,00
		33.90.30	42	95,40
		33.90.39	17	346,00
		33.90.39	63	444,69
020.511.391-56	Fernando Henrique Neves de Rodrigues Alves	33.90.39	18	320,00
		33.90.30	16	272,00
		33.90.30	23	130,00
		33.90.30	24	372,00
		33.90.30	26	217,75
		33.90.36	22	344,83
		33.90.30	25	178,40
33.90.39	17	10,00		

2.4 Desempenho operacional

2.4.1 Poder Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ é considerado órgão de governança superior do Poder Judiciário, com atuação sobre 91 tribunais brasileiros, pertencentes a todos os segmentos de justiça – federal, estadual, do trabalho, eleitoral e militar.

A Emenda Constitucional 45/2004, ao criar o CNJ, buscou não apenas estabelecer um órgão de controle do Poder Judiciário, mas visou, também, ao aprimoramento da gestão dessa esfera de Poder em nível estratégico, na medida em que lhe incumbiu o dever de zelar pelo cumprimento do art. 37 da Constituição Federal, que versa sobre os princípios da Administração Pública.

Metas Nacionais

Inicialmente, cumpre destacar que as metas nacionais são fixadas em comum acordo pelos presidentes dos tribunais, conforme estabelecido nos encontros nacionais do Poder Judiciário.

O CNJ não fixa ou executa as metas nacionais, restringindo-se o seu papel a organizar, coordenar e monitorar os resultados. O papel institucional do Conselho consiste em incentivar, de forma permanente, a busca pelo aperfeiçoamento contínuo do Poder Judiciário, para promover a celeridade processual e o acesso à Justiça.

Nesse sentido, entende-se que os desempenhos abaixo apresentados não devem ser considerados como avaliação estrita da atividade do CNJ, visto que há autonomia dos tribunais e órgãos da Justiça; mas são evidências de que o Conselho tem se empenhado, como órgão de governança superior, a incentivar melhores resultados operacionais de toda a Justiça, ao promover anualmente a definição de metas e o seu monitoramento permanente, além de realizar eventos para promover a análise dos resultados e a governança.

Cumprimento das Metas de 2015 – resultados parciais¹

META 1 - Produtividade

Meta: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Essa meta visa a incentivar a produtividade e prevenir formação de estoque de processos nos tribunais.

Distribuídos	14.806.646
Julgados	13.816.061
Percentual de Julgamento	93,31%

¹ Dados atualizados até setembro de 2015. Conforme estabelece a Resolução CNJ n.198, art. 3º, §2º, o relatório anual com os dados finalizados é divulgado até o primeiro quadrimestre do ano subsequente (prazo até abril/2016).

META 2 – Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos)

Essa meta é direcionada a incentivar a redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo, de forma a zelar pelo princípio constitucional da razoável duração do processo.

Meta: No Superior Tribunal de Justiça, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2010 e 90% dos processos distribuídos em 2011.

Tribunais Superiores	% de cumprimento da meta
STJ (distribuídos até 2010)	92,54%
STJ (distribuídos em 2011)	97,59%

Meta: No Tribunal Superior do Trabalho, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Tribunais Superiores	% de cumprimento da meta
TST (distribuídos até 2012)	85,12%

Meta: Na Justiça Militar da União, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nas Auditorias Militares, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no Superior Tribunal Militar.

Tribunais Superiores	% de cumprimento da meta
Auditorias Militares	94,35%
STM (distribuídos até 2013)	102,69%

Meta: Na Justiça Estadual, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Justiça Estadual	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2011 no 1º grau	65,50%
Distribuídos até 2012 no 2º grau	103,58%
Distribuídos até 2012 nos Juizados e Turmas	73,60%

Meta: Na Justiça Federal, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Justiça Federal	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2010 no 1º e no 2º grau	88,25%
Distribuídos em 2011 nos Juizados e Turmas	97,65%
Distribuídos até 2012 nos Juizados e Turmas	133,68%

Meta: Na Justiça Eleitoral, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Justiça Eleitoral	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2012 no 1º e no 2º grau	92,32%

Meta: Na Justiça do Trabalho, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e no 2º grau.

Justiça do Trabalho	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2013	101,57%

Meta: Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nas Auditorias Militares, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 2º grau.

Justiça Militar Estadual	% de cumprimento da meta
Distribuídos até 2013 nas Auditorias Militares	99,17%
Distribuídos até 2014 no 2º grau	103,98%

META 3 - Conciliação

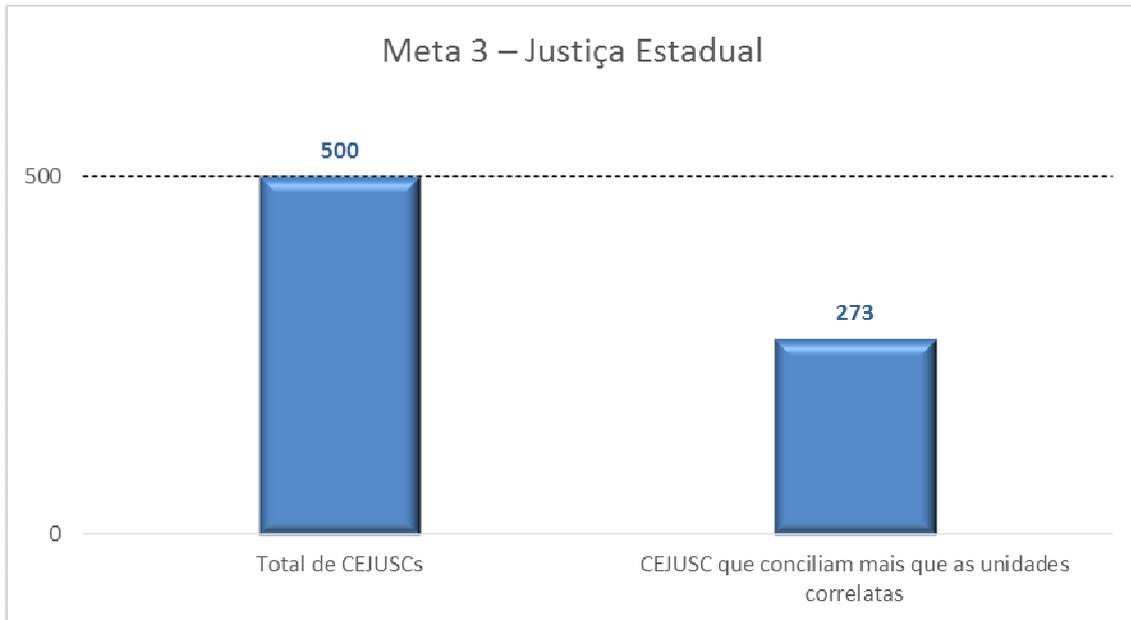
A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos foram expressamente indicados no Novo Código de Processo Civil (CPC) como formas preferencias à judicialização, devendo ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.

Nesse sentido, o Novo CPC traz uma Seção específica para tratar da criação de Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (Seção V, do Capítulo III – Dos Auxiliares da Justiça), englobando os arts. 165 a 175, além de prever como requisito essencial das petições iniciais a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação (art. 319, inciso VII, do CPC).

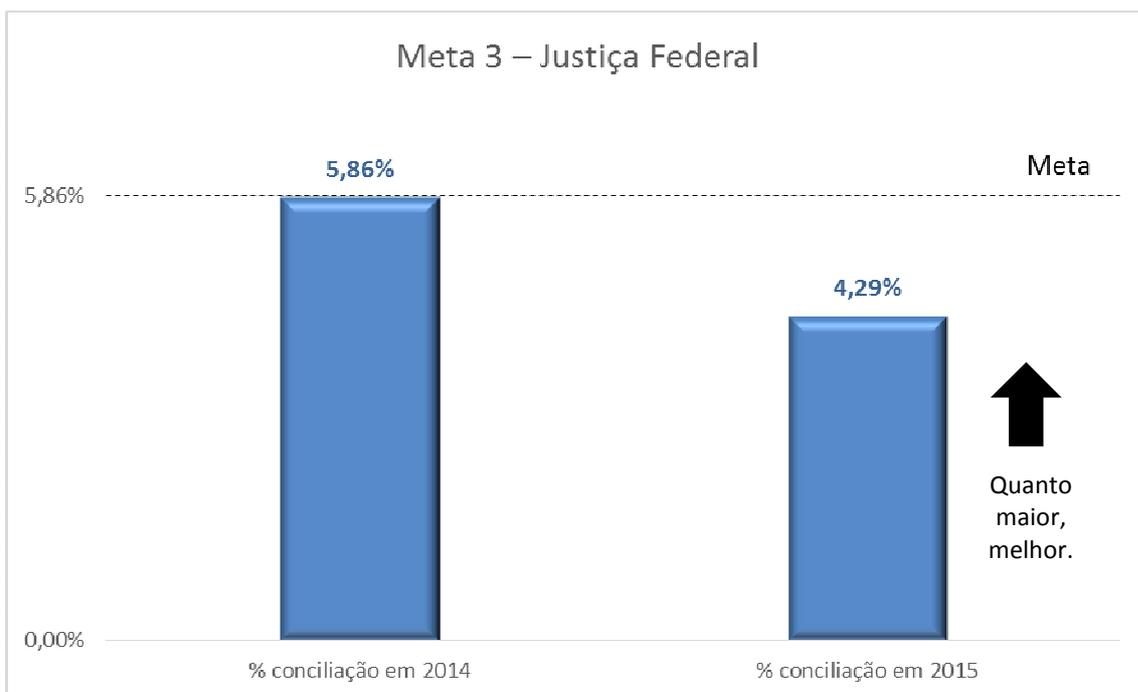
Há, ainda, o tratamento específico do rito da Audiência de Conciliação ou de Mediação, previsto no art. 334, bem como a exigência de nova tentativa de conciliação, pelo juiz da causa, no início da Audiência de Instrução e Julgamento, prevista no art. 359, ambos do Código novel.

Nessa linha, a Lei de Mediação também tratou do tema na Seção III – Do Processo de Mediação, Subseção III – Da Mediação Judicial, nos dispositivos dos arts. 24 ao 29.

Meta: Na Justiça Estadual, impulsionar os trabalhos dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e garantir aos estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução CNJ n. 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes.



Meta: Na Justiça Federal, aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.



META 4 – Improbidade Administrativa

A meta 4 destina-se a promover a celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra administração pública. A meta busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da administração pública, dos deveres de probidade e da coisa pública.

A exemplo das Metas 1 e 2, nesta meta, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais e são contemplados recursos e incidentes processuais.

Meta: Na Justiça Estadual, identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012.

	% de cumprimento da meta
Justiça Estadual	80,64%

Meta: Na Justiça Federal, identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.

	% de cumprimento da meta
Justiça Federal	45,21%

Meta: Na Justiça Militar da União e dos Estados, identificar e julgar até 31/12/2015 as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2013.

Justiça Militar da União	% de cumprimento da meta
Auditorias Militares	57,58%
STM	100,00%

	% de cumprimento da meta
Justiça Militar Estadual	90,09%

Meta: No Superior Tribunal de Justiça, identificar e julgar até 31/12/2015 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2012 e 60% das distribuídas até 31/12/2013.

	% de cumprimento da meta
STJ – ações distribuídas até 2012	86,44%
STJ – ações distribuídas em 2013	103,23%

META 5 - Execução

No início do ano de 2014, constava na Justiça Estadual um acervo de 57,2 milhões de processos que estavam pendentes de baixa, dentre os quais, mais da metade (52%) se referiam à fase de execução. Dentre as execuções, consideram-se as execuções judiciais criminais (de pena privativa de liberdade e pena não-privativa de liberdade), as execuções judiciais não criminais e as execuções de títulos executivos extrajudiciais, segregadas entre fiscais e não fiscais.

As execuções iniciadas, por sua vez, representam 26% do total de casos novos, sendo, que, foram baixados 4,4 milhões de execuções no ano de 2014, o equivalente a somente 86% dos casos novos. Tal comportamento contribui para o aumento de casos pendentes no ano subsequente e, também, para a já elevada taxa de congestionamento da fase de execução no 1º grau (87%).

O CNJ busca o enfrentamento deste tema, a partir do diagnóstico acima revelado, incentivando a adoção de Meta relacionada ao problema.

Meta: Na Justiça Federal, baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Meta: Na Justiça do Trabalho, baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

PANORAMA NACIONAL	Execução não fiscal			Execução fiscal			Execução fiscal e não fiscal		
	Distribuídos	Julgados	% cump.	Distribuídos	Julgados	% cump.	Distribuídos	Julgados	% cump.
TST	0	0	0,00%	0	0	0,00%	0	0	0,00%
1º Grau comum	679.544	688.273	101,28%	23.870	28.887	121,01%	703.414	717.16	101,81%
2º Grau	70	138	194,37%	0	0	0,00%	70	138	194,37%
Juizados Especiais Cíveis	129.758	114.192	88,00%				129.758	114.192	87,33%
Juizados Especiais da Fazenda Pública	0	0	0,00%				0	0	0,00%
TOTAL	809.372	802.603	99,16%	23.870	28.887	121,01%	833.242	831.49	99,67%

META 6 – Ações Coletivas

As ações coletivas têm potencial para reduzir o volume de processos nos tribunais, apesar da complexidade e dificuldades para julgamento. Nesse sentido, entende-se que devem ser priorizadas.

Meta: Na Justiça Estadual, identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Justiça Estadual	% de cumprimento da meta
1º grau	36,87%
2º grau	30,61%

Meta: Na Justiça Federal, identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Justiça Federal	% de cumprimento da meta
1º grau	63,98%
2º grau	31,12%

Meta: Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho, identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Justiça do Trabalho	% de cumprimento da meta
1º grau	93,63%
2º grau	87,85%

Meta: No Tribunal Superior do Trabalho, identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: até 31/12/2012.

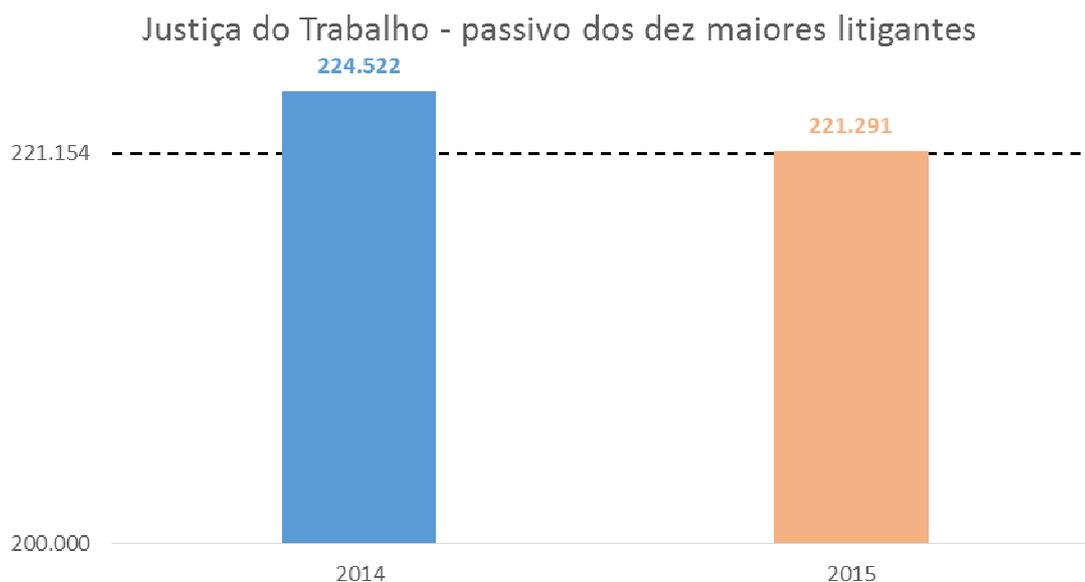
	% de cumprimento da meta
Tribunal Superior do Trabalho	98,24%

META 7 – Grandes litigantes

A meta justifica-se pela necessidade de desestimular a litigiosidade serial. No que concerne às demandas repetitivas, busca-se acelerar a tramitação e a inclusão em pauta dos feitos paradigmas permitindo que, após decididos, as instâncias de origem prossigam no julgamento e encerramento dos feitos que aguardam a manifestação dos tribunais superiores.

Por outro lado, a meta encontra respaldo e se harmoniza com as previsões do novo CPC, que, com a criação do incidente de resolução de demandas repetitivas, objetiva assegurar a isonomia na aplicação da lei e a segurança jurídica.

Meta: Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho, identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.



Meta: Nos Tribunais de Justiça Estaduais, gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

	% de cumprimento da meta
Justiça Estadual	61,84

2.4.2 Conselho Nacional de Justiça

Plenário

Em seus dez anos de existência e no desempenho de sua finalidade, o CNJ consolidou-se tanto como órgão de controle administrativo e financeiro, quanto de alinhamento estratégico do Poder Judiciário, o que pode ser evidenciado:

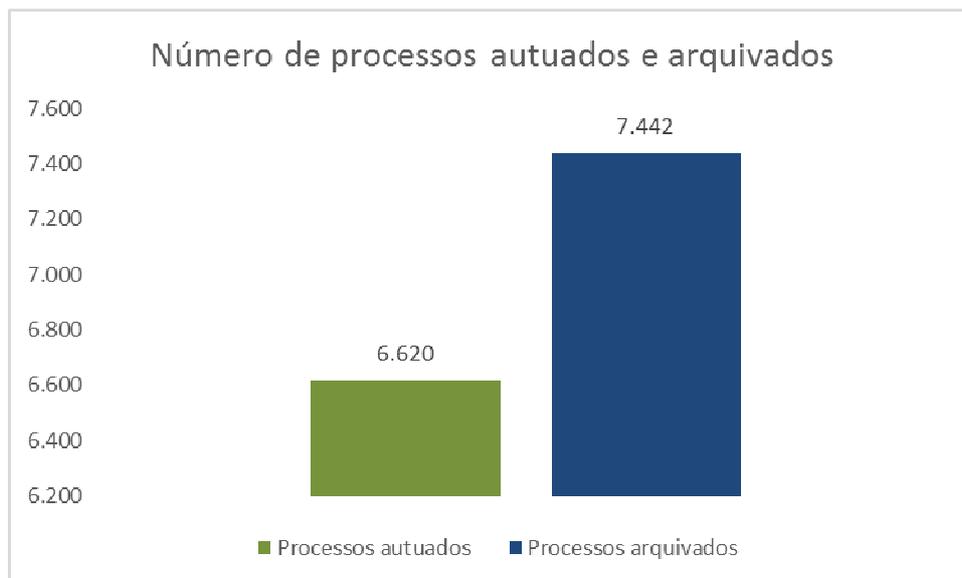
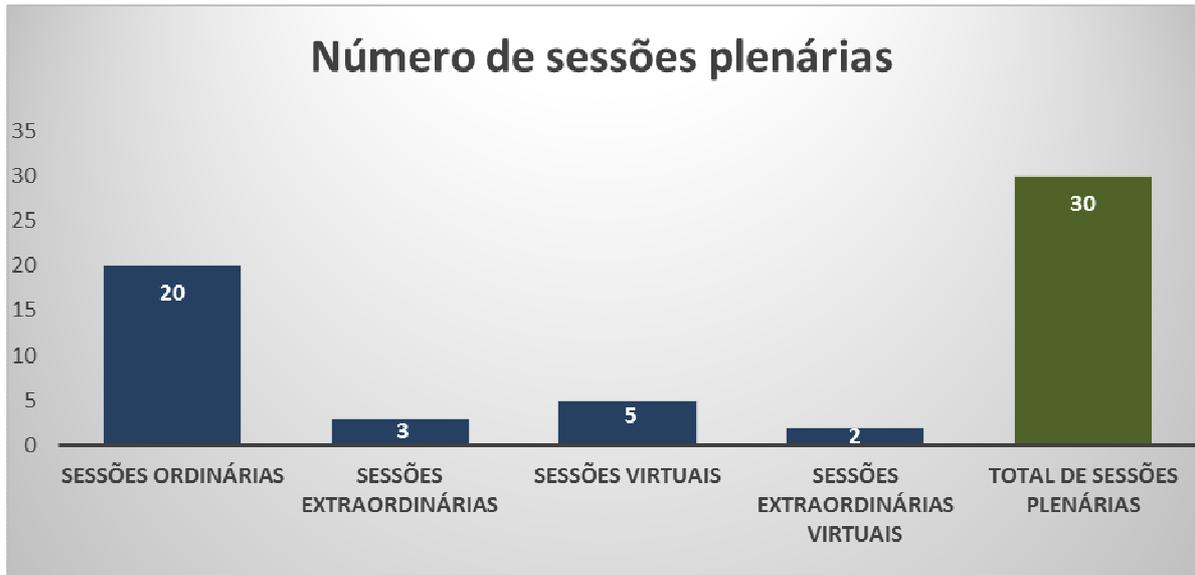
- i) pela atuação do Plenário na análise de pedidos de providência, procedimentos de controle administrativo, processos disciplinares, reclamações e outras classes processuais que atuam principalmente sobre a função de controle;
- ii) pelo exercício da função normativa, com alcance sobre praticamente todos os órgãos do Poder Judiciário;
- iii) pela definição de metas nacionais e do planejamento estratégico do Poder Judiciário, já demonstrado no item 2.4.1 deste documento.

A seguir, apresentam-se os resultados dos itens i e ii, que consistem nas duas principais atuações finalísticas do CNJ e a atuação de seu Plenário.

Julgados do CNJ

Aqui, destaca-se, em números, uma das principais atividades do Conselho, que é a avaliação da legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário e o julgamento de processos disciplinares e reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro. Importante ressaltar que no ano de 2015 foram julgados em plenário 401 processos.

A seguir, são demonstrados os principais indicadores da movimentação processual do CNJ.



A partir dos resultados acima, define-se o **Índice de produtividade** a seguir detalhado e com o resultado para 2015.

Descrição: Mede o percentual de processos de competência do CNJ arquivados em relação aos processos autuados no período.

Fórmula:

$$IPP_{2015} = \frac{\text{Total de processos arquivados}}{\text{Total de processos autuados}} * 100$$

Total de Processos arquivados: 7.442

Total de processos autuados: 6620

Medição para 2015: 112,4%

Este resultado demonstra que, no período, a produtividade foi positiva, com arquivamentos em número superior à entrada de novos processos.

Atividade normativa

Emenda Regimental, Resoluções, Recomendações e Enunciados Administrativos

O CNJ tem a missão constitucional de aprimorar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Sua atuação busca contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício de toda a população.

Entre as ações executadas com essa finalidade, o CNJ expede diversos atos normativos, como resoluções e recomendações, que influem diretamente na Política Judiciária, com zelo pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura.

Em 2015, o Conselho editou 1 Emenda Regimental, 1 Enunciado Administrativo, 13 Resoluções e 1 Recomendação contendo regulamentações sobre as atividades do Judiciário.

Os quadros abaixo revelam assuntos/temas que foram objeto da atuação normativa.

Emenda Regimental

O CNJ editou a seguinte emenda regimental:

EMENDA REGIMENTAL EDITADAS EM 2015	
Emenda Regimental	Assunto
Emenda Regimental n. 02	Acrescenta o art. 118-A ao Regimento Interno do CNJ. Admite o julgamento em ambiente eletrônico dos procedimentos que aguardam apreciação pelo Plenário

Essa emenda possibilitou aumentar a celeridade na análise dos procedimentos de competência do Plenário, com impactos positivos, conforme demonstrado no item 2.4.2 (Julgados do CNJ).

Resoluções

O CNJ editou as seguintes resoluções:

RESOLUÇÕES EDITADAS EM 2015	
Resolução	Assunto
Resolução n. 200	Disciplina causa de impedimento de magistrado prevista no art. 134, IV, do Código de Processo Civil.
Resolução n. 201	Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).
Resolução n. 202	Regulamenta o prazo para a devolução dos pedidos de vista nos processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução n. 203	Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.
Resolução n. 204	Revoga os §§ 4º e 5º do artigo 12 da Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014.
Resolução n. 205	Acrescenta dispositivo na Resolução 158, que instituiu o Fórum Nacional de

	Precatórios.
Resolução n. 206	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Resolução 154, de 13 de julho de 2012, que disciplina a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.
Resolução n. 207	Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
Resolução n. 208	Altera a Resolução 75, de 12 de maio de 2009.
Resolução n. 209	Dispõe sobre a convocação de magistrados para auxílio no âmbito do CNJ, dos tribunais estaduais, regionais, militares e superiores e adota outras providências.
Resolução nº 210	Dispõe sobre procedimentos de transferência de bens do Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao projeto “Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação no Poder Judiciário”
Resolução nº 211	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.
Resolução nº 212	Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (FONTET), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.

Recomendações

O CNJ editou a seguinte recomendação:

RECOMENDAÇÕES EDITADAS EM 2015	
Recomendação	Assunto
Recomendação n. 51	Recomenda a utilização dos Sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud e dá outras providências.

Enunciados Administrativos

O CNJ editou o seguinte enunciado administrativo:

RECOMENDAÇÕES EDITADAS EM 2015	
Enunciado Administrativo	Assunto
Enunciado Administrativo n. 15	Autoriza desconto na remuneração de servidores do Poder Judiciário em caso de paralisação por motivo greve.

Destaques no cumprimento das Diretrizes da Gestão 2015-2016

A seguir, são apresentados alguns destaques em iniciativas e ações que foram desenvolvidas no contexto das diretrizes de gestão da Presidência 2015-2016. As diversas frentes demonstram que essas serviram como instrumento de gestão essencial e estratégico, a balizar a atuação do Conselho Nacional de Justiça. Mais informações sobre as Diretrizes de Gestão, bem como os projetos e iniciativas relacionados, estão no item 2.1 deste Relatório.

Uma das principais políticas judiciárias que permitem concretizar a atuação do CNJ é a Estratégia Nacional do Poder Judiciário. O desenvolvimento da estratégia nacional contou com o apoio direto do CNJ, e é instrumento de interlocução permanente entre Conselho, magistrados e tribunais. Como produto dessa articulação estratégica, foram firmadas novas Metas do Judiciário para 2016.

Outro elemento fundamental para apoiar o planejamento estratégico do Judiciário, o Relatório Justiça em Números, publicado pelo CNJ há dez anos, ganhou novidades em 2015.

Além de incluir os dados sobre a estrutura do Judiciário que pertenciam ao sistema Justiça Aberta, o relatório ganhou novas variáveis para 2016 que permitirão, entre outras análises, avaliar o tempo de duração de um processo.

Ainda em 2015, o CNJ lançou novo edital do programa Justiça Pesquisa, para promover estudos sobre temas de interesse do Judiciário. Os estudos deverão não apenas apresentar diagnósticos, mas também propostas para a solução dos problemas encontrados. Entre os temas do edital, estão os impactos dos modelos de gestão judicial, os maiores litigantes de ações consumeristas e o papel da conciliação e mediação na ampliação do acesso à Justiça.

Depois de três anos de trabalho, foi concluído em 2015 o projeto Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais, resultado de convênio firmado entre CNJ e Banco Mundial para repensar a gestão dos tribunais brasileiros. A ideia foi estudar as rotinas dos tribunais para desenvolver um novo modelo colaborativo de alocação de recursos humanos e orçamentários, com foco no redesenho e na otimização de procedimentos e rotinas para melhorar o acesso à Justiça.

O CNJ, nesse período, firmou parcerias com tribunais e outros atores do sistema de Justiça, como Ministério Público, Defensoria Pública e polícias, além de órgãos do Executivo nacional e nos estados, consideradas essenciais para a efetivação de diversos projetos desenvolvidos pelo CNJ na área de política criminal e carcerária. O Ministério da Justiça tem contribuído para o sucesso do projeto Audiências de Custódia por meio do fornecimento de tornozeleiras eletrônicas para evitar o encarceramento desnecessário, um dos objetivos do projeto. Já órgãos como Ministério Público e Defensoria Pública são importantes para apuração de relatos de tortura sofrida pelos presos.

No projeto Cidadania nos Presídios, desenvolvido pelo CNJ e atualmente em fase piloto no Espírito Santo, a interação do CNJ com organismos estatais e sociais é fundamental para incentivar ações para a reintegração do egresso à sociedade.

Além de constantes tratativas com o Executivo para o fomento à desjudicialização, o CNJ e representantes da equipe econômica do governo anunciaram política de aceleração de cobrança de ações envolvendo a Dívida Ativa da União. Entre as medidas em estudo estão a promoção de mutirões de mediação e de conciliação e a melhoria de ferramentas de internet para que os devedores possam saldar os débitos com mais facilidade. Além das vantagens para os cofres públicos, o projeto deve colaborar para desafogar o Judiciário, uma vez que as execuções fiscais são responsáveis pelo maior gargalo do Judiciário em estoque de processos.

O CNJ ainda tem dialogado com o Legislativo para a aprovação de normas de interesse do Judiciário, como ocorreu com o novo Código de Processo Civil (CPC) e a Lei de Mediação. A ação também passa por questões extrajudiciais, como é o caso de nota técnica aprovada pelo plenário do CNJ pela rejeição de propostas de emenda à Constituição que visam efetivar interinos de cartórios que não passaram por concursos públicos. O CNJ também apoia a edição de lei para regulamentação das audiências de custódia, já reconhecidas, inclusive, em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na área tecnológica, o CNJ está em constante diálogo com diferentes órgãos de Justiça para viabilizar a infraestrutura adequada ao funcionamento do Poder Judiciário. É o caso do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), desenvolvido com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e o Escritório Digital, parceria do CNJ com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O incentivo à comunicação e ao compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Judiciário, cujo maior expoente é o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Outra iniciativa desenvolvida pelo CNJ foi a Justiça Restaurativa, que se baseia na perspectiva de solução de conflitos pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores. A partir da aproximação entre as partes, assim como entre suas famílias e a sociedade, é possível obter a reparação dos danos causados por um crime ou infração. O método envolve

diferentes pessoas e instituições, que além da reparação de danos, trabalham pela recuperação social do agressor pelo conceito de corresponsabilidade social do crime.

Para desestimular ações de índole temerária ou protelatória, o CNJ tem fomentado a solução consensual de conflitos por meio de conciliação e de mediação, além de promover novo estudo sobre os maiores litigantes do Judiciário e pesquisa sobre o funcionamento dos juizados especiais.

Mais detalhes sobre projetos e iniciativas estratégicas realizados em 2015 podem ser colhidos em relatório publicado no portal do CNJ: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/423d01efe90cb5981200f1d03df91ec5.pdf>

2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

As medições apresentadas nesse documento referem-se ao ano base 2015. Cumpre destacar que se trata de uma primeira mensuração, que servirá para subsidiar a definição de metas para 2016 e anos subsequentes, e outras inferências.

Destaque-se que, ao longo de 2015, a metodologia de planejamento do CNJ adotou como instrumento gerencial a definição de “diretrizes de gestão” e não o conceito “metas”. Nessa metodologia, priorizou-se o gerenciamento e desenvolvimento de projetos, que ocorreu alinhado às diretrizes estratégicas para o biênio 2015-2016. Mais informações sobre a gestão estratégica do CNJ por meio de diretrizes de gestão constam do item 2.1 deste Relatório.

Esclarece-se que, em segunda etapa, que teve início em 2016, serão adotadas, além das diretrizes e do plano estratégico 2015-2020, metas para fortalecer a coordenação estratégica do Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, os indicadores apresentados a seguir são medições feitas em relação ao ano de 2015, que servirão como base para as definições de metas em 2016.

Objetivo Estratégico

Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e outros instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário

Índice de Cumprimento da Meta Nacional 1

A Meta Nacional 1 avalia os tribunais quanto a sua capacidade de julgar mais processos do que os distribuídos. Nesse sentido, pode ser considerado indicador geral de desempenho, com foco em celeridade processual.

Descrição: mede o percentual de tribunais que cumpriram integralmente a Meta Nacional 1 no período

Fórmula:

$$\frac{\text{Total de tribunais que alcançaram a Meta Nacional 1}}{\text{Total de tribunais}} * 100$$

Total de tribunais que alcançaram a Meta Nacional 1: 37

Total de tribunais: 90

Medição para 2015: 41,11%

Objetivo Estratégico

Realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário

Taxa anual de pesquisas entregues no prazo previsto

Descrição: mede o percentual de pesquisas entregues no prazo previsto.

Fórmula:

$$\frac{\text{Total anual das pesquisas entregues no prazo previsto pelo DPJ}}{\text{Total de pesquisas realizadas}} * 100$$

Medição para 2015: 100%*

* Em 2015, foram realizadas oito pesquisas próprias, das quais foi possível aferir prazos estipulados para entrega em somente quatro, todas entregues dentro do prazo estipulado. Das demais quatro pesquisas sem prazos de entrega estipulados, informa-se na tabela a seguir apenas a data da entrega, deixando-as fora do cômputo do indicador.

Lista de pesquisas realizadas em 2015	Prazo estipulado	Prazo da entrega
Relatório Justiça em Números 2015	15/08/2015	15/08/2015
Série temática 1 do Censo do Poder Judiciário	01/05/2015	08/04/2015
Colaboração para a publicação periódica Brasil em Números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	02/04/2015	27/03/2015
Relatório Supremo Tribunal Federal em Números 2015	30/11/2015	28/11/2015
Relatório de acompanhamento dos dados gerados pelos Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) nos tribunais brasileiros (4º trimestre de 2014)	não aferido	04/03/2015
Relatório de acompanhamento dos dados gerados pelos Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) nos tribunais brasileiros (1º trimestre de 2015)	não aferido	30/07/2015
Relatório de acompanhamento dos dados gerados pelos Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) nos tribunais brasileiros (2º trimestre de 2015)	não aferido	09/10/2015
Relatório de acompanhamento dos dados gerados pelos Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) nos tribunais brasileiros (3º trimestre de 2015)	não aferido	07/12/2015

Objetivo Estratégico

Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental

Índice global de racionalização de recursos

Descrição: mede o percentual global de racionalização de consumo de recursos (água, energia, combustível, materiais de insumos e telefonia)

Fórmula:

$$1 - \left(\frac{\text{Total de Recursos Gastos}}{\text{Total de Recursos Gastos no ano anterior}} \right) * 100$$

Total de Recursos Gastos = \sum despesas em reais com água, energia, combustíveis, materiais de insumos e telefonia fixa.

Total Gasto – 2014-2015		
Recurso	2014	2015
Telefonia Fixa	R\$ 112.843,76	R\$ 113.292,91
Água	R\$ 73.626,13	R\$ 107.572,28
Energia	R\$ 450.840,76	R\$ 826.237,00
Água Mineral - garrafão 20Lt e garrafa 500ml	R\$ 52.857,33	R\$ 53.965,49
Café	R\$ 12.775,00	R\$ 14.685,50

Açúcar	R\$ 3.598,50	R\$ 4.182,00
Material de Expediente	R\$ 72.236,14	R\$ 56.382,37
Material de Processamento de Dados	R\$ 440.169,45	R\$ 181.291,69
Material de Copa	R\$ 15.526,22	R\$ 18.186,81
Combustível	R\$ 144.372,92	R\$ 168.064,61
Total Gasto	R\$ 1.378.846,21	R\$ 1.543.860,66

Medição para 2015: - 11,97%

Objetivo Estratégico

Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário

Índice de capacitação de servidores do Poder Judiciário nas competências estratégicas, em cursos ofertados pelo CEAJUD

Descrição: mede o percentual de servidores com o mínimo de horas previstas para os treinamentos nas competências estratégicas em relação ao número total de servidores.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de servidores do Poder Judiciário capacitados em pelo menos um curso do CEAJUD}}{\text{Nº total de servidores}} * 100$$

Nº de servidores do Poder Judiciário capacitados em pelo menos um curso do CEAJUD: 2.715

Nº total de servidores: 278.707

Medição para 2015: 0,97%

Percentual do orçamento do CNJ aplicado em capacitação nos servidores do Poder Judiciário

Descrição: mede o percentual de orçamento do CNJ aplicado na capacitação dos servidores do Poder Judiciário.

Fórmula:

$$\frac{\text{Orçamento do CNJ aplicado em capacitação do Poder Judiciário}}{\text{Total das ações orçamentárias relativas a pessoal e encargos sociais}} * 100$$

Orçamento do CNJ aplicado em capacitação do Poder Judiciário: R\$ 1.879.322,64

Total das ações orçamentárias relativas a pessoal e encargos sociais: R\$ 56.801.424,00

Medição para 2015: 3,31%

Percentual de orçamento do CNJ destinado à capacitação dos servidores do Poder Judiciário efetivamente executado

Descrição: mede o percentual de orçamento do CNJ destinado à capacitação dos servidores do Poder Judiciário efetivamente executado.

Fórmula:

$$\frac{\text{Orçamento do CNJ destinado a capacitação efetivamente executado}}{\text{Total do orçamento destinado à capacitação}} * 100$$

Orçamento do CNJ destinado a capacitação efetivamente executado: R\$ 84.501,76

Total do orçamento destinado à capacitação: R\$ 1.879.322,64

Medição para 2015: 4,50%

Objetivo Estratégico

Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário

Índice de capacitação dos Servidores do CNJ

Descrição: mede o percentual de servidores do CNJ capacitados no ano de referência.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de servidores do CNJ capacitados}}{\text{Nº total de servidores}} * 100$$

Nº de servidores do CNJ capacitados: 321

Nº total de servidores: 359

Medição para 2015: 89,42%

Índice de capacitação dos Gestores do CNJ

Descrição: mede o percentual de gestores do CNJ capacitados no ano de referência.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de gestores capacitados}}{\text{Nº total de gestores}} * 100$$

Nº de gestores capacitados: 32

Nº total de gestores: 103

Medição para 2015: 31,07%

Percentual do orçamento aplicado em capacitação no CNJ

Descrição: mede o percentual aplicado em capacitação das ações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais.

Fórmula:

$$\frac{\text{Orçamento aplicado em capacitação}}{\text{Total das ações orçamentárias relativas a pessoal e encargos sociais}} * 100$$

Orçamento aplicado em capacitação: R\$ 883.764,14

Total das ações orçamentárias relativas a pessoal e encargos sociais: R\$ 49.134.254,97

Medição para 2015: 1,80%

Percentual de orçamento destinado à capacitação no CNJ efetivamente executado

Descrição: mede o percentual de execução do orçamento destinado à capacitação do CNJ.

Fórmula:

$$\frac{\text{Orçamento destinado à capacitação efetivamente executado}}{\text{Total do orçamento destinado à capacitação}} * 100$$

Orçamento destinado à capacitação efetivamente executado: R\$ 883.764,14

Total de orçamento destinado à capacitação: R\$ 1.670.000,00

Medição para 2015: 52,92%

Objetivo Estratégico

Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ, e ampliar a divulgação externa das ações institucionais.

Taxa de crescimento de seguidores

Descrição: mede o percentual de aumento de seguidores do CNJ nas mídias sociais.

Fórmula:

A fórmula abaixo deverá ser aplicada para as variáveis *facebook* e *twitter*, separadamente

$$\frac{\text{Total anual de seguidores} - \text{Total de seguidores do ano anterior}}{\text{Total de seguidores do ano anterior}} * 100$$

Em seguida:

$$\sum \text{do percentual seguidores do facebook} * 0,7 + \text{percentual seguidores twitter} * 0,3$$

Total anual de seguidores do facebook: 15.127.166

Total de seguidores do facebook do ano anterior: 8.894.971

Total anual de seguidores do twitter: 3.808.501

Total de seguidores do twitter do ano anterior: 2.969.523

Medição para 2015: 57,52%

Índice de repercussão do CNJ nas mídias

Descrição: mede o percentual de repercussão do CNJ nas mídias.

Fórmula:

\sum dos % atribuídos as áreas **Imprensa; Criação e Publicidade; Portal do CNJ; Redes Sociais; Multimídia**

Áreas	Percentual	Quesitos	Resultado
Imprensa	32%	Repercussão em veículos de mídia impressa e online	30,77%
		Repercussão em televisão	
		% de notícias positivas e neutras	
		Produção de matérias escritas	
Criação e Publicidade	16%	Criação de conceitos para ações e eventos	15,93
		Criação de peças de divulgação diversas	
		Criação de publicações	
		Campanhas de massa (vídeo + spot + impresso + web)	
Portal CNJ	12%	Visualizações de página	12%
		Visitas	
Redes Sociais	30%	Produção para redes sociais	28,53%
		Número de menções no Twitter	
		Visualizações no Facebook (Alcance)	
		Número de repercussões no Facebook (Falando sobre isso)	
Multimídia	10%	Vídeos no YouTube	7,69%
		Número de visualizações no YouTube	
		Imagens no Flickr	
		Número de visualizações no Flickr	

Medição para 2015: 94,93%

Comunicação Institucional

Descrição: mensura o percentual de satisfação com os canais de comunicação interna (intranet, e-mail, etc.)

Fórmula:

Resultado da pesquisa de satisfação com os canais de comunicação interna realizada pela Secretaria de Comunicação Social. Atribuiu-se pesos aos blocos de quesitos pesquisados. A medição final do indicador é o somatório do resultado dos pesos atribuídos.

\sum dos percentuais atribuídos aos quesitos: Como considera a Comunicação Interna; Conhecimento do Boletim Interno de Sexta; Qual meio prefere receber informação; Qual a área mais acessada na intranet

Item	Peso	Resultado
Como considera a Comunicação Interna	40%	37,33%
Conhecimento do Boletim Interno de Sexta	15%	3,59%
Qual meio prefere receber informações sobre o CNJ	10%	10%
Qual área mais acessa na intranet	15%	15%
Comentários sobre a Intranet	30%	30%

Medição para 2015: 95,92%

Atendimento da ouvidoria

Descrição: afere o percentual de respostas às demandas da ouvidoria realizada no prazo previsto.

Fórmula:

$$\frac{\text{Total de relatos respondidos em até 5 dias úteis}}{\text{Total de relatos recebidos}} \times 100$$

Total de relatos respondidos em até 5 dias úteis: 15.324

Total de relatos recebidos: 16.114

Medição para 2015: 95,10%

Satisfação com o atendimento da ouvidoria

Descrição: mede o grau de satisfação dos usuários com os atendimentos da ouvidoria.

Fórmula:

Resultado da pesquisa de satisfação com o atendimento da ouvidoria realizada pela unidade. Atribuiu-se pesos aos blocos de itens pesquisados. A medição final do indicador é o somatório do resultado dos pesos atribuídos.

\sum dos percentuais atribuídos aos itens: Atendimento; Tempo de resposta; Satisfação quanto ao desfecho; Clareza da resposta

Item	Peso	Resultado
Atendimento	25%	17,94%
Tempo de resposta	20%	16,20%
Satisfação quanto ao desfecho	25%	12,53%
Clareza da resposta	30%	22,12%

Medição para 2015: 68,79%

Objetivo Estratégico

Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário.

Índice de execução do plano de contratações do CNJ

Descrição: mede o percentual de execução do plano de contratações do CNJ.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de contratações realizadas}}{\text{Total de contratações previstas}} \times 100$$

Nº de contratações realizadas: 116

Nº de contratações previstas: 147

Medição para 2015: 78,91%

Liquidação do orçamento disponibilizado

Descrição: mede o percentual de liquidação do orçamento disponibilizado ao CNJ.

Fórmula:

$$\frac{\text{Despesa liquidada total}}{\text{Dotação líquida total}} \times 100$$

Despesa liquidada total: R\$ 101.133.553,52

Dotação líquida total: R\$ 229.128.327,00

Medição para 2015: 44,14%

Transparência nas informações sobre a execução orçamentária e financeira e na distribuição do orçamento entre os graus de jurisdição.

Descrição: mede o percentual de tribunais que disponibilizaram em seus sítios eletrônicos:

- a) os quadros de detalhamento da despesa – QDD com a distribuição do orçamento entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição, do projeto de lei e da lei orçamentária anual (Resolução 195 CNJ, art. 4º);
- b) o mapa demonstrativo da execução orçamentária, realizada com o primeiro e o segundo grau de jurisdição (Resolução 195 CNJ, art. 9º);
- c) o mapa mensal das despesas realizadas, por tipo de despesa (Resolução 102 CNJ, Anexo I);
- d) o mapa mensal demonstrativo da dotação e da execução orçamentária (Resolução 102 CNJ, Anexo II);
- e) Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 54).

Fórmula: $IT = \frac{QP}{QT}$

Onde:

IT: indicador de transparência;

QP: Quantidade de tribunais que publicaram os quadros e mapas.

QT: Quantidade de tribunais com obrigação de publicação.

QP: 84

QT: 92

Medição para 2015: 91,30%

Objetivo Estratégico

Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua

Índice de absenteísmo

Descrição: mede o percentual de ausências da força de trabalho total no ano.

Fórmula:

$$\frac{(\text{total de dias de ausências no ano})}{(\text{total de servidores}) * (\text{dias no ano})} * 100$$

Total de dias de ausências no ano: 3901

Total de servidores: 379

Dias no ano: 365

Medição para 2015: 2,82%

Índice de prevenção de Saúde

Descrição: mede o percentual de servidores que realizam exame médico periódico preventivo.

Fórmula:

$$\frac{\text{Nº de servidores que realizaram o exame médico periódico preventivo}}{\text{Total de servidores convidados para o exame médico periódico preventivo}} * 100$$

Nº de servidores que realizaram o exame médico periódico preventivo: 29

Total de servidores convidados para o exame médico periódico preventivo: 217

Medição para 2015: 13,40%

Índice de ausência por motivo de saúde

Descrição: mede o percentual de ausências por motivo de saúde dos servidores.

Fórmula:

$$\frac{(\text{Total de ausências por motivo de saúde})}{(\text{total de servidores}) * (\text{dias no ano})} * 100$$

Total de ausências por motivo de saúde (em dias): 1492

Total de servidores: 379

Dias no ano: 365

Medição para 2015: 1,08%

Índice de rotatividade

Descrição: Percentual de desligamentos de servidores efetivos em determinado período.

Fórmula:

$$\frac{\text{nº de desligamentos}}{\text{Força de trabalho efetiva disponível no período}} * 100$$

Nº de desligamentos: 12

Força de trabalho efetiva disponível no período (média): 262,5

Medição para 2015: 4,57%

Objetivo Estratégico

Estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação

Índice de incentivo institucional à integração, a interoperabilidade e ao desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação

Descrição: Percentual de iniciativas realizadas com objetivo de impulsionar a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação, em relação às iniciativas programadas.

Fórmula:
$$\frac{\sum \text{iniciativas realizadas com objetivo de impulsionar a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação.}}{\sum \text{iniciativas programadas com objetivo de impulsionar a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação.}} * 100$$

Observação: As iniciativas incluem cursos, seminários, workshops, encontros, cooperações técnicas, convênios e demais eventos com objetivo de impulsionar a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação.

Medição para 2015: 100% (1ª maratona do Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Objetivo Estratégico

Articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação.

Evolução do perfil de Governança de TI – iGovTI.

Descrição: mede o atendimento pelo CNJ do Índice de Governança de TI (iGovTI) no nível Intermediário ou Aprimorado.

Fórmula:

É dotado de fórmula própria que, aplicada às respostas de cada instituição ao questionário de levantamento, resulta em um valor que varia de 0 a 1.

Medição para 2015: 0,59 (intermediário)

Informações sobre Governança

3. Governança

3.1 Descrição das estruturas de governança

Presidência

A Presidência do Conselho Nacional de Justiça é exercida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. As atribuições do Presidente estão previstas na Seção II do Capítulo III do Título I do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

As atribuições do Presidente do CNJ estão descritas no art. 6.º do Regimento Interno do Conselho, entre as quais se destacam: I - velar pelo respeito às prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça; II - dar posse aos Conselheiros; III - representar o CNJ perante quaisquer órgãos e autoridades; IV - convocar e presidir as sessões plenárias do CNJ, dirigindo-lhes os trabalhos, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento; V - executar e fazer executar as ordens e deliberações do Conselho Nacional de Justiça.

Plenário

O Plenário é órgão colegiado do CNJ, integrado por quinze Conselheiros, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. (Art. 103-B, § 1º, CF)

São atribuições do Plenário, entre outras: elaborar relatórios estatísticos sobre processos e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional; elaborar relatório anual, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, discutido e aprovado em sessão plenária especialmente convocada para esse fim, versando sobre:

a) avaliação de desempenho de Juízos e Tribunais, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos ramos do sistema de justiça nas regiões, nos Estados e no Distrito Federal, em todos os graus de jurisdição, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação e classificação processual, recursos humanos e tecnológicos;

b) as atividades desenvolvidas pelo CNJ e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Poder Judiciário; definir e fixar, em sessão plenária de planejamento especialmente convocada para este fim, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário, podendo para tanto serem ouvidas as associações nacionais de classe das carreiras jurídicas e de servidores, o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário, visando ao aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como ao maior acesso à Justiça.

3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

Comissões Permanentes

As Comissões Permanentes do CNJ são instâncias que estudam temas e atividades específicas de interesse do Conselho na busca de soluções para o Judiciário.

Atuam nos mais diversos âmbitos, promovendo campanhas, elaborando propostas para melhorar o aparelhamento dos tribunais, ou acompanhando a execução de leis que tramitam no Congresso sobre o judiciário.

As Comissões do CNJ estão instituídas em seu Regimento Interno, com atribuições especificadas no Art. 28, do Capítulo VI:

Discutir e votar as proposições sujeitas à deliberação que lhes forem distribuídas;
Realizar audiências públicas com órgãos públicos, entidades da sociedade civil ou especialistas;

Receber requerimentos e sugestões de qualquer pessoa sobre tema em estudo ou debate em seu âmbito de atuação;

Estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo propor, no âmbito das atribuições para as quais foram criadas, a realização de conferência, exposições, palestras ou seminários.

- **Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania**

- **Competência:** Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se a adotar as seguintes medidas:

- Capilaridade;
- Democratização do acesso;
- Execução das decisões;
- Inclusão social e desenvolvimento;
- Conscientização de direitos, deveres e valores do cidadão;
- Construir parcerias com os demais Poderes, setores e instituições para aperfeiçoamento dos serviços judiciais;
- Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva no Judiciário, em universidades, faculdades, centros de pesquisas, OAB, MP, DP, Associações de classe;
- Aprimorar a comunicação com públicos externos, divulgação dos dados dos processos judiciais e execução orçamentária na internet com linguagem clara gerando transparência, divulgação do papel e das ações do Poder Judiciário.

- **Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar**

- **Competência:** Tem a missão de complementar os trabalhos do Conselho, uma vez que vai identificar e conhecer de perto o andamento dos projetos legislativos de interesse do Judiciário que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

- **Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas**

- **Competência:** Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se a adotar medidas tendentes a:

- Racionalização judicial;
- Simplificação recursal;
- Otimização de rotinas;
- Melhor alocação de pessoas;
- Aproveitamento de novas tecnologias para automação dos processos de trabalho;
- Gestão adequada de custos operacionais e;
- Padronização de estruturas organizacionais.

Cuida, ainda, de projetos voltados para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes – tanto dos magistrados como de servidores, por meio de capacitação, essenciais à execução da estratégia e à motivação, sem descuidar da qualidade de vida.

- **Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento**
 - **Competência:** Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se a adotar as seguintes medidas:
 - Gestão Estratégica Nacional – desdobramento da estratégia, acompanhamento dos indicadores de desempenho, fomento da troca de experiências e análise da estratégia por meio dos indicadores e estatísticas;
 - Departamento de Pesquisas Judiciárias para a precisão do diagnóstico do Poder Judiciário (DPJ);
 - Fomento da troca de experiências entre os Tribunais;
 - Garantia do orçamento necessário aos projetos estratégicos.
- **Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura**
 - **Competência:** Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se a adotar medidas tendentes a:
 - Buscar infraestrutura adequada ao funcionamento desejado para o Poder Judiciário;
 - Criar Planejamento estratégico em TI para garantir tecnologia apropriada ao bom desempenho das atividades dos tribunais e interoperabilidade entre os diversos sistemas e para o aperfeiçoamento e implantação do processo eletrônico;
 - Implantar Processo eletrônico.
- **Comissão Permanente de Jurisprudência**
 - **Competência:** Trata-se de comissão permanente que tem por objetivo promover a divulgação das decisões do Conselho Nacional de Justiça, por meio da organização da jurisprudência do Conselho.

3.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A Secretaria de Controle Interno (SCI) é a Unidade de Auditoria do CNJ, vinculada diretamente à Presidência, que atua como unidade de assessoramento do Presidente, do Corregedor Nacional de Justiça e dos Conselheiros na supervisão e avaliação de gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal, quanto à observância das normas constitucionais e infraconstitucionais.

A SCI, por sua vez, é formada pelas Coordenadorias de Auditoria e de Acompanhamento e Orientação da Gestão, responsáveis pela avaliação dos resultados obtidos pela Administração quanto à economicidade, eficiência e eficácia em relação à Unidade Orçamentária do CNJ.

Do Planejamento e execução das auditorias e fiscalizações

Com o propósito de atender à missão da Secretaria de Controle Interno e aos comandos da Constituição Federal, bem como às diretrizes da Resolução CNJ nº 171/2013, o Presidente do CNJ aprovou, em 2013, o Plano de Auditoria de Longo Prazo para o período de 2014 a 2017.

O Plano de Auditoria de Longo Prazo tem por objetivo principal garantir mais abrangência das ações de auditoria de forma que abarque as diversas áreas do CNJ em determinado período, incluindo a avaliação do gerenciamento de riscos adotado neste Conselho.

Para o quadriênio de 2014 a 2017, o citado plano contempla as seguintes áreas:

- a) Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;
- b) Avaliação de controles internos e suas interligações;
- c) Gestão documental;
- d) Avaliação de resultados (planejamento estratégico, projetos, programas);
- e) Gestão das contratações;
- f) Gestão de Recursos Humanos, incluindo passivos; e
- g) Gestão de Tecnologia da Informação.

Ressalte-se que áreas ou temas de auditoria abordados no planejamento de longo prazo são trazidos em sentido amplo, a título diretivo, e posteriormente, detalhados ou acrescidos por ocasião da elaboração do Plano de Auditoria (PAA) específico para cada ano.

As Coordenadorias de Auditoria e de Acompanhamento da Gestão elaboraram, em conjunto, o Plano Anual de Auditoria.

Assim, em cumprimento à Resolução CNJ nº 171/2013, o referido plano para 2015 foi aprovado pelo Presidente do CNJ e objetivou avaliar a gestão dos recursos aplicados pelo CNJ mediante execução dos seguintes exames:

Coordenadoria de Auditoria

Unidade auditada: Secretaria-Geral

Objetivo: verificar se as doações realizadas pelo CNJ atendem às normas e se os tribunais donatários estão qualificados para receber essas doações.

Risco: inobservância dos procedimentos normativos e doações indevidas.

Unidade auditada: Diretoria-Geral

Objetivo: analisar os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação quanto à regularidade na instrução e legalidade dos procedimentos adotados.

Risco: impropriedades no procedimento licitatório que levam à inadequada utilização dos recursos públicos.

Unidades auditadas: Secretaria-Geral e Diretoria-Geral

Objetivo: analisar o processo de contas anual, mediante a avaliação da governança, dos mecanismos de transparência da regularidade dos atos, da confiabilidade das demonstrações financeiras e do desempenho da gestão.

Risco: inobservância dos objetivos para os quais foram aprovados os programas e recursos públicos.

No exercício de 2015, a Coordenadoria de Auditoria atuou em ações de relevância para verificar a aplicação dos recursos do CNJ, especialmente no que se refere às doações de equipamentos de informática, que comprometem parcela representativa do orçamento do órgão.

A análise demonstrou a necessidade de se reavaliar a política de doação vigente no CNJ, principalmente no que tange à eficiência, eficácia e efetividade, controles e respaldo

normativo/vinculativo. Foram identificados alocação inadequada, ociosidade, falta de monitoramento posterior às doações e ausência de avaliação dos resultados.

A gestão, por sua vez, se empenhou em regularizar problemas pontuais identificados no relatório de auditoria. Além disso, editou a Resolução CNJ nº 210, de 15/12/2015, que dispõe sobre procedimentos de transferência de bens do Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao projeto “Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação no Poder Judiciário”.

Essa Resolução vem sendo requerida pela unidade de controle desde a primeira auditoria realizada na área, em 2010. Trata-se portanto de passo relevante rumo à criação de controles no que se refere às doações de equipamentos de informática, feitas pelo CNJ, para modernização do Poder Judiciário.

Quanto à auditoria que avaliou as licitações e as aquisições realizadas em 2015, foram identificadas inconsistências formais, ajustadas no decorrer da auditoria, bem como questões operacionais que estão sendo acompanhadas para tratamento adequado do Relatório de Auditoria de Gestão.

O Relatório de Auditoria de Gestão, peça integrante do Processo de Contas Anual, avaliou os atos da gestão e embasou o Certificado de Auditoria, que declarou regulares as contas do exercício de 2014.

Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão

Unidade auditada: Secretaria-Geral

Objetivo: analisar os componentes que contribuem direta ou indiretamente para o alcance dos objetivos do CNJ.

Risco: ausência dos mecanismos de liderança, estratégia e controle necessários à plena execução das funções de governança.

Unidade auditada: Seção de Gestão de Contratos

Objetivo: avaliar a regularidade dos atos de gestão de contratos e a efetividade dos controles utilizados pelas unidades administrativas e pelos gestores de contrato, com ênfase no cumprimento de formalidades e preceitos legais e no atingimento dos objetivos do contrato.

Risco: inobservância das normas de gestão de contratos e/ou das cláusulas contratuais.

Unidade auditada: Seção de Compras

Objetivo: avaliar a existência e efetividade de controles internos nas rotinas e processos de trabalho da unidade, de forma a aquilatar a observância do processo de trabalho aprovado e o cumprimento das normas e legislações aplicáveis.

Risco: ausência de implementação de controles internos nos processos de trabalho da unidade.

Unidade auditada: Seção de Pagamento

Objetivo: avaliar a regularidade das parcelas que compõem a folha de pagamento e possibilitar o acompanhamento de alterações pecuniárias.

Risco: ocorrência de parcelas indevidas na folha de pagamento.

Das ações planejadas, registra-se que a inspeção administrativa na folha de pagamento foi iniciada em agosto de 2013 e possibilitou avanços nos controles internos e nos procedimentos da unidade de gestão de pessoas, inclusive no tocante ao aprimoramento do recebimento e arquivamento da documentação apresentada por servidores e juízes auxiliares, inclusive em relação às concessões de auxílio-saúde.

As admissões de pessoal são analisadas sob o ponto de vista da legalidade, conforme regulamentação do TCU, sendo ainda avaliada a regularidade da documentação acostada às pastas funcionais virtuais, abrangendo o exame da percepção de quaisquer benefícios pecuniários.

A análise da gestão de contratos, por sua vez, gerou recomendações a gestores de contrato e unidades administrativas com o objetivo de ampliar os controles utilizados e a qualidade das informações prestadas nos processos administrativos, conforme compiladas no Relatório de Auditoria nº 5/2015.

Nesse sentido, foram feitas recomendações à Administração com relação aos aditamentos contratuais, por meio de informações aviadas em processos de contratos de maior relevância. O acompanhamento das recomendações vem sendo monitorado.

A avaliação dos processos de trabalho da Seção de Compras deverá levar em conta a análise exaustiva das tarefas afetas à área e o impacto na instrução dos processos na parte relativa à estimativa do valor a ser licitado.

O Relatório final relativo à Governança deverá consignar se há execução satisfatória das funções de governança.

Das ações de auditoria previstas para 2015, todas foram realizadas dentro do cronograma estabelecido. As inspeções planejadas com vistas ao acompanhamento da gestão também foram executadas conforme cronograma.

3.4 Apuração de ilícitos administrativos

Atualmente, a sistemática seguida pelo Conselho Nacional de Justiça, para fins de apuração de ilícitos administrativos cometidos pelos colaboradores do Órgão, dá-se, em síntese, da seguinte maneira:

1. O Diretor-Geral é noticiado sobre o ilícito, geralmente por meio da chefia imediata do servidor investigado;
2. É constituída uma Comissão, responsável pela apuração do ilícito e da responsabilidade do(s) envolvido(s);
3. Após a apuração do fato, a Comissão remete o relatório para análise do Diretor-Geral; e
4. Com a análise do relatório, a autoridade competente decide pelo arquivamento, punição ou abertura de Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

O Processo Administrativo Disciplinar – PAD, caso instaurado, seguirá rito definido na Lei n. 8.112/90.

O Conselho Nacional de Justiça registrou, em 2015, o trâmite de 1 sindicância e 1 PAD para apuração de ilícitos administrativos. A sindicância teve por objeto a apuração do desaparecimento de um aparelho de retroprojetor, conforme informado no item 7.3 deste Relatório. O PAD teve por finalidade a apuração de prática de ato de improbidade administrativa, tendo resultado na demissão do servidor e remessa dos autos ao Ministério Público Federal.

Em 2015, por meio da Portaria Nº CNJ-POR-2015/00006, de 6 de janeiro de 2015, publicada do Boletim de Serviço – Edição Extraordinária nº 02, de 19 de janeiro de 2015, foi designada uma Comissão com objetivo de elaboração de um Manual de Procedimentos Disciplinares do Conselho Nacional de Justiça. A proposta, discutida em processo em tramitação no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, encontra-se, no momento, sob análise do Departamento de Gestão Estratégica.

3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

O Conselho Nacional de Justiça realizou a Avaliação de Funcionamento dos Controles Internos, ano base 2015, de forma participativa, considerando a percepção das subunidades vinculadas às duas macroestruturas (Secretaria-Geral e Diretoria-Geral).

O levantamento contou com 17 subunidades participantes. A resposta a cada item foi consolidada no quadro a seguir e considerou as respostas mais frequentes observadas.

Em síntese, os resultados obtidos foram os seguintes:

- Não houve prevalência entre os participantes da resposta “totalmente inválida” (valor 1) e em apenas um item (item 5) houve a prevalência da resposta “parcialmente inválida” (valor 2).
- Houve prevalência entre os participantes da resposta neutra (valor 3) para 10 dos 30 itens avaliados (33,33%) – itens 4, 7, 12, 16, 17, 21, 22, 28, 29 e 30.
- Houve prevalência entre os participantes da resposta “parcialmente válida” (valor 4) em 16 dos 30 itens avaliados (53,33%) - itens: 1, 2, 3, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 19, 23, 24, 25, 26 e 27.

Houve prevalência entre os participantes da resposta “totalmente válido” (valor 5) para 3 dos 30 itens avaliados (10%) – itens 10, 18 e 20.

Quadro 25. Avaliação do Sistema de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de			x		

medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Obs.: os números que constam nas colunas da avaliação referem-se à quantidade de gestores que atribuíram aquela nota ao critério avaliado.

Quanto ao tema “Gestão de Riscos”, e em decorrência da análise das informações prestadas no Relatório de Gestão de 2014, a Secretaria de Controle Interno, por meio do Relatório de Auditoria n. 3/2015, recomendou que a Diretoria-Geral implementasse a Gestão de riscos no CNJ.

Ainda no ano de 2015, a Diretoria-Geral exarou as seguintes diretrizes de atuação, visando o atendimento da recomendação:

- “a) definição, juntamente com a Secretaria de Controle Interno e o Departamento de Gestão Estratégica, das áreas em que se pretende implementar a gestão de riscos;
- b) solicitação às áreas a serem impactadas com a gestão de riscos para que indiquem representantes de suas unidades, a fim de participarem de curso de capacitação no assunto;
- c) encaminhamento dos autos à Secretaria de Gestão de Pessoas, com vista à Seção de Educação Corporativa, para a realização de minuciosa pesquisa de mercado, a fim de se identificar empresa/instituição que possa ministrar curso sobre gestão de riscos aos servidores indicados, conforme item anterior;
- d) posteriormente à contratação da empresa e após a adequada capacitação dos servidores, deverá ser constituída comissão composta por servidores, dentre os quais aqueles que participaram do curso, para apresentação de estudos preliminares que apontem para a melhor forma de implementação da gestão de riscos no CNJ;
- e) caso a comissão aponte, ao final da realização dos estudos preliminares, para a contratação de consultoria, com vistas à implementação do projeto, a comissão ficará responsável pelo acompanhamento, junto à empresa contratada, de todas as etapas que compõe o processo, em todas as unidades, bem como ficará responsável pelo apoio necessário à empresa quanto às informações a serem prestadas, acompanhamento de prazos estabelecidos no cronograma de execução e demais ações necessárias à conclusão do projeto.”

No ano de 2016 foi dado prosseguimento às tratativas, visando atender ao despacho do Diretor-Geral, que estão sendo tratadas no Processo SEI 09584/2015. A Administração está na fase de cumprimento da providência de letra “c” – contratação de curso de capacitação em gestão de riscos, que abordará aspectos teóricos e práticos.

Relacionamento com a Sociedade

4. Relacionamento com a Sociedade

4.1. Canais de acesso do cidadão ao CNJ

4.1.1 Ouvidoria

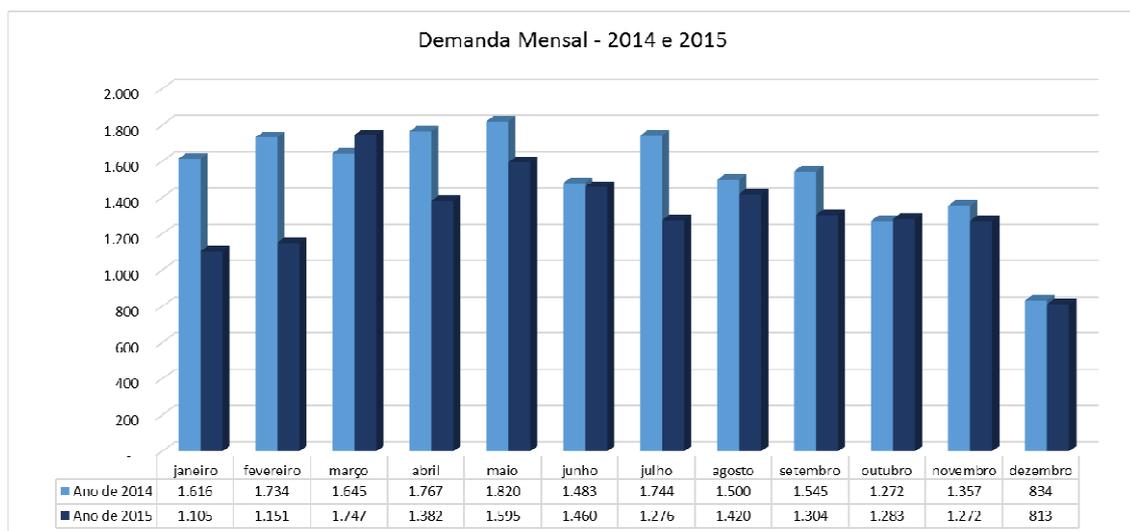
A Ouvidoria tem como missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ nº 103, de 24 de fevereiro de 2010.

O acesso à Ouvidoria pode ser realizado pelos seguintes meios:

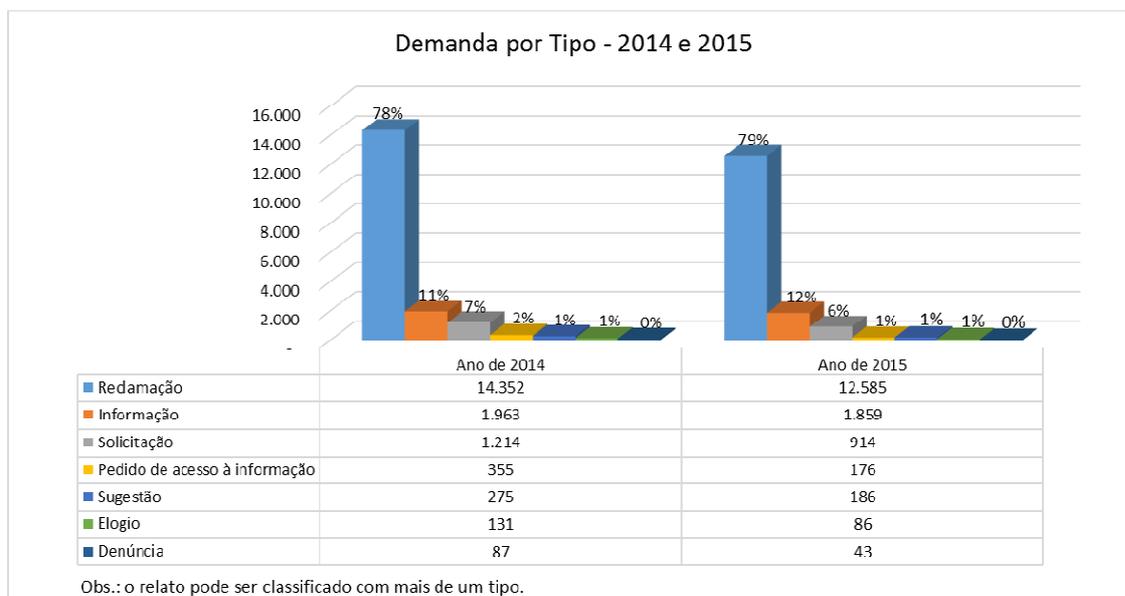
- formulário eletrônico (disponível em <http://www.cnj.jus.br/ouvidoria-page/registre-sua-manifestacao>);
- telefone (contatos: 61 2326-4608/4607);
- correspondência;
- pessoalmente (comparecendo ao endereço SEPN 514, bloco B, lote 7, sala 11 - Asa Norte - Brasília/DF);
- ofício/memorando;
- urna para *folder* (fixada no prédio do Conselho situado no Supremo Tribunal Federal - Anexo I, Praça dos Três Poderes, S/N, Brasília/DF).

A seguir, registramos dados estatísticos sobre a quantidade de manifestações recebidas pela Ouvidoria/CNJ. Detalhamentos desse trabalho podem ser encontrados nos relatórios periodicamente divulgados pela Ouvidoria, disponíveis no link www.cnj.jus.br/ouvidoria-page/documentos.

A demanda em 2015 apresentou crescimento nos meses de fevereiro, março, maio e agosto. Quando comparada ao total de registros de 2014, observamos redução de 13,7%. A média mensal de 2015 foi de 1.317 relatos, enquanto que em 2014 foi de 1.526 relatos. As demandas anuais de 2014 e 2015 foram de 18.317 e 15.808, respectivamente.



As manifestações recebidas são classificadas como elogio, denúncia, informação, pedido de acesso à informação, reclamação, solicitação e sugestão. O quadro a seguir mostra os totais e os percentuais de cada tipo de manifestação no último biênio:



Observa-se no gráfico acima que a maior parte das manifestações se referem a reclamações. Em relação a todas as demandas e principalmente quanto às reclamações, a Ouvidoria tem promovido trabalho conectado às demais unidades do Conselho, e, principalmente, aos órgãos do Poder Judiciário. Grande parte das demandas recebidas é encaminhada para as Ouvidorias Judiciais, acompanhadas de propostas de solução, que são devidamente acompanhadas pela Ouvidoria do Conselho.

A fim de ilustrar os bons resultados obtidos com este procedimento, apresentamos abaixo tabela com os dados referentes ao ano de 2015:

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Em acompanhamento	Enviado sem acompanhamento	Acompanhamento sem solução	Total Geral
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)	886	4	44		934
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)	674	32	36	5	747
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)	657	36	36	4	733
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)	375	28	15		418
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)	228	27	9	13	277
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)	194	36	11	18	259

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Em acompanhamento	Enviado sem acompanhamento	Acompanhamento sem solução	Total Geral
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	211	13	9	2	235
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)	178	31	4	7	220
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3)	195	2	8		205
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO)	187	4	6		197
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)	147	9	7		163
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS)	123	25	6	1	155
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN)	125	11	3	1	140
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST e CSJT)	128	3	2	3	136
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	117	3	1		121
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)	103	4	8	1	116
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS)	104	6	6		116
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)	78	23		14	115
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado	92	11	9	1	113

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Em acompanhamento	Enviado sem acompanhamento	Acompanhamento sem solução	Total Geral
do Espírito Santo (TJES)					
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)	6	43	7	55	111
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT)	98	4	3		105
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2)	82	11	3	3	99
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1)	77	7	6	1	91
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)	47	12	5	5	69
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL)	51	3		12	66
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)	56	2	7		65
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC)	57	2	2		61
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI)	36	18	1	4	59
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15)	43	3	9		55
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)	37	2	11		50
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5)	37	2	5	1	45
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10)	27	7	2		36
Ouvidoria do Tribunal	27	2	6		35

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Em acompanhamento	Enviado sem acompanhamento	Acompanhamento sem solução	Total Geral
Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3)					
Seção de Informação ao Sistema Prisional do Estado de São Paulo (TJSP)	32		3		35
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)	28	2	2		32
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE)	24		6		30
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	9	1	6		16
Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	12	4			16
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (TJTO)	15				15
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6)	15				15
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT21)	14				14
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7)	12	1	1		14
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11)	9	1	3		13
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)	13				13
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR)	8	2	1		11
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19)	9		2		11

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Em acompanhamento	Enviado sem acompanhamento	Acompanhamento sem solução	Total Geral
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)	8	3			11
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT18)	10				10
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	5	1	2		8
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP)	7		1		8
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20)	5	2	1		8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (TRF4/SJRS)		1	1	6	8
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)	3	1	2	1	7
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT17)	6		1		7
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Seção Judiciária do Paraná (TRF4/SJPR)	6		1		7
Outros	49	10	16		75
Total Geral	5.782	455	336	158	6.731
%	85,90%	6,76%	4,99%	2,35%	100,00%

A Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça participou, em 2015, de audiências públicas, realizadas em Manaus, no estado do Amazonas; Cuiabá, no estado do Mato Grosso do Sul; em Fortaleza, no Estado do Ceará; em Vitória, no Estado do Espírito Santo; e em Teresina, no Estado

do Piauí. Os eventos se deram por iniciativa da Ordem dos Advogados das respectivas regionais da Ordem dos estados.

- Amazonas - Audiência Pública intitulada “Advocacia e o Acesso à Justiça” em Manaus/AM, em 19 de junho, às 9h, no Auditório da OAB/AM.

Nesse evento, houve a participação de aproximadamente 80 pessoas, dentre advogados, operadores do direito, servidores e população em geral. Os principais temas apresentados foram questões de infraestrutura do Estado e do Poder Judiciário, situação do quadro de pessoal dos tribunais, reclamações sobre a estrutura e procedimentos burocráticos nos presídios, precatórios, sistemas processuais eletrônicos (Projudi e PJe), procedimentos de segurança para acesso aos prédios do Judiciário, conduta de magistrados e outras questões pontuais.

- Mato Grosso do Sul - Audiência Pública intitulada “Advocacia, Ouvidorias dos Tribunais e o Acesso à Justiça”, em 29 de julho, às 9h, Campo Grande/MS.

Os eventos foram abertos à participação do público em geral, e contaram com a participação de representantes de diversos órgãos do sistema de Justiça, dentre Tribunais de Justiça Estaduais, Federais, Eleitorais e do Trabalho, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública, além de associações de Magistrados, Promotores e Defensores Público. O objetivo do evento foi aproximar-se da população, para discutir a qualidade dos serviços prestados por todo sistema de Justiça.

- Ceará - Audiência Pública intitulada “Advocacia e o Acesso à Justiça”, em 03 de agosto, às 14h, em Fortaleza/CE, na Assembleia Legislativa/CE.

A audiência pública contou com ampla participação popular, cerca de 400 pessoas, jurisdicionados, entidades coletivas, como sindicatos e comissões, e da própria Seção de OAB cearense. Os principais temas abordados foram questões sobre a estrutura de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, estrutura física, morosidade na tramitação de processos judiciais, precatórios e o sistema carcerário.

- Espírito Santo - Audiência pública intitulada “Advocacia e o Acesso à Justiça”, em 19 de agosto, às 9h, em Vitória/ES, no Auditório da OAB/ES.

Na audiência pública, houve ampla participação de jurisdicionados, inclusive de representantes de pessoas jurídicas, advogados e de uma comissão representativa dos advogados. Participaram do evento cerca de 80 pessoas e os principais temas debatidos foram: o pagamento de precatórios, morosidade processual e deficiências logísticas e estruturais; sobre o elevado número de estagiários desempenhando atividades fim no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, o que comprometeria a qualidade do serviço; os transtornos decorrentes da greve dos servidores do Judiciário; e a precariedade da estrutura física da Comarca do Município da Serra.

Piauí - Audiência pública “Advocacia e o Acesso à Justiça”, em 31 de agosto, às 9h, em Teresina/PI, no Auditório da OAB/PI.

A audiência pública em Teresina/PI contou com grande participação popular (cerca de 100 pessoas), entre jurisdicionados, advogados, entidades sindicais e associações.

Principais temas abordados foram os elevados valores das custas processuais e a necessidade de se discutirem parâmetros para fixação desses valores; o baixo índice de utilização de sistema de processo eletrônico no Estado; a carência de servidores e magistrados, especialmente na região Sul do estado, a necessidade de realização de concurso público de forma regionalizada; a morosidade no julgamento de *habeas corpus*; e a morosidade nos julgamentos de feitos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Os eventos foram abertos à participação do público em geral, e contaram com a participação de representantes de diversos órgãos do sistema de Justiça, dentre Tribunais de Justiça Estaduais, Federais, Eleitorais e do Trabalho, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública, além de associações de Magistrados, Promotores e Defensores Público.

Em relação à atuação da Ouvidoria, há a disponibilização periódica de relatórios de atividades, no espaço da Ouvidoria, no *link* www.cnj.jus.br/ouvidoria-page/documentos. Os relatórios trazem dados estatísticos produzidos com base nas demandas recebidas pela Ouvidoria.

Conforme determina a Resolução CNJ n.º 103, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre as atribuições da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, os relatórios são produzidos trimestralmente.

No mesmo *link* podem ser obtidos os relatórios anuais sobre os pedidos de acesso à informação recebidos, conforme determina o art. 30, inciso III, da Lei n.º 12.527/2011.

4.1.2 Corregedoria

A Corregedoria Nacional de Justiça está sempre aberta para acesso ao cidadão e aos magistrados em geral, seja pela realização de audiências, seja por meio de e-mails, totalizando o quantitativo de atendimentos a seguir:

Atendimentos por Audiência

Audiências/mês	Quantidade
Setembro/2014	31
Outubro/2014	50
Novembro/2014	42
Dezembro/2014	28
Janeiro/2015	9
Fevereiro/2015	34
Março/2015	46
Abril/2015	32
Maio/2015	47
Junho/2015	38
Julho/2015	19
Agosto/2015	31
Setembro/2015	25
Outubro/2015	29
Novembro/2015	16
Total	477

Atendimentos por e-mail

Período	Quantidade
Setembro/2014 a Novembro/2014	2.512
Dezembro/2014 a Março/2015	2.725
Abril/2015 a Junho/2015	1.913
Julho/2015 a Novembro/2015	2.964
TOTAL	10.114

4.1.2 Secretaria de Comunicação Social

A Secretaria de Comunicação Social tem como missão o planejamento, a produção e o gerenciamento da comunicação do Conselho Nacional de Justiça, pela realização de ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público, dentre outras competências que contribuem na efetivação da missão deste Conselho.

A Secretaria é composta por uma Coordenadoria de Comunicação Institucional que desempenha o gerenciamento de ações de divulgação institucional, criação, produção, execução e divulgação de campanhas externas e internas e uma Coordenadoria de Imprensa que efetua as

demandas da imprensa, como a publicação de notícias de interesse público no Portal do CNJ.

Entre os canais disponíveis aos cidadãos estão: o Portal do CNJ (www.cnj.jus.br) e as mídias sociais, como o Facebook, Twitter, Flickr, Youtube e Instagram. Nesses canais, estão acessíveis notícias atualizadas sobre o Conselho, utilidade pública, assim como documentos, publicações, relatórios e demais informações do Conselho relevantes ao público.

Segundo a Secretaria de Comunicação Social, o CNJ chegou a novembro de 2015 com 1.360.330 fãs e atinge a marca de 445 milhões de visualizações no Facebook, número de destaque entre os perfis de órgãos públicos de todo o mundo, como o da NASA, o da Casa Branca nos EUA e os do Ministério da Saúde, Exército Brasileiro, STJ e Prefeitura de Curitiba no Brasil. O Facebook passou a ser um canal de comunicação direta com o cidadão, em que as questões dos usuários são encaminhadas pela Secretaria de Comunicação Social à Ouvidoria, para resposta. Há, ainda, interação da própria Secretaria com os usuários em dúvidas levantadas sobre o conteúdo divulgado.

No Twitter, o CNJ (@CNJ_oficial) está prestes a alcançar 345 mil seguidores e já publicou mais de 17 mil mensagens. No Youtube o Conselho veicula vídeos institucionais e matérias jornalísticas relacionadas a programas do CNJ; o órgão possui mais de 10 mil assinantes, com um total de 1.329.818 visualizações dos conteúdos. No Instagram, canal criado em 2013, são quase 22 mil seguidores e 574 publicações. No Flickr, o CNJ divulgou 4.824 fotos.

Em 2015, o CNJ entrou no Periscope, ferramenta de transmissão de vídeos ao vivo ligada ao Twitter. A estreia do Conselho no canal foi na abertura do 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, no dia 24 de novembro de 2015. Apenas em sua primeira transmissão, que durou quase 25 minutos, o CNJ obteve 1.090 seguidores, 3.215 curtidas no evento, 498 espectadores ao vivo e 178 visualizações de replay, que ficou disponível por 24h após o término do evento.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O Conselho Nacional de Justiça não possui Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pelo Decreto n. 6.921/2009.

Qualquer cidadão pode acionar o CNJ, desde que a reclamação ou representação esteja relacionada à competência institucional do Conselho. Deste modo, o órgão disponibiliza no seu portal, em local de fácil localização pelo cidadão, na página principal, o link “Como acionar o CNJ?” (<http://www.cnj.jus.br/ouvidoria-page/como-peticionar-ao-cnj>).

Neste espaço, estão disponíveis informações aos cidadãos sobre como se deve encaminhar a petição, utilizar o sistema PJe, dentre outras informações relevantes. Ainda, são disponibilizados modelos de petições, com o intuito de auxiliar o cidadão na elaboração.

Ainda, a Ouvidoria do CNJ presta serviço de atendimento direto ao cidadão. Deste modo, também no Portal do Conselho, na página principal, é disponibilizado o link “Fale com a Ouvidoria” (www.cnj.jus.br/ouvidoria-page).

Nesse espaço próprio da unidade, estão disponíveis informações aos cidadãos sobre os meios de acesso ao serviço da Ouvidoria do CNJ, horário de funcionamento, endereço, e o formulário eletrônico, para registro virtual de demandas.

Contém, ainda, esclarecimentos sobre as competências da unidade (atribuições e limitações), informações sobre os pedidos de acesso à informação (Lei 12.527/2011), FAQ (Dúvidas Frequentes), os relatórios da Ouvidoria, informações sobre o Conselheiro Ouvidor, lista contendo os contatos das Ouvidorias judiciais, bem como os endereços eletrônicos dos Tribunais, e, por se tratar de um serviço muito procurado pela população, informações sobre o procedimento para acionar formalmente o Conselho Nacional de Justiça. Disponibiliza, também, links contendo informações sobre os temas recorrentes entre as demandas da Ouvidoria.

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Conforme mencionado no item anterior, o CNJ não possui Carta de Serviços ao Cidadão. Contudo, enfatizou-se que a Ouvidoria é uma unidade que se relaciona diretamente com a sociedade.

Para aferir o grau de satisfação dos cidadãos com o serviço prestado, referida unidade disponibilizou ferramenta que permite aos cidadãos avaliarem a resposta oferecida pela unidade, quando enviadas por meio de correio eletrônico.

A ferramenta consiste em um convite para o cidadão responder à avaliação não obrigatória, logo em seguida a resposta enviada, em que são expostas quatro questões, no que refere aos fatores atendimento, tempo para resposta, desfecho do atendimento e clareza da resposta. Os resultados obtidos no último biênio, a partir das avaliações voluntárias, estão disponíveis nos quadros a seguir:

Quesito: “*Como o(a) senhor(a) avalia o atendimento que lhe foi dispensado pela Ouvidoria?*”

Atendimento	Ano de 2014		Ano de 2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ótimo	306	59,30%	268	59,16%
Bom	90	17,44%	57	12,58%
Não informado	54	10,47%	52	11,48%
Regular	34	6,59%	40	8,83%
Ruim	32	6,20%	36	7,95%
Total Geral	516	100,00%	453	100,00%

Quesito: “*Como o(a) senhor(a) avalia o tempo de resposta para sua manifestação?*”

Tempo de resposta	Ano de 2014		Ano de 2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ótimo	326	63,18%	277	61,15%
Bom	93	18,02%	90	19,87%
Regular	42	8,14%	44	9,71%
Nada	36	6,98%	25	5,52%
Ruim	19	3,68%	17	3,75%
Total Geral	516	100,00%	453	100,00%

Quesito: “*O(A) senhor(a) ficou satisfeito(a) com o desfecho atingido em sua manifestação? Alcançou o seu objetivo?*”

Satisfação quanto ao desfecho	Ano de 2014		Ano de 2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Sim	289	56,01%	227	50,11%
Não	227	43,99%	226	49,89%
Total Geral	516	100,00%	453	100,00%

Quesito: “*As informações prestadas pela Ouvidoria foram claras?*”

Clareza da resposta	Ano de 2014		Ano de 2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Sim	388	75,19%	334	73,73%
Não	128	24,81%	119	26,27%
Total Geral	516	100,00%	453	100,00%

Os registros avaliados como “ruim” ou “regular”, ou com resposta negativa de satisfação, são analisados um a um, a fim de identificar possíveis procedimentos a serem alterados. As situações problema são tratadas com a equipe de atendentes da Ouvidoria, a fim de propor soluções e de compartilhar boas práticas.

Não obstante os índices de satisfação obtidos serem considerados satisfatórios, os procedimentos da unidade são permanentemente discutidos, com vistas a melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos e objetivando cumprir regularmente a missão da Ouvidoria.

Ainda, por meio do Facebook foram realizados 25 posts no decorrer do ano, a partir do mês de março, em início à inserção da #OuvidoriaCNJ na Fanpage do CNJ. Na análise dos posts:

- “pessoas alcançadas”: são aquelas que tiveram acesso ao conteúdo;
- “cliques”: referem-se a todo tipo de clique na postagem ou nos comentários dela;
- “interações”: representam a soma de curtidas, comentários e compartilhamentos.

A classificação de “positivos”, “negativos”, ou “neutros”, tem relação com a própria #OuvidoriaCNJ, no sentido do que é positivo em relação a ela, negativo ou neutro. Dessa forma, pode-se perceber que, no geral, comentários neutros estão na liderança e, em segundo lugar, os comentários negativos. Nesse sentido, cabe ressaltar:

. Neutros:	Muitas das opiniões que chegaram não disseram sobre os trabalhos do CNJ, senão de questões pessoais que envolvem alguma “injustiça” que a pessoa julgue ter passado ou estar passando, alguma decepção em relação a algum outro serviço público. Ainda, críticas e sugestões ou perguntas sem juízo de valor explícito;
. Negativos:	Esses pontuaram diretamente a imagem do CNJ e da Ouvidoria do CNJ e, geralmente, visam tirar sua credibilidade. Por vezes, são de pessoas que já acionaram o CNJ, mas não obtiveram o resultado desejado. Ou, de pessoas que julgam o posicionamento do CNJ frente a decisões políticas e jurídicas. Vale ressaltar que não há como se fazer distinção entre a imagem da Ouvidoria CNJ e a do próprio órgão. O cidadão não apresenta esse olhar separatório, de modo que uma decepção com uma das partes já afeta o todo da instituição, não segregando áreas;

<p>. Positivos:</p>	<p>Em relação ao número de comentários - aqueles que prestigiariam o órgão e os serviços da Ouvidoria -, sua presença em menor proporção pode ser explicada por um fator característico comum das redes sociais quanto a páginas sociais de órgãos públicos. Ainda assim, mesmo com o número baixo de comentários positivos, quem se dedicou a fazê-lo, fez com clareza e convicção, demonstrando satisfação e admiração pelo órgão e pelo serviço da Ouvidoria.</p>
----------------------------	--

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação do CNJ

As informações relevantes sobre a atuação deste Conselho são expostas, principalmente, no portal do CNJ e na publicação de matérias, vídeos e promoção de eventos, referentes a transparência, gestão estratégica, sistema carcerário, execução penal e medidas socioeducativas, atos normativos, agenda, eventos e campanhas de mobilização, pesquisas judiciais, tecnologia da informação e vários outros temas.

Ressalta-se que o CNJ obteve um alcance na mídia de 12.361 matérias em 2015, compreendendo atividades da Secretaria de Comunicação Social com planejamento, criação, produção, execução e divulgação, inclusive com a produção de peças publicitárias, diagramação e confecção de materiais gráficos de, aproximadamente, 30 campanhas institucionais, eventos internos e externos e apoio a eventos de outras instituições.

Foram produzidos, ainda, 41 vídeos institucionais, dentre vídeos publicitários, documentários e entrevistas, que divulgaram programas e eventos do Conselho, tanto internos, quanto externos. Dentre esses, o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, Documentário Audiências de Custódia, Metas Parciais 2015, vídeo sobre o Relatório Justiça em Números 2015.

Por meio do Portal do CNJ, na página “Transparência” (<http://www.cnj.jus.br/transparencia>), podem ser obtidas informações sobre licitações e contratos; informações sobre pessoal; diárias e passagens; ajuda de custo, auxílio-moradia e benefícios; relações de carros oficiais; gestão orçamentária e financeira, dentre outras informações relevantes e de interesse público.

Ainda, por meio da página “Publicações” (<http://www.cnj.jus.br/publicacoes>), são divulgados Relatórios (Relatório Anual, Justiça em Números, etc), Revista CNJ, dentre outros.

4.5 Medidas relativas à Acessibilidade

4.5.1 Acessibilidade das instalações

Os edifícios destinados ao Conselho Nacional de Justiça são prédios antigos e que não atendem plenamente aos requisitos de acessibilidade. Com a alocação de recursos orçamentários destinados à melhoria das edificações, no exercício de 2015, foram continuados os serviços de reforma e adaptação das edificações iniciados no ano anterior. De acordo com o cronograma de execução, foram concluídas as seguintes ações relacionadas à acessibilidade:

- Adaptação de instalações sanitárias tornando-as acessíveis, são elas: um banheiro no pavimento térreo do Bloco “A” da unidade SEPN 514 e um banheiro no pavimento térreo da unidade SCRN 702/703. A adaptação das demais instalações sanitárias será contemplada durante a reforma completa da unidade SEPN 514, esperada para o decorrer de 2016;

- Nova contratação (ARP nº 42/2015) de fornecimento, instalação e manutenção de peças de comunicação visual, com sinalização em Braille, conforme norma ABNT NBR 9050 atualizada;

- Nova contratação (ARP nº 38/2015) de instalação de corrimãos e guarda-corpos para as unidades SEPN 514 e SCRN 702/703, conforme recomendações constantes da ABNT NBR 9050, ABNT NBR 9077/01 e NT 009/02 – CBMDF. A conclusão da adaptação das escadas, rampas e áreas externas é esperada para o transcurso de 2016 a 2017;

- Compartimentação de ambientes com painéis divisórios, conforme dimensionamento recomendado pela ABNT NBR 9050 (ARP nº41/2015); e

- Construção de rampa de acesso do estacionamento para o Bloco “A” da unidade SEPN 514, conforme parâmetros da ABNT NBR 9050.

Por fim, cabe acrescentar que a substituição dos dois elevadores da unidade SEPN 514 - a qual contemplava também o incremento nas dimensões das caixas e instalações de painéis com inserto em braille, sinais sonoros e luminosos, conforme preconiza as normas técnicas respectivas -, não foi realizada, haja vista as licitações realizadas em 2014 e 2015 terem restado fracassadas. Ressalte-se que a Administração do CNJ está tomando as providências cabíveis, com vistas à contratação do mencionado objeto.

4.5.2 Acessibilidade dos produtos e serviços

A fim de facilitar o acesso às pessoas com deficiência locomotora que buscam os serviços da Ouvidoria, priorizou-se pela sua instalação no andar térreo do Edifício-Sede do Conselho Nacional de Justiça, que ocupa espaço com dimensões e mobiliário que permitem a circulação adequada.

Considerando que, atualmente, o Plenário do CNJ está instalado no 3º andar do Edifício-Sede e que, por vezes, há paralização dos dois elevadores, e a fim de garantir acessibilidade às pessoas com deficiência locomotora, o CNJ instalou no andar térreo uma espécie de “extensão do Plenário”, local onde é transmitido ao vivo as sessões do Conselho.

O Portal do Conselho na internet, importante ferramenta de relacionamento com a sociedade e de transparência das informações relevantes sobre a atuação do órgão, está 100% acessível ao usuário, pois preenche todos os requisitos exigidos pela certificadora para “Acessibilidade”. No entanto, a página da Internet ainda não possui o selo W3C.

4.5.2.1 Acessibilidade dos sistemas de informática

Nesse contexto de proporcionar acessibilidade, o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho incluiu, dentro do seu portfólio de serviços, o processo de teste específico para Acessibilidade. Esse teste inclui análise de conformidade dos sistemas desenvolvidos e mantidos pelo órgão com o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMag), bem como a utilização das ferramentas ASES e NVDA. A ASES tem o objetivo de avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais e a NVDA é utilizada para testar leituras de telas.

Processo Judicial eletrônico - PJe

Visando garantir maior facilidade de uso do sistema PJe, principalmente aos advogados que representam o maior grupo de usuários, foi priorizado, no ano de 2015, o desenvolvimento do

sistema Escritório Digital, iniciativa conjunta do CNJ e do Conselho Federal da OAB, que deverá tornar-se o portal único de acesso dos advogados ao Processo Judicial eletrônico.

Desde sua concepção, o Escritório Digital estabeleceu requisitos de usabilidade, mobilidade e acessibilidade a serem seguidos rigorosamente pela equipe de desenvolvimento do sistema, de forma tal que usuários portadores de necessidades especiais tenham condições de pleno uso das funcionalidades oferecidas pela aplicação, sem necessidade de adaptações para atendimento desse público.

A primeira versão do Escritório Digital foi disponibilizada em maio de 2015 para avaliação de um grupo de advogados indicados pelo Conselho Federal da OAB e, atualmente, encontra-se em produção no TJDFT e em homologação por todos os tribunais que utilizam o PJe.

Foi estabelecido um grupo técnico para tratar das questões de usabilidade e acessibilidade na versão atual do PJe. Na sua composição, a equipe conta com profissionais de desenvolvimento de software, web designers e consultores especialistas nos temas. A equipe está trabalhando nas estratégias de alteração do sistema para atendimento aos requisitos e deverá disponibilizar alguns itens de melhoria na usabilidade e acessibilidade.

No ano de 2015, também priorizou-se a execução do projeto de revisão geral da arquitetura do sistema PJe, denominado PJe 2.0. A exemplo das premissas de acessibilidade a serem seguidas pela equipe de desenvolvimento do Escritório Digital, o grupo técnico responsável pelo PJe 2.0 também deve garantir a observância dos padrões de usabilidade e acessibilidade durante o desenvolvimento. O cronograma de execução das atividades prevê a substituição das funcionalidades existentes na versão atual do PJe. Nesse cenário, à medida que tais funcionalidades forem alteradas e disponibilizadas, os usuários deficientes, gradualmente, passam a se beneficiar das melhorias. A primeira entrega de funcionalidades do PJe 2.0 está prevista para março de 2016.

Foi realizado um workshop direcionado às equipes de TI do CNJ, em que participaram como palestrantes o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Dr. Bráulio Gusmão; o servidor do TRT 9ª Região, Leondeniz de Freitas, que é deficiente visual; e a servidora do Ministério do Planejamento, responsável técnica pelos padrões de usabilidade no âmbito do Poder Executivo, Fernanda Lobato. Durante o evento, foram apresentados conceitos, normas e exemplos da importância de observância das regras de acessibilidade que permitem o acesso de pessoas com deficiência aos sistemas de informação. O CNJ, em parceria com o Ministério do Planejamento, disponibilizará, em breve, um calendário de palestras e treinamentos voltados a servidores do Poder Judiciário acerca do tema.

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

5. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Conselho Nacional de Justiça busca dar cumprimento às diretrizes preconizadas pela NBCT 16.09 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBCT 16.10 (Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do Setor Público) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, bem como segue os procedimentos técnicos indicados pela Macrofunção SIAFI 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

Sobre o critério de avaliação de ativos e passivos, todos os bens móveis registrados no CNJ antes de 2010 passaram pelo processo de definição de base monetária confiável, conforme regras previstas na MACROFUNCAO SIAFI 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão.

O critério de avaliação para os itens adquiridos após 2010 seguem os listados na NBCT 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público: Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição; o imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção; os intangíveis são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção; os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.

Sobre a metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos Bens Móveis e cálculo de sua respectiva depreciação, o Conselho adota as taxas de depreciação e vida útil aplicadas aos ativos enumeradas na Macrofunção SIAFI 020330.

A depreciação anual dos bens móveis acumulada fechou, no exercício de 2015, no montante de R\$ 13.331.427,07 e dos bens imóveis em R\$ 45.605,15.

Sobre a amortização e teste de recuperabilidade dos intangíveis, a Auditoria Interna do CNJ recomendou em relatório de auditoria o seguinte:

“Informar no relatório de gestão de 2015, a ser elaborado em 2016, o *status* dos estudos relativos à utilização do *software ASI-WEB*, indicando detalhadamente, no caso de substituição do referido *software*, os custos de manutenção do *ASI-WEB* comparando com os custos de eventual substituição e manutenção por outro produto para realizar os mesmos serviços do *ASI-WEB*, devendo, ainda, explicitar, no caso de novo produto, se o sistema tem condições de realizar o teste de recuperabilidade e amortização do ativo intangível.”

O CNJ adquiriu em 2009 o software Automation System of Inventory (ASI WEB), módulos Almojarifado, Patrimônio e Compras, com disponibilização dos códigos fonte. Este sistema se encontra sem contrato de manutenção corretiva e suporte técnico, desde 30 de março de 2014, ocasião em que venceu o 3º Termo Aditivo ao Contrato 53/2009, firmado com a empresa Link Data Informática e Serviços Ltda., desenvolvedora e fornecedora da Solução ASI WEB.

Por ocasião da renovação do contrato, a empresa encaminhou proposta de preços visando reajustar o valor do contrato para o patamar que ela entende ser o praticado atualmente no mercado. Após diversas tratativas com a empresa Link Data, referentes à redução do custo da prestação dos serviços, não tendo obtido sucesso na negociação, foi realizada licitação para contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção e suporte técnico, no final do exercício de 2014.

A licitação para contratação dos serviços foi deserta por falta de empresa interessada. Durante todo o período de instrução processual para a contratação dos serviços, não foi possível verificar a existência de outra empresa capaz de prestar esses serviços, que não fosse a própria desenvolvedora do software, a empresa Link Data.

Desta forma, o sistema ASI WEB encontra-se sem cobertura de serviços de manutenção. Embora funcionando normalmente, encontra-se pendente a implantação do novo Plano de Contas, o qual começou a vigorar em janeiro do corrente ano.

Para encontrar solução aos problemas advindos da ausência de manutenção no ASI WEB, foi instituída uma equipe de servidores através da PORTARIA Nº CNJ-POR-2014/00097, de 21 de agosto de 2014. A equipe tinha o objetivo de elaborar os estudos preliminares e o termo de referência para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de suporte técnico ao software *Automation System of Inventory* (ASI WEB), uma vez que o referido sistema estava sem manutenção desde 30 de março de 2014, tendo em vista o encerramento da vigência do Contrato n. 53/2019, firmado entre o CNJ e a empresa Link Data Informática e Serviços Ltda., desenvolvedora e fornecedora da Solução ASI WEB, que custava R\$ 10.800,00 mensal quando vigente.

Segundo a equipe, os procedimentos afetos à contratação de uma empresa especializada para prestação de serviço de suporte técnico ao software ASI WEB foram prejudicados pelo fato de não terem sido encontradas no mercado empresas capazes de assumir a manutenção e o suporte técnico deste sistema. A equipe realizou pesquisa junto ao mercado especializado, visando identificar outra solução que atendesse as demandas deste Conselho e fosse capaz de substituir o sistema atualmente utilizado.

Assim, a equipe identificou 3 (três) soluções de gerenciamento, desenvolvidas por órgãos públicos, que, em princípio, atendiam às necessidades do CNJ. Desse modo, seguem transcritos abaixo os excertos do despacho elaborado pela equipe, que descrevem as soluções encontradas e as respectivas peculiaridades:

A primeira delas, SIADS, desenvolvida pelo SERPRO, apresentou preço muito elevado e foi necessário que a Administração negociasse a redução de valores, o que se deu somente no início do corrente mês. O valor final da proposta foi de R\$ 40.963,67 mensal.

A segunda solução, SIPAC, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, precisará ser licitada, e a pesquisa de preços preliminar revelou um valor de aproximadamente R\$ 150 mil mensal.

A terceira solução, Gestão Administrativa e Financeira - GEAFIN, desenvolvida pelo TRF da 4ª Região, chegou ao conhecimento do CNJ por ocasião da implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações. Foi solicitada uma apresentação do sistema, a qual somente se efetivou por meio de vídeo conferência realizada em 21/09/2015, no Supremo Tribunal Federal. Cabe informar que o STF também está procurando uma solução para substituir o ASI WEB.

Após análise das soluções, a Equipe de Planejamento de Contratação decidiu pela escolha do sistema Gestão Administrativa e Financeira – GEAFIN, nos termos transcritos abaixo:

“Desta forma, foi possível concluirmos os Estudo Preliminares contendo a pesquisa detalhada dos 3 sistemas e a solução apontada pela equipe como a que melhor convém ao CNJ, que é o GEAFIN, desenvolvido pelo TRF da 4ª Região, e interligado ao SEI.”

Referida escolha foi pautada pela similaridade das funcionalidades deste sistema àquelas existentes no ASI WEB, bem como a possibilidade de a manutenção corretiva, evolutiva, suporte técnico e atualizações ficarem a cargo da área técnica do TRF4 e a não existência de custos para o CNJ, uma vez que o sistema será cedido pelo TRF4. Além disso, seria possível a atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; o teste de recuperabilidade e amortização do ativo intangível.

Assim, a escolha da equipe técnica foi submetida à Diretoria-Geral que acatou a proposta e o ofício foi expedido pelo Presidente deste Conselho para que fosse firmado o Termo de Cessão de uso do GEAFIN.

Atualmente, o sistema GEAFIN está na fase de implantação no CNJ com o apoio remoto do TRF4. Tendo em vista que a implantação ainda não foi concluída e a migração da base de dados não iniciada, não foi possível, efetivamente, testar e registrar os ajustes que serão realizados nos intangíveis.

Assim, o início do registro da amortização no Sistema Siafi ocorrerá em 2016 porque o sistema de controle patrimonial utilizado pelo órgão está em fase de substituição já que não oferecia suporte ao cálculo do registro da amortização.

Quanto à vida útil e taxa de amortização dos intangíveis de vida útil definida, foram definidos critérios próprios para cada tipo de intangível tendo por base os seguintes fatores: a capacidade de geração de benefícios futuros; a obsolescência tecnológica, os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e valor residual zero. Ao final dos trabalhos de estudo sobre a vida útil das licenças de softwares do CNJ, ficou definido que a vida útil estimada de cada licença é de 5 anos, o que representa uma taxa de amortização anual de 25%. No entanto, isso não significa que, anualmente, ou na ocorrência de fato relevante, essa vida útil seja revista. O CNJ não possui intangíveis com vida útil indefinida.

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito do CNJ

Um dos objetivos de um Sistema de Custos é o de gerar informações úteis que venham a subsidiar a tomada de decisão com o intuito de promover a eficiência das ações desenvolvidas, auxiliando no controle e na gestão da organização com foco no alcance dos objetivos da entidade.

Dessa forma, a Portaria nº 76 de 2011 criou o Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos composto pelo: Diretor-Geral, Secretário de Controle Interno e Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ.

Já foram realizadas reuniões junto à Setorial de Custos do Poder Executivo na Secretaria do Tesouro Nacional onde ficou esclarecida a utilidade dos Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC-GOV). Servidores da área financeira já foram treinados para utilizar o SIC-GOV, caso haja decisão por essa ferramenta.

O CNJ entende a relevância do tema, tanto que o incluiu em seu Mapa Estratégico no tema “Eficiência Operacional”, cujo objetivo é buscar a excelência na gestão de custos operacionais de forma a garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Nesse sentido, cabe informar que consta em tramitação o Projeto “Sistema de Apuração de Custos no CNJ” cujo objetivo é Implantar o Sistema de Apuração de Custos neste Conselho. As metas de entregas estabelecidas são: definição do objeto de custos, metodologia de apuração de custos escolhida, análise dos sistemas estruturantes de informação já utilizados no CNJ, análise dos possíveis sistemas de informação para apuração de custos.

Uma medida que já está em prática desde 2014 é a emissão de empenho da despesa por Unidade Gestora Responsável (UGR). Inicialmente, apenas a Ação de Governo - Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos tem o controle realizado por UGR, porém, a intenção é expandir para as demais ações do CNJ. O uso da UGR permite alocar as despesas em centro de custos diretamente no Sistema Siafi e pode ser uma ferramenta gerencial para localizar onde está sendo realizado o gasto.

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis do CNJ estão dispostas no Anexo I.

5.3.1 Apresentação dos critérios contábeis utilizados

O Conselho Nacional de Justiça busca cumprir as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público constantes nas NBCTs 16.1 a 16.11.

Na geração de informação adota-se o regime de competência, sendo realizados ajustes quando algum registro é efetuado de forma diferente.

Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição, bem como as baixas são realizadas mensalmente pelo custo médio ponderado.

O Imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, observada a NBCT 16.10 que trata da avaliação e mensuração de ativos, deduzido o valor da depreciação, conforme procedimentos técnicos constantes da NBCT 16.9, bem como na Macrofunção SIAFI 020330 que dispõe sobre os critérios para o registro contábil da Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

O Intangível é mensurado e avaliado com base no valor de aquisição. Esses ativos encontram-se pendentes de amortização até o exercício de 2015. O levantamento quanto a vida útil econômica e a taxa de amortização está sendo realizado segundo a capacidade de geração de benefícios futuros, a obsolescência tecnológica e os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração desse tipo de ativo.

O Passivo Circulante – composto pelas obrigações e encargos, inclusive Imposto sobre a Renda, reconhecidos por ocasião do fato gerador, bem como Fornecedores e Contas a Pagar decorrentes de contratos - é avaliado pelo valor original. Além disso, apropria-se as obrigações trabalhistas pelo princípio da competência, como férias e 13º salário de servidores.

5.3.1 Informação sobre os itens constantes das Demonstrações Contábeis

5.3.1.1 Balanço Patrimonial

Imobilizado – Bens Imóveis

O Termo de Cessão de Uso n. 003/2014 tem por objeto a cessão de uso, gratuita e temporária, do Imóvel pertencente à Cedente (Empresa Brasil de Comunicação), ao Cessionário (CNJ), para utilização exclusiva em atividades administrativas.

Há previsão no ajuste para que o CNJ realize benfeitorias e reformas necessárias ao perfeito funcionamento do imóvel. Até setembro/2015 foram gastos o equivalente a R\$ 204.021,32 em reformas de adaptação do imóvel que está contabilizado em Benfeitorias de Imóveis de Terceiros, cuja amortização ainda não foi iniciada, em razão de a benfeitoria não estar concluída, conforme Macrofunção SIAFI 0020330.

Verifica-se aumento na conta de bens imóveis na ordem de R\$ 2 milhões, o qual se deu especialmente na conta de Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, decorrente do fornecimento e instalação de Sala Segura ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso no valor aproximado de R\$ 1,7 milhões.

Bens Móveis

Ocorreu uma variação credora em virtude de doação de bens de informática a diversos tribunais do país, normatizada pela Resolução n. 70/2009, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica do Judiciário. A Resolução norteia o planejamento em 15 objetivos estratégicos distribuídos em oito temas específicos, entre eles, infraestrutura e tecnologia. Essa área de atuação do CNJ visa prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho do CNJ, garantindo aos Conselheiros, Magistrados e Servidores condições de saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos sistemas.

Adiantamento concedido a pessoal e terceiros

As movimentações na conta de adiantamento refletem o reconhecimento por competência das apropriações de 1/3 do salário de férias na proporção de 1/12 avos dos vencimentos. As baixas são realizadas mês a mês quando ocorre o exercício efetivo do direito a férias.

Intangível

O intangível do CNJ é composto unicamente de softwares. Eles são adquiridos para uso próprio ou ainda com fim exclusivo para doações, norteados pela Resolução-CNJ nº 70/2009 que trata da Modernização do Poder Judiciário. Esse cenário justifica a variação crescente no saldo da conta. Assim, as aquisições e baixas de softwares, em sua maioria, são destinadas às doações.

Está em andamento os estudos para realização do teste de *impairment* e amortização.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Aqui estão registrados saldo de Restos a Pagar Processados ainda não pagos.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

A respeito de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, seu saldo é composto de duas contas: 13º a Pagar e Férias a Pagar, em virtude da apropriação mensal por competência de 1/12 das obrigações com gratificação natalina e Adicional de Férias. As baixas ocorrem basicamente pela indenização de servidor desligado deste órgão, por ocasião do pagamento da parcela, quando do gozo do direito e ao final do exercício pelo valor total remanescente, quando esta for a medida cabível.

Demais Obrigações a Curto Prazo

A conta do passivo circulante “Demais Obrigações a Curto Prazo” registra a parcela de recursos financeiros, não utilizada durante o Exercício – R\$ 128.060.360,53, recebida pela Secretaria do Tesouro Nacional, acrescida do limite de restos a pagar recebido, deduzido o Limite de restos a pagar concedido, constituindo o total, dessa forma, em antecipação de cota do exercício seguinte.

Valores Restituíveis

A conta compreende os valores retidos de terceiros e está composta por Depósito Retido de Fornecedores em virtude de glosa prevista em contrato e de cauções recebidas cujos contratos ainda são vigentes.

As baixas desses valores são realizadas após análise pelos setores competentes, os quais podem decidir converter a retenção em pagamento ao fornecedor ou aos cofres do Tesouro.

Patrimônio Social e Capital Social

Resultado Financeiro

A diferença negativa de R\$ 25.176.988,89 entre o Ativo Financeiro R\$ 154.087.297,41 e o Passivo Financeiro R\$ 179.264.286,30 ocorreu em virtude da inscrição em “Demais Obrigações a Curto Prazo” da Cota Recebida Diferida de R\$ 128.060.360,53 que é considerado um passivo exigível financeiro até que se proceda sua baixa em 30 de janeiro de 2016 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

No entanto, esse resultado não pode ser observado isoladamente, haja vista que a geração de Caixa e Equivalente de Caixa Final na Demonstração do Resultado do Exercício, bem como o Saldo para o Exercício Seguinte no Balanço Financeiro foi de R\$ 154.087.297,41.

Assim, a alocação da Cota Recebida Diferida no passivo pode, erroneamente, prejudicar a análise da capacidade de pagamento do Ente, uma vez que se trata de cota não utilizada que será “descontada” da cota financeira a receber no exercício seguinte. Ou seja, a escrituração no Balanço Patrimonial como uma obrigação não reflete uma obrigação do ente em sua essência no que tange à apuração de Superávit Financeiro.

5.3.1.2 Demonstração de Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

Encargos Patronais

Houve aumento dos encargos patronais decorrente gerado pelo 13º salário dos servidores.

Transferências e Delegações Concedidas

São agregadas nesta conta os repasses concedidos por meio de Termo de Cooperação com entes públicos, tais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, Tribunal Superior do Trabalho - TST e Supremo Tribunal Federal - STF. O aumento no mês de novembro se deu em razão de repasses ao STF referente ao Termo de Cooperação nº 7/2013, que atende à assistência médica dos servidores e outras despesas de custeio detalhadas no Processo-SEI 04015/2015.

Desincorporação de Ativos

Saldo gerado em virtude de baixa de bem móvel extraviado.

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O saldo desta conta acumula em sua grande maioria as indenizações e restituições aos cofres públicos, tais como: restituições em folha de pagamento; reembolso de uso de telefone móvel.

Varição Patrimonial Aumentativa

Transferências Intragovernamentais

As variações em Transferências e Delegações Recebidas são transações ocorridas por ocasião do recebimento de cota financeira oriunda do Tesouro Nacional para custeio.

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Na conta de restituições houve aumento decorrente de desoneração da folha de pagamento em contratos de terceirização de mão de obra, conforme Lei n 12.546/2011, fato que gerou devolução de recursos aos cofres da União, elevando a arrecadação na conta de restituições recebidas. Além disso, as receitas classificadas nesta conta ocorreram em virtude das apropriações decorrentes de Multas Administrativas recolhidas de fornecedores e restituições recebidas pelos cofres públicos por ocasião de devolução de despesas.

5.3.1.3 Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e Balanço Financeiro - BF

Basicamente, os ingressos do CNJ são recebidos diretamente pelo Tesouro Nacional por não se tratar de um órgão com função arrecadadora.

Já os desembolsos estão concentrados em pagamento de pessoal, demais despesas correntes; transferências intragovernamentais concedias e aquisição de bens de capital.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa em 2015 foi de R\$ 14.943.466,45, somado ao saldo de caixa do exercício anterior, o montante do caixa de abertura para 2016 é R\$ 154.087.297,41. Esses recursos financeiros apurados tanto da DFC quanto no BF representam o saldo em espécie disponível para utilização no período seguinte ao encerramento do exercício e demonstram que o ente tem capacidade de caixa para cobrir os Restos a Pagar inscritos.

5.3.1.4 Balanço Orçamentário

Resultado Orçamentário

O Conselho Nacional de Justiça não se caracteriza como um agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para a prestação de serviços públicos e realização de investimentos, dessa forma, é dependente de recursos do Tesouro Nacional. Assim, houve movimentação financeira no montante de R\$ 229 milhões que abrangem a cota financeira recebida de 2015 e os valores diferidos de 2014, bem como a execução da despesa empenhada se deu no montante de R\$ 150 milhões, apurando-se, em tese, um resultado orçamentário superavitário de R\$ 79 milhões.

Economia de Despesa

A dotação líquida do exercício (após contingenciamento) se deu no montante de R\$ 229 milhões, e a despesa executada no montante de R\$ 150 milhões, assim, o montante de 79 milhões não foi utilizado para a execução da despesa.

Influência do orçamento nos investimentos públicos

Houve aplicação de recurso em despesa de capital no valor de R\$ 36 milhões, correspondente a 24,40% do orçamento, dentre os investimentos pode-se enfatizar a melhoria na infraestrutura tecnológica no Poder Judiciário.

Áreas Especiais da Gestão

6. Áreas Especiais da Gestão

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de Pessoal da unidade

Passamos a apresentação e comentários dos dados referentes à estrutura de pessoal deste Conselho, quantificando-a mediante quadros e qualificando as informações por meio de análise crítica.

6.1.1.1 Composição da força de trabalho

Quadro 26. Força de Trabalho do CNJ – Situação apurada em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	não há*	363	71	54
1.1. Membros de poder e agentes políticos (1.1.1+1.1.2)	não há*	20	11	14
1.1.1. Conselheiros	15	14	10	11
1.1.2. Juízes Auxiliares	não há*	6	1	3
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2 + 1.2.3+1.2.4)	não há*	343	60	40
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	298	281	41	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado**	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há*	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há*	61	19	28
2. Servidores com Contratos Temporários**	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há*	22	11	11
4. Total de Servidores (1+2+3)	313*	385	82	65

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

*Não há um limite legal definido.

**O CNJ não possui servidores de carreira em exercício descentralizado, nem com contratos temporários.

Quadro 27. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do CNJ (Situação em 31 de dezembro de 2015)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	74	72	48	49
1.1. Cargos de Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior*	74	72	48	49
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	18	12***	11
1.2.2. Servidores de carreira em Exercício Descentralizado**	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	32	23	25
1.2.4. Sem Vínculo	-	22	13	13
1.2.5. Aposentados**				
2. Funções Gratificadas	112	110	87	73
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	87	73	54
2.2. Servidores de carreira em Exercício Descentralizado*	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	23	14	19
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	186	182	135	122

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* Foram incluídos os 4 cargos em comissão de Pesquisador (CJ-2), que não fazem parte do Grupo de Direção Chefia e Assessoramento

** O CNJ não possui servidores de carreira em exercício descentralizado, nem aposentados.

*** Servidores de carreira vinculados ao Órgão que assumiram cargo em comissão no exercício, mas que já faziam parte do quadro de pessoal do CNJ.

A partir dos quadros expostos, verifica-se que o Conselho Nacional de Justiça é um órgão de estrutura pequena, diante de outros órgãos do Poder Judiciário, com um quadro com 298 vagas autorizadas e 282 servidores ocupantes de cargos efetivos. Houve um aumento de servidores efetivos em relação ao exercício de 2014, tendo em vista as nomeações ocorridas em janeiro, abril, outubro e dezembro, por meio das Portarias nº 2, 34, 138 e 164, respectivamente, da Presidência.

O Conselho detém 15 vagas de Conselheiro, conforme disposto no art. Art. 103-B da Constituição Federal, estando 14 devidamente ocupadas. No exercício de 2015, houve o término do mandato de 11 Conselheiros e, até 31/12/2015, ainda não havia sido nomeado o sucessor de um dos cargos vago.

O CNJ também possui em sua força de trabalho magistrados que desempenham a função de juiz auxiliar. Atualmente são 6, porém, não há uma limitação legal quanto ao número máximo. Os juízes auxiliares prestam apoio à Presidência, à Corregedoria e à Secretaria-Geral deste Conselho. Observa-se que, em comparação com a situação do exercício anterior (2014), houve uma redução do número de magistrados no CNJ.

Quanto aos servidores requisitados, existem servidores de outros órgãos e esferas ocupantes e não ocupantes de cargo/função comissionada. São, no total, 61 servidores, sendo 55 ocupantes de cargo/função comissionada e 5 servidores não ocupantes. Percebe-se que houve diminuição no número de servidores requisitados no exercício 2015 em comparação com o exercício 2014, tendo em vista que, conforme quadro acima, houve mais egressos do que ingressos.

6.1.1.2 Distribuição da força de trabalho

Quadro 28. Distribuição da Lotação Efetiva - Situação apurada em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	155	199
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	155	199
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	137	139
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado**	-	-
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	18	60
2. Servidores com Contrato Temporário	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	22
4. Total de Servidores (1+2+3)*	158 (41,69%)	221 (58,31%)

* Há, ainda, 6 servidores efetivos, cedidos a outros órgãos ou em exercício provisório em outros órgãos, que não possuem lotação efetiva.

** O CNJ não possui servidores de carreira em exercício descentralizado, nem servidores com contrato temporário.

O critério adotado para separação das Áreas Meio e Fim foi definido no Parecer nº 38/2015, do Departamento de Gestão Estratégica – DGE deste Conselho, consoante explanação do item 6.1.1.3 do presente Relatório.

Nota-se que, em comparação ao exercício 2014, houve uma diminuição do quantitativo de servidores alocados na área meio, ainda que tenha havido um aumento no número de servidores no quadro do CNJ. Por outro lado, houve um acréscimo substancial de servidores na área fim.

Quadro 29. Quantitativo Percentual dos Cargos em Comissão (Posição em 31/12/2015)

Cargos	Criados	Cargos Efetivos do CNJ	Poder Judiciário	Ocupados			Vagos
				Outras Carreiras	Sem Vínculo	Total	
CJ-4	1	0	1	0	0	1	0
CJ-3	31	3	13	3	11	30	1
CJ-2	29	12	9	2	5	28	1
CJ-1	13	3	4	0	6	13	0
Total	74	18	27	5	22	72	2
Ocupação		24,32%	36,49%	6,76%	29,73%	97,30%	

Quadro 30. Quantitativo Percentual das Funções Comissionadas (Posição em 31/12/2015)

Cargos	Criados	Ocupados				Total	Vagos
		Cargos Efetivos do CNJ	Poder Judiciário		Outras Carreiras		
			Federal	Estadual			
FC-6	91	67	14	4	5	90	1
FC-5	15	14	0	0	0	14	1
FC-4	3	3	0	0	0	3	0
FC-3	0	0	0	0	0	0	0
FC-2	3	3	0	0	0	3	0
FC-1	0	0	0	0	0	0	0
Total	112	87	14	4	5	110	2
Ocupação		77,68%	12,50%	3,57%	4,46%	98,21%	
		Total: 90,18%					

Quanto à ocupação dos cargos e funções comissionadas, segundo a Lei nº 11.416/2006, pelo menos 50% dos cargos em comissão, no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário, devem ser destinados a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal.

Em cumprimento a esse dispositivo legal, o Conselho Nacional de Justiça vem, gradativamente, aumentando o percentual de ocupação de cargos em comissão por servidores efetivos. Em 31/12/2011, era de 13,46%; em 31/12/2012, correspondia a 14,86%, em 31/12/2013, correspondia a 17,57%; em 31/12/2014, correspondia a 22,97%; e em 31/12/2015, corresponde a 24,32%.

Quanto ao disposto no § 1º do art. 5º da citada Lei (80% do total das funções comissionadas devem ser exercidas por servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União), o Conselho Nacional de Justiça vem cumprindo o percentual exigido para designação de funções de confiança, que, em 31/12/2015, corresponde a 90,18%. Esse percentual é o melhor obtido nos últimos anos. Observa-se, ainda, que em 2015 houve um aumento de servidores efetivos do CNJ designados para funções de confiança (de 67 para 87 servidores). Tal situação decorre do fato de a Administração vir reconhecendo e valorizando o potencial dos servidores já capacitados a exercerem as respectivas atribuições.

6.1.1.3 Observações sobre a classificação das unidades do CNJ

Em 2015, tendo em vista a solicitação da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP para convocar candidatos aprovados em concurso público, visando o provimento de cargos vagos previstos em edital e das vacâncias, com proposta de alocação seguindo parâmetros do documento Tabela de Lotação de Cargos – TLC, dispositivo trazido pelo artigo 24 da Lei nº 11.416/2006, regulamentado internamente pela Portaria-CNJ nº 443/2013, o Departamento de Gestão Estratégica - DGE, unidade competente para proceder estudos organizacionais com vistas à melhoria do desempenho institucional, tendo como objetos de análise técnica, entre outras, as propostas de alteração na estrutura orgânica e estudos sobre a força de trabalho no CNJ, emitiu o Parecer nº 38/2015, em que pela primeira vez apresentou definição de “área finalística”, “área de apoio-finalístico” e “área de apoio”, apontando que a alocação da força de trabalho deve zelar pela distribuição entre estas áreas, visando “assegurar que as atividades principais do órgão – o seu

core business – tenham prioridade de investimentos, inclusive de pessoal. Isso se justifica na medida em que as atividades finalísticas são de maior relevo social e institucional”.

Quadro 31. Classificação das Unidades do CNJ

I – PLENÁRIO	***
1. Conselheiros	***
1.1. Gabinetes	Finalístico
2. Comissões	***
3. Ouvidoria	Apoio finalístico
3.1. Gabinete da Ouvidoria	Apoio finalístico
II – PRESIDÊNCIA	***
1. Juízes Auxiliares	***
2. Gabinete da Presidência	Apoio finalístico
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	Apoio
1. Coordenadoria de Auditoria	Apoio
1.1. Seção de Auditoria Interna	Apoio
2. Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão	Apoio
2.1. Seção de Acompanhamento da Execução Contratual	Apoio
SECRETARIA-GERAL	
1. Gabinete da Secretaria-Geral	Apoio finalístico
2. Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao acompanhamento de Projetos	Apoio finalístico
3. Departamento de Pesquisas Judiciárias	Finalístico
4. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas	Finalístico
5. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário	Apoio finalístico
6. Secretaria de Cerimonial e Eventos	Apoio
6.1. Seção de Cerimonial	Apoio
6.2. Seção de Eventos	Apoio
7. Secretaria de Comunicação Social	Apoio finalístico
7.1. Seção de Comunicação Institucional	Apoio finalístico
7.2. Coordenadoria de Imprensa	Apoio finalístico
8. Secretaria Processual	Finalístico
8.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição	Finalístico
8.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização	Finalístico
8.1.2. Seção de Autuação e Distribuição	Finalístico
8.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos	Finalístico
8.2.1. Seção de Apoio ao Plenário	Finalístico
8.2.2. Seção de Processamento	Finalístico
8.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	Finalístico
8.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões	Finalístico
8.2.5. Seção de Jurisprudência	Finalístico
9. Departamento de Gestão Estratégica	Finalístico
9.1. Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário	Finalístico
9.1.1. Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário	Finalístico
9.1.2. Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia	Finalístico
9.2. Divisão de Desenvolvimento Institucional	Apoio finalístico
9.2.1. Seção de Planejamento Institucional	Apoio finalístico
9.2.2. Seção de Gestão de Processos	Apoio finalístico
9.2.3. Seção de Organização e Normatização	Apoio finalístico
10. Departamento de Acompanhamento Orçamentário	Finalístico
10.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União	Finalístico
10.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União	Finalístico
10.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual	Finalístico
10.2.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual	Finalístico
11. Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	

11.1. Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação	Apoio finalístico
11.2. Divisão de Gestão do Processo Judicial Eletrônico	Finalístico
11.2.1. Seção de Gestão Negocial do Processo Judicial Eletrônico	Finalístico
11.2.2. Seção de Sustentação do Processo Judicial Eletrônico	Finalístico
11.3. Coordenadoria de Gestão de Sistemas	Apoio finalístico
11.3.1. Seção de Qualidade e Padronização	Apoio finalístico
11.3.2. Seção de Gestão de Sistemas da Presidência, da Corregedoria e dos Gabinetes	Apoio finalístico
11.3.3. Seção de Gestão de Sistemas da Secretaria-Geral	Apoio finalístico
11.3.4. Seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral	Apoio
11.4. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura	Apoio
11.4.1. Seção de Gestão de Segurança da Informação	Apoio
11.4.2. Seção de Gestão de Banco de Dados	Apoio
11.4.3. Seção de Gestão de Telecomunicações	Apoio
11.4.4. Seção de Gestão de Serviços e Aplicações	Apoio
11.4.5. Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário	Apoio
11.4.6. Seção de Gestão de Microinformática	Apoio
DIRETORIA-GERAL	
1. Gabinete do Diretor-Geral	Apoio
1.1. Seção de Passagens e Diárias	Apoio
2. Núcleo de Suporte Logístico e Segurança	Apoio
2.1. Seção de Apoio aos Conselheiros e aos Juízes	Apoio
2.2. Seção de Segurança e Transportes	Apoio
3. Comissão Permanente de Licitação	Apoio
3.1. Seção de Licitações	Apoio
4. Assessoria Jurídica	Apoio
5. Secretaria de Administração	Apoio
5.1. Seção de Material e Patrimônio	Apoio
5.2. Seção de Compras	Apoio
5.3. Seção de Gestão de Contratos	Apoio
5.4. Seção de Almoxarifado	Apoio
5.5. Seção de Arquitetura	Apoio
5.6. Seção de Engenharia e Manutenção Predial	Apoio
5.7. Seção de Serviços Gerais	Apoio
5.8. Seção de Elaboração de Editais	Apoio
5.9. Seção de Arquivo	Apoio
6. Secretaria de Orçamento e Finanças	Apoio
6.1. Seção de Contabilidade	Apoio
6.2. Seção de Análise e Liquidação	Apoio
6.3. Seção de Planejamento Orçamentário	Apoio
6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira	Apoio
7. Secretaria de Gestão de Pessoas	Apoio
7.1. Seção de Registros Funcionais	Apoio
7.2. Seção de Benefícios	Apoio
7.3. Seção de Legislação	Apoio
7.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	Apoio
7.5. Seção de Educação Corporativa	Apoio
7.6. Seção de Pagamento	Apoio
7.7. Seção de Governança em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário	Apoio finalístico
III – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	***
1. Juízes Auxiliares	***
2. Gabinete da Corregedoria	Finalístico
3. Assessoria da Corregedoria	Finalístico

Para tanto, o DGE utilizou o mesmo parâmetro adotado no âmbito do Poder Judiciário, inclusive apregoado pelo CNJ na análise de pedidos de criação de cargos pelos Tribunais, que é a

aplicação de 70% do quadro efetivo nas áreas finalísticas e 30% nas áreas de apoio. Em julho de 2015, a força de trabalho estava alocada 54% na área de apoio e 46% na área finalística (que engloba o apoio-finalístico).

Em decorrência disso, foi recomendado que as convocações, dali em diante, deveriam atender exclusivamente às áreas finalísticas, considerando as necessidades ou, ainda, o desenvolvimento de novas frentes de atuação finalística no âmbito do CNJ.

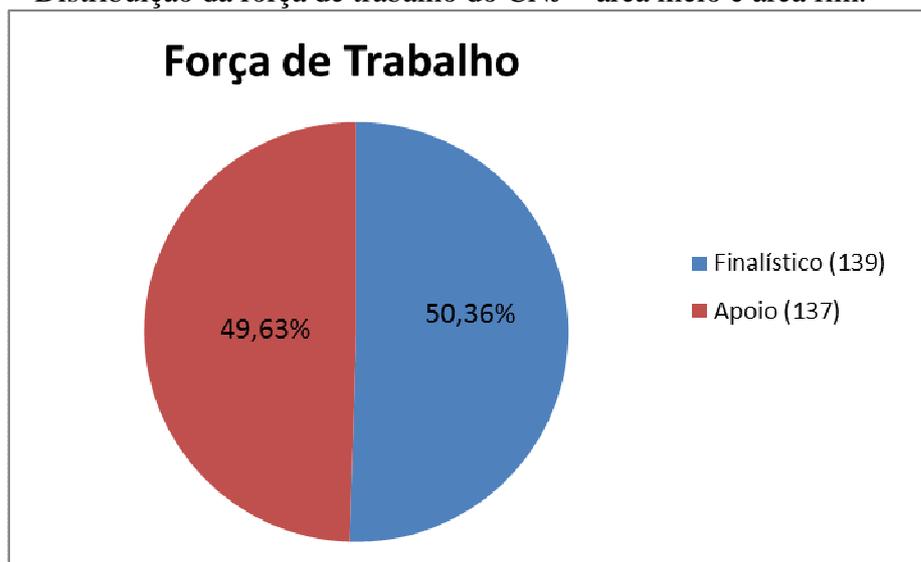
Afirmou-se que, no estudo, foram analisados os processos de trabalho e projetos, bem como realizadas entrevistas junto às unidades vinculadas à Secretaria-Geral, à Corregedoria Nacional, além da Ouvidoria. O estudo não considerou os gabinetes de Conselheiros em razão de estudo pretérito, em que se constatou que a demanda processual do CNJ em relação a anos anteriores permanece constante com ligeira redução, enquanto a produtividade é crescente, não havendo, portanto, aumento da demanda que requeira incremento de pessoal nos Gabinetes.

Cabe pontuar que o CNJ já foi apontado pelo próprio TCU (Acórdão 1.145/2011-TCU-Plenário) como OGS (Órgão Governante Superior) e que tem a responsabilidade de normatizar e fiscalizar o uso e a gestão em suas respectivas áreas de atuação.

Portanto, é preciso estabelecer critérios diferenciados para o CNJ quanto à distribuição da força de trabalho, pois este não tem as mesmas competências que os outros órgãos do Poder Judiciário e a distribuição 70% e 30% para as áreas finalística e meio, respectivamente, mostra-se insuficiente para uma distribuição adequada à realidade do Órgão. O estudo não apontou consulta às áreas de apoio ou análise dos processos relacionados a essas áreas.

Além disso, é evidente que áreas categorizadas como de apoio respondem, mesmo que em menor escala, ao público externo quanto às práticas e procedimentos que adotam. De qualquer forma, o Parecer-DGE nº 38/2015 foi respeitado a cada nova turma de candidatos convocados e alocados, salvo nos casos em que a própria área finalística, após consultada, dispensou o recebimento de novos servidores. Sendo assim, em 31/12/2015, a força de trabalho contava com 282 servidores efetivos (aumento de 11,46% comparado a 2014), dos quais 6 estavam cedidos ou afastados para acompanhar cômputo. Os 276, em exercício no CNJ, estavam distribuídos da seguinte forma:

Distribuição da força de trabalho do CNJ – área meio e área fim.



Ressalte-se que, em relação aos dados acima ilustrados, foram considerados apenas os servidores efetivos do CNJ – e que também estão em exercício neste Conselho, até 31/12/2015, diferentemente dos dados apontados no Quadro 28 constante do item 6.1.1.2.

As unidades ainda estão em fase de avaliação sobre a distribuição de processos e projetos, e a produtividade com a chegada de novos servidores. Somente com o provimento total das vagas (restavam 16 em 31/12/2015) é que haverá a avaliação final do procedimento, em que pese algumas áreas já terem uma projeção segura. Cabe lembrar que a validade do concurso foi prorrogada até 8 de julho de 2017.

Por fim, ressalte-se que este processo avaliativo deve ser concomitante ao mapeamento de processos e das competências a serem exercidas pelos servidores, pois a avaliação isolada do gestor, sem critérios objetivos definidos, pode gerar distorções da real necessidade.

6.1.1.4 Grau de escolaridade, especialização e idade dos servidores

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão novo e, portanto, com quadro de pessoal relativamente jovem. Dentre os 385 servidores que prestam suas atividades nesse Conselho, 26,5% encontram-se na faixa etária de 20 a 30 anos, 50,1%, encontram-se entre 31 a 40 anos, 17,4% entre 41 e 50 anos, e 6% acima de 51 anos.

Em relação ao grau de instrução, temos que 16,7% possuem 2º grau completo ou 3º grau incompleto, 67,6% tem 3º grau completo, 13,3% tem pós-graduação, e 2,4% possuem Mestrado ou Doutorado. Atente-se para o fato que esses dados podem sofrer pequenas alterações, uma vez que para o cadastramento inicial dos servidores, quanto ao grau de instrução, utilizou-se a documentação apresentada (original dos diplomas).

Em tempo, esclareça-se que as informações prestadas foram obtidas do sistema SGRH e são baseadas no que é cadastrado quando da entrada dos servidores neste Conselho.

6.1.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

A identificação de eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, é realizada pela Seção de Registros Funcionais, da Secretaria de Gestão de Pessoas, ao receber os documentos pessoais dos novos servidores que ingressam no CNJ.

Em 2015, não houve registros de acumulação de cargos, funções e empregos públicos. De toda forma, algumas providências são executadas para coibir tal prática. Entre elas é enviado formulário em que o candidato/servidor deve declarar os órgãos em que trabalha ou trabalhou, devendo apresentar certidão/declaração na qual conste informação da sua vacância/exoneração.

6.1.1.6 Situação dos servidores inativos e aposentados

Em atendimento ao Relatório Final de Auditoria n. 03/2015, da Secretaria de Controle Interno do CNJ, e com fulcro nos estudos do art. 40 da Constituição Federal de 1988, que disciplina a aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, dos servidores públicos federais, com modificações empreendidas pelas EC 20/1998, EC 41/2003 e EC 47/2005, e nas regras de transição previstas nesses dois últimos dispositivos, este Conselho verificou que não existem servidores efetivos do quadro de pessoal aptos a se aposentarem nos próximos 5 anos (de 1/1/2016 a 31/12/2020), e que apenas 1 (um) servidor estará apto à aposentadoria no prazo de 5 a 10 anos (de 1/1/2021 a 31/12/2025).

Tais dados foram obtidos com base na análise das certidões de tempo de contribuição apresentadas até 31/12/2015 pelos servidores do CNJ, com a averbação do tempo respectivo.

Por fim, em atendimento ao Acórdão n. 1176/2015 – TCU – Plenário, cumpre informar que o Conselho Nacional de Justiça não possui servidores inativos, razão pela qual inexistem cálculos de aposentadorias a serem revistos ou analisados.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 32. Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
(a) Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	1.664.432,35	-	141.316,65	8.170,75	1.156.068,37	40.917,81	-	-	-	R\$ 3.010.905,93
	2014	1.795.854,73	-	130.678,41	18.321,09	1.610.823,57	81.705,16	-	3.303,55	-	R\$ 3.640.686,51
(b) Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	24.116.317,17	4.301.111,26	2.520.192,21	1.680.363,49	3.029.313,49	1.143.874,74	241.343,04	-	-	R\$ 37.032.515,40
	2014	17.516.191,09	3.414.404,79	1.851.880,10	1.198.820,25	2.162.731,95	763.093,81	-	-	-	R\$ 26.907.121,99
(c) Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	-	3.644.447,93	316.914,87	174.115,26	523.524,70	108.946,40	62.745,89	-	-	R\$ 4.830.695,05
	2014	-	4.146.550,45	377.017,67	237.318,04	444.467,88	102.571,38	-	1.135,11	-	R\$ 5.309.060,53
(d) Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	-	2.326.934,04	191.279,47	115.565,60	346.159,20	67.326,05	-	-	-	R\$ 3.047.264,36
	2014	-	2.317.557,29	191.339,49	134.354,66	289.497,42	68.345,78	-	-	-	R\$ 3.001.094,64
(e) Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	446.352,51	-	52.678,21	26.957,48	36.591,44	8.370,66	-	-	-	R\$ 570.950,30
	2014	265.787,25	-	26.980,23	19.249,24	30.162,32	2.999,41	-	-	-	R\$ 345.178,45
(f) Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ -
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ -

Fonte: SGRH e SIAFI gerencial

Legenda dos grupos: **(a)** Conselheiros e Juízes Auxiliares; **(b)** Servidores efetivos do quadro e em exercício no CNJ, que ocupem ou não cargo ou função comissionada; **(c)** Servidores requisitados de outros órgãos; **(d)** Servidores sem vínculo com a Administração pública; **(e)** Servidores efetivos do quadro do CNJ cedidos a outros órgãos com ônus ao CNJ; **(f)** não há servidores regidos por contrato temporário.

Legenda de tipos de despesas: **Vencimentos e Vantagens fixas:** Vencimento, GAJ, Diferença de Subsídio (Lei nº 11.365/2006), VPNI (quintos/décimos) (Lei 9.624/98), VPI (Lei nº 10.698/2003), Diferença Individual; **Retribuições:** retribuição pelo exercício de cargo ou função comissionada, inclusive substituições; **Gratificações:** gratificação natalina, gratificação por encargo de curso e concurso; **Adicionais:** Adicional de férias, indenização de férias, adicional de serviço extraordinário, Adicional por Tempo de Serviço, Adicionais de Qualificação; **Indenizações:** diárias, ajuda de custo, auxílio-moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio pré-escola; **Benefícios Assistenciais e Previdenciários:** auxílio à saúde, auxílio natalidade; **Demais Despesas:** Bolsas de estudo.

Análise dos dados: (1) Houve aumento de despesas com os servidores efetivos no ano de 2015, em comparação com 2014, tendo em vista o aumento substancial do quadro permanente do CNJ, cumulativamente com a implementação da 3ª parcela da reestruturação da carreira (Lei nº 12.774/2012). (2) Em relação aos dados enviados no relatório de gestão do ano de 2014, houve alteração nas rubricas componentes dos tipos de despesas "Vencimentos e Vantagens Fixas" (excluídos os adicionais de qualificação), "Adicionais" (incluído os adicionais de qualificação), "Indenizações" (acrescentado o auxílio transporte), e "Demais Despesas Variáveis" (excluído o auxílio transporte e incluído as bolsas de estudo).

6.1.3 Capacitação de Pessoal

A capacitação permanente no Conselho Nacional de Justiça - CNJ tem por finalidade proporcionar aos servidores e aos gestores a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atividades com maior produtividade, por meio do oferecimento de cursos, seminários, workshops, congressos, bolsas de estudo de pós-graduação e de língua estrangeira, e outros eventos, auxiliando-os no alcance dos objetivos estratégicos do Órgão.

Em 2015 foram capacitados 321 (trezentos e vinte e um) servidores do Conselho Nacional de Justiça, com o preenchimento de 983 (novecentas e oitenta e três) vagas em eventos de capacitação, totalizando 13.334 (treze mil, trezentas e trinta e quatro) horas de participação de servidores do CNJ em 86 (oitenta e seis) ações de capacitação promovidas, conforme segue na tabela abaixo:

Quadro 33. Quantitativo de eventos de capacitação em 2015.

Modalidade	Nº de Eventos	Vagas Oferecidas	Horas Oferecidas
Eventos Internos	21	666	8.614
Eventos Externos	55	168	3.771
Programa de Desenvolvimento de Líderes	10	149	949
Total	86	983	13.334

Dentre as ações desenvolvidas internamente, voltadas para o desenvolvimento de competências essenciais dos servidores recém ingressos e dos servidores que já faziam parte do quadro do Conselho, destacam-se os seguintes eventos: Sistema Eletrônico de Informações – SEI (179 participantes); Gestão Estratégica (68 participantes); Português Avançado (59 participantes); Gerenciamento de Projetos (57 participantes); Ética: construção histórica do conceito e desdobramentos práticos da ação humana na vida pública (45 participantes); Atualização sobre o Novo Código de Processo Civil – Etapa I (43 participantes); Gerenciamento de Riscos (43 participantes); Elaboração de Termo de Referência (32 participantes); Ambientação para Novos Servidores (31 participantes); Gestão de Processos (26 participantes); e Questões elementares de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos (à luz das normas internas do CNJ, da legislação aplicável e da jurisprudência do TCU e dos Tribunais Superiores – 23 participantes).

Quanto às ações do Programa de Desenvolvimento de Líderes, que têm como público-alvo prioritário servidores que exercem funções gerenciais, destacam-se as seguintes ações de capacitação: Fórum HSM - Excelência em Gestão Pública (31 participantes); "Coaching: por uma liderança transformadora de indivíduos e organizações" e "Poder e competência: Dramas, Tramas e Traumas" (27 participantes); A gestão do futuro e o futuro da liderança (26 participantes); Reuniões eficazes e delegação - tenha reuniões produtivas e delegue com resultados (22 participantes); e Gestão de Conflitos e Feedback Construtivo - A Ferramenta Definitiva para o Desempenho Organizacional (14 participantes).

Por meio de contratação de entidades externas, foram preenchidas 168 vagas em 55 ações de capacitação. Essas ações, em geral, buscam atender a demandas específicas das áreas e contam com número reduzido de participantes por turma. Destacam-se as seguintes áreas atendidas por tais ações: Tecnologia da Informação; Contratações; Engenharia; Gestão de Pessoas e Legislação de Pessoal; Gestão Estratégica e Orçamento e Finanças.

Quanto às bolsas de estudo, que têm o objetivo de fomentar o desenvolvimento de competências voltadas para o domínio de línguas estrangeiras e para a formação em nível de pós-graduação, foram contemplados com bolsas de língua estrangeira pelo processo seletivo realizado em 2015, 16 (dezesesseis) servidores, totalizando 78 (setenta e oito) bolsas de estudo ativas, consideradas as concedidas anteriormente e que estão vigentes. Já quanto às de pós-graduação,

foram realizados dois processos seletivos no ano de 2015 e foram contemplados 22 (vinte e dois) servidores com o benefício, existindo, atualmente, 21 (vinte e uma) bolsas ativas.

Como parte integrante do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça 2010-2014, no Tema “Gestão de Pessoas”, foi estabelecido o seguinte objetivo estratégico: “desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, magistrados e servidores”. Esse objetivo busca garantir que os Conselheiros, Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Considerando que o Planejamento Estratégico do CNJ 2015-2020 somente foi instituído em 15 de dezembro de 2015, por meio da Portaria nº 167, foram utilizados como parâmetro para análise de resultados as metas estipuladas nos indicadores de 2014.

Desta forma, para acompanhamento desse Objetivo foram adotados três Indicadores Estratégicos:

1. Percentual do orçamento aplicado em capacitação: aplicar em capacitação 3,77% das ações orçamentárias relativas a pessoal e encargos sociais*.

*Total da Ação de Pagamento do Pessoal Ativo da União + Total da Ação de Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

- Fórmula: Total da Ação Capacitação de Recursos Humanos / Ações Orçamentária relativas a Pessoal e Encargos Sociais *100

Resultado obtido em 2015: $(883.764,14/49,134,254,97)*100 = 1,80\%$

2. Índice de Capacitação para Servidores

METAS			
Obter 90% no índice de capacitação nas competências da função (papal) dos servidores* e/ou pela área de atuação até 2014.			
Ano Base	2013	2014	2015
%	75%	80%	80%

* Servidores efetivos, requisitados e sem-vínculo.

- Fórmula: número de servidores capacitados/ total de servidores*100

Resultado obtido em 2015: $(321/359)*100 = 89,42\%$

3. Índice de Capacitação para Gestores

METAS			
Obter 40% no índice de capacitação nas Competências Estratégicas* e/ou aquelas identificadas no processo de avaliação de competências dos gestores**, com mínimo de 15 hora/aula por ano .			
Ano Base	2013	2014	2015
%	35%	40%	40%

*Competências Estratégicas: Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão de Procedimentos de Trabalho, Gestão da Informação e Gestão de Pessoas;

** Conselheiros, Juizes Auxiliares, Ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada em nível de chefia.

- Fórmula: número de gestores capacitados/ total de gestores*100

Resultado obtido em 2015: $(32/103)*100 = 31,07\%$

6.1.4 Gestão de riscos relacionados a pessoal

Ainda não existe no CNJ uma política formalmente estabelecida em termos de gestão de riscos relacionados ao pessoal.

Ressalte-se, por seu turno, a existência da Resolução CNJ n. 182/2013, que trata da avaliação de risco em relação às contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. Todavia, em função de seu escopo, verifica-se que essa Resolução é específica à área de TIC, não abarcando os demais processos de contratação e outras áreas deste Conselho.

Nesse diapasão, e tendo em vista que a temática da gestão de riscos e controles não é amplamente difundida e aplicada na esfera pública, principalmente na administração direta, conforme entendimento do Acórdão TCU n. 2467/2013, a Secretaria de Controle Interno – SCI deste Conselho, nos autos do Relatório de Auditoria n. 3/2015, recomendou à Diretoria Geral do CNJ que elaborasse um Plano de Ação com o objetivo de implementar a gestão de risco no âmbito deste Conselho.

Diante desse quadro, cumpre, pois, informar que, em janeiro de 2016, foi dado início ao estudo da implantação da referida gestão no CNJ. Ressalte-se que os estudos em comento encontram-se nos autos do Processo SEI n. 09584/2015. Assim, uma vez que os trabalhos ainda se encontram em uma fase inicial, verifica-se a impossibilidade de informar com propriedade e consistência os riscos existentes na gestão de pessoas deste Conselho, especialmente aqueles que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo.

6.1.5 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Índice de absenteísmo

Conforme orientação do Departamento de Gestão Estratégica – DGE, a fórmula utilizada para o cálculo do Índice de Absenteísmo é a seguinte:

Índice de Absenteísmo Anual = (dias de ausência no ano) x 100 / (total de servidores) x (dias no ano).

O índice atingido no ano exercício 2015 foi de 2,82.

Em comparação com o índice anterior, nota-se substancial aumento, em decorrência de alterações na maneira de calcular. O cálculo efetuado até o relatório de gestão referente ao exercício de 2014 somente levava em consideração as faltas injustificadas ocorridas no período.

Entretanto, não há um consenso de que somente este tipo de falta configure o absenteísmo. Assim, após reuniões internas na Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, decidiu-se optar por um índice mais abrangente, levando-se em conta outros tipos de afastamentos, o que resultou no aumento considerável do índice.

Dessa forma, o cálculo atual foi feito com base em todos os afastamentos e ausências que não se deram a serviço ou que não foram compensados pelos servidores deste Conselho.

Assim, individualizando-se os índices, tem-se:

Afastamento para curso de formação = 0,009

Falta ao serviço = 0,013

Licença à gestante = 1,452
Licença para tratamento de saúde = 1,05
Licença para capacitação = 0,035
Licença paternidade = 0,032
Licença por doença da família = 0,068
Ausência p/compensação Justiça Eleitoral = 0,042
Ausência p/ Juri e serviços obrigatórios = 0,016
Ausência para casamento = 0,068
Ausência para doação de sangue = 0,006
Ausência por falecimento = 0,023
Justiça eleitoral – assinatura do termo de ciência = 0,001

Com base nestes dados, observamos que os afastamentos/ausências que mais têm causado impacto nesse índice são as licenças à gestante e a licença para tratamento de saúde.

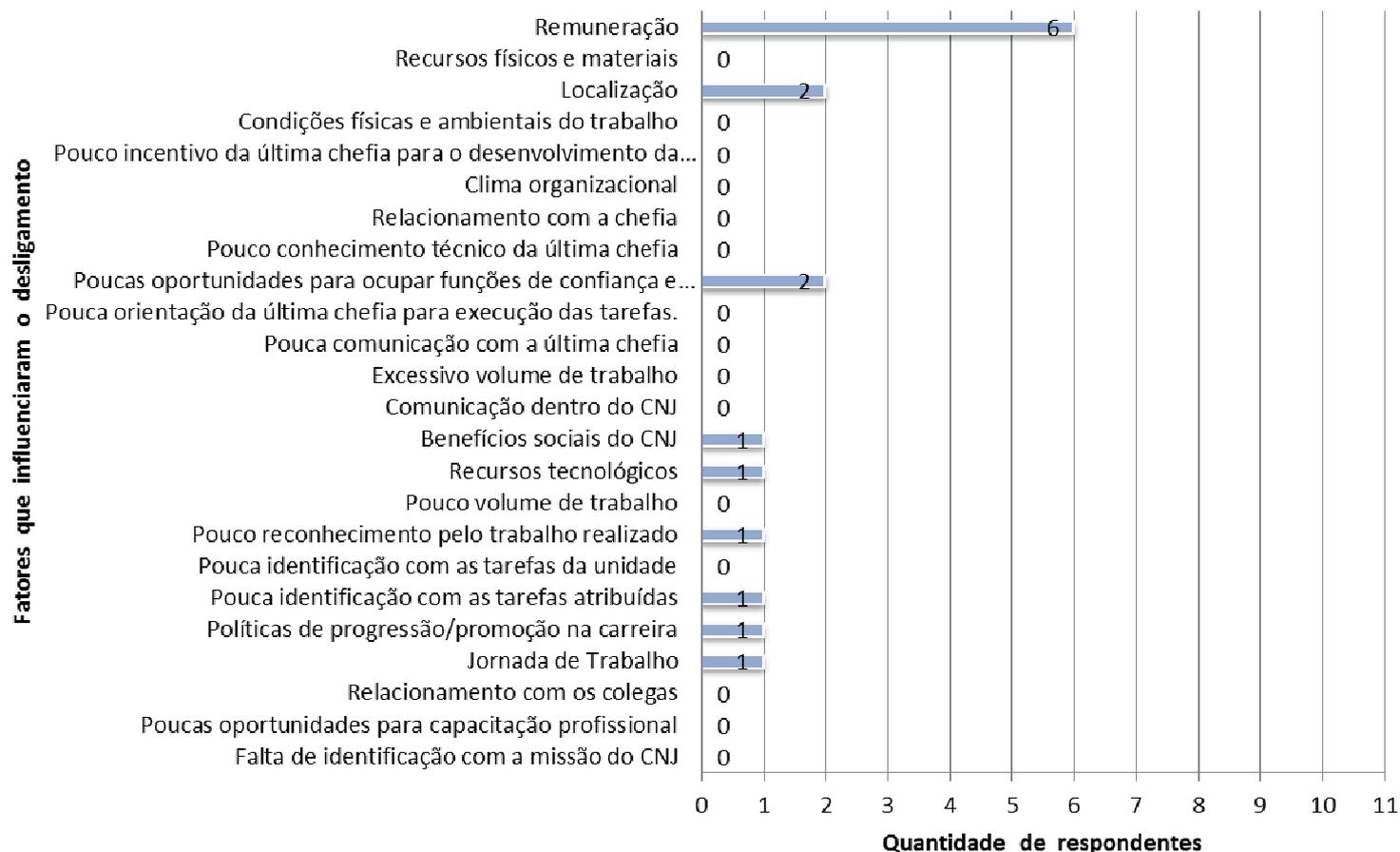
Índice de rotatividade

A taxa de rotatividade de pessoal (**nº de desligamentos/média de servidores no período considerado * 100**) em 2015 ficou em 4,57%, o que comprova uma diminuição em relação aos anos anteriores (2014 com 15,06% e 2013 com 4,83%).

A partir de 2015, o CNJ adotou a aplicação de entrevista de desligamento como mecanismo de governança para avaliar qualitativamente os desligamentos, de modo a gerir os riscos e reduzir o impacto negativo desses sobre as metas organizacionais. É uma oportunidade para realocar as competências humanas, oferecer treinamentos diferenciados, melhorar a comunicação interna, entre outros.

A participação é voluntária e, dos 12 egressos em 2015, 11 responderam à entrevista. Destes, 10 ocupavam o cargo de analista judiciário. Todos os respondentes tinham menos de 1 ano e 6 meses de permanência no órgão e foram ocupar outro cargo público. Os fatores indicados por eles como causa de desligamento foram:

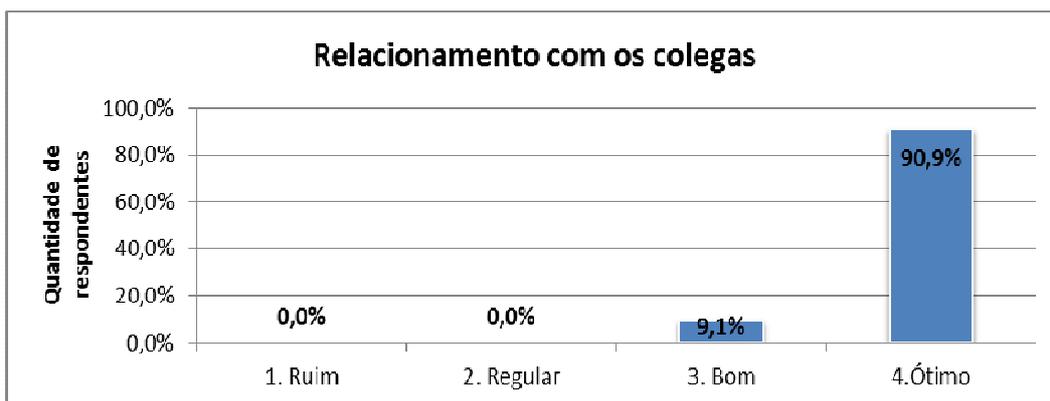
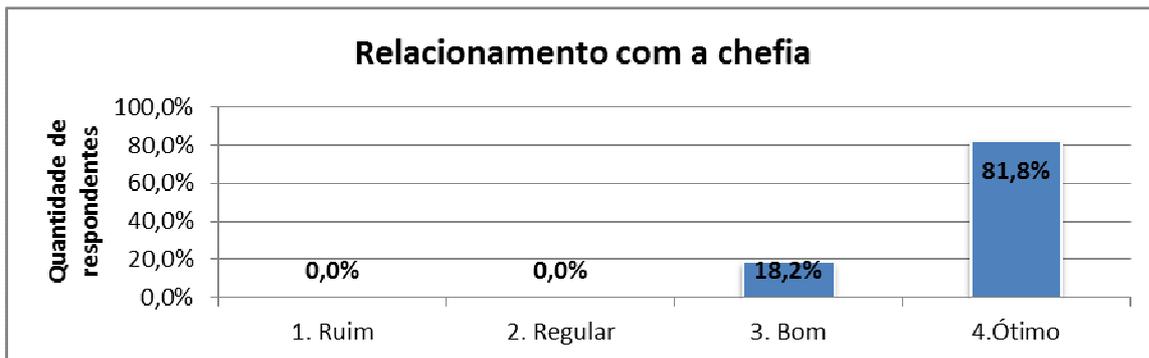
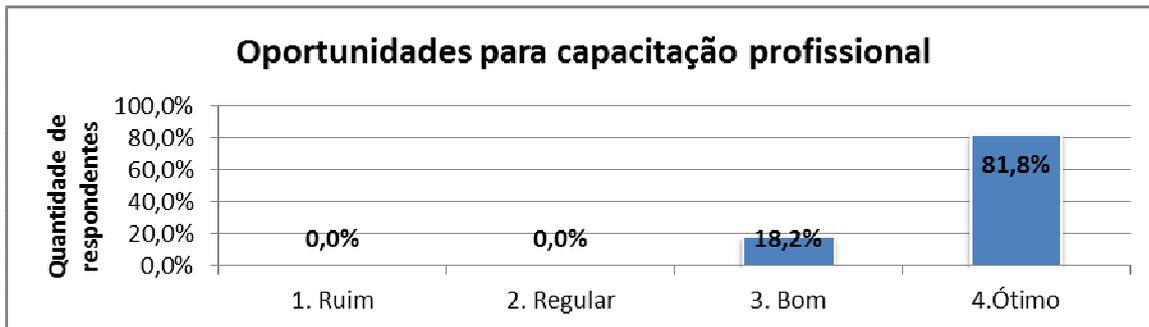
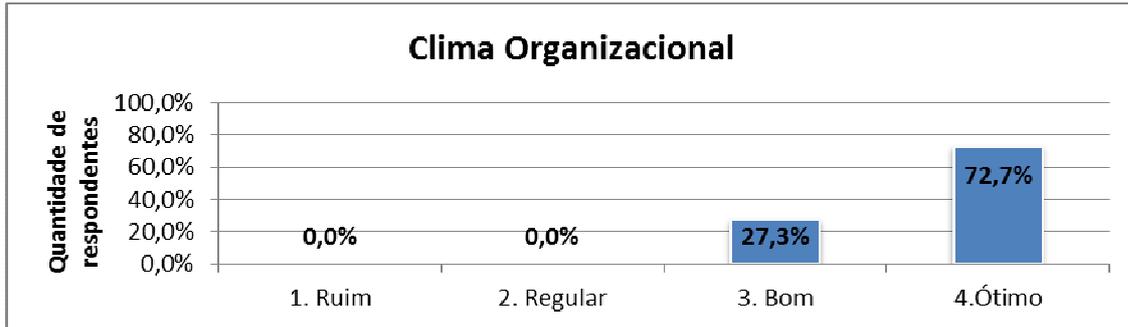
Fatores que influenciaram o desligamento (dezembro/2015)

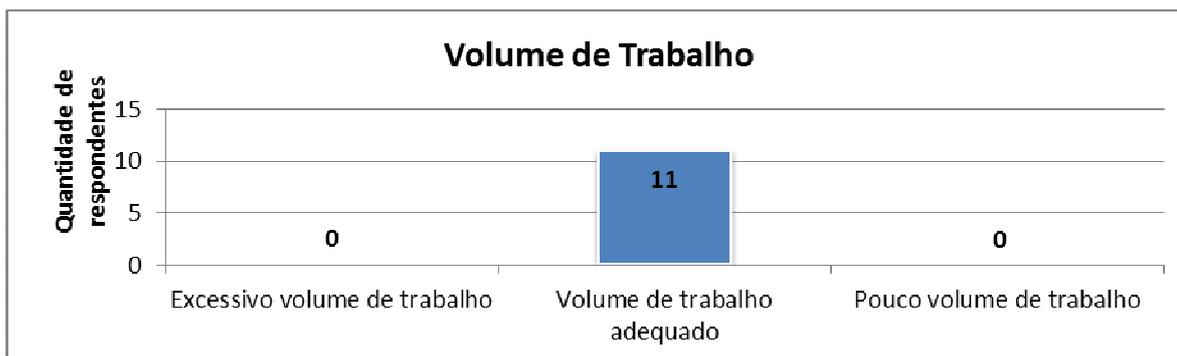
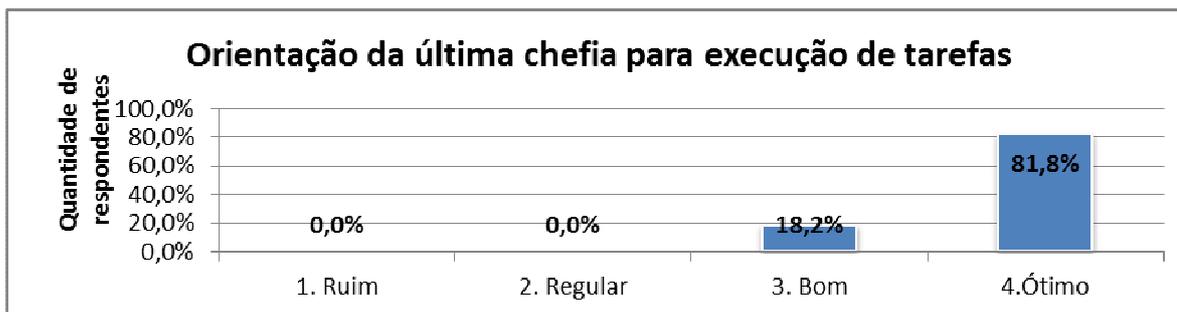
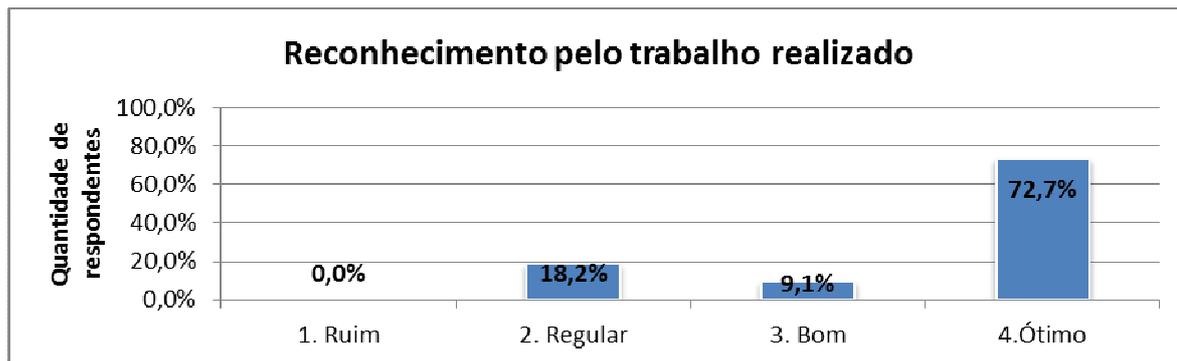


A principal causa de desligamento (remuneração) pode ser corroborada pelos órgãos de destino, em que a maioria das carreiras tem remuneração mais elevada que o CNJ.

Faz-se mister ressaltar que 2 respondentes deixaram o CNJ para ocupar o mesmo cargo em outro órgão, evidenciando outros aspectos que podem influenciar a opção dos servidores, tais como as políticas internas do órgão e/ou estrutura física/tecnológica.

Em todo caso, ficaram evidenciados alguns aspectos positivos, conforme gráficos a seguir:





O relatório das entrevistas será divulgado aos gestores, de maneira que o plano de ação para os aspectos não bem avaliados será elaborado em conjunto.

Por fim, resta apontar uma observação em relação à realização de pesquisa de clima organizacional no CNJ: o instrumento de pesquisa foi finalizado e apresentado à Administração com proposta de aplicação em julho de 2015. No entanto, a Administração solicitou a reapresentação do projeto em momento posterior. Em novembro, o pedido foi refeito e aguarda nova posição da Administração.

Índice de prevenção de saúde

Para o cálculo do índice de prevenção de saúde foi utilizada a seguinte fórmula: **Índice de prevenção de saúde é igual ao número de pessoas que realizaram o exame médico periódico preventivo em 2015 sobre o número total de pessoas convidadas para a consulta do referido exame no mesmo período.** Assim, tem-se os seguintes dados:

- total de pessoas convidadas para o exame: 217
- número de pessoas que realizaram o exame médico periódico preventivo em 2015: 29
- resultado obtido: 13,4%

Ressalte-se que o exame é realizado pelos médicos que compõe o quadro de pessoal do Supremo Tribunal Federal, de maneira que a medição e controle dos dados são realizados pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde – SIS daquele Tribunal.

Verifica-se que o indicador do índice de prevenção de saúde apresenta resultado inferior ao alcançado em 2014. Contribuem para o resultado inexpressivo os seguintes fatores:

- i) o Conselho Nacional de Justiça não possui estrutura ambulatorial, tampouco servidor com especialidade médica;
- ii) o exame periódico de prevenção à saúde é realizado pelo serviço médico do Supremo Tribunal Federal, fato que envolve deslocamento dos servidores deste Conselho até a sede da Suprema Corte;
- iii) alguns servidores realizam o exame preventivo de saúde por meio de plano privado de saúde, sem passar pelo serviço médico do STF;
- iv) o Decreto nº 6.856 (art. 10), de 25 de maio de 2009, que regulamenta os exames periódicos previstos na Lei nº 8.112/90, prevê que as despesas decorrentes dos referidos exames serão custeadas pela União. Entretanto, para este Conselho, não há previsão de dotação orçamentária da referida rubrica.

Pelos motivos expostos, no formato atual, o exame terá que ser custeado pelo servidor, o que é um complicador extra para o resultado mais efetivo do índice em comento.

Ressalte-se, ainda, de acordo com o Decreto supracitado (art. 12), ser possível a recusa de realização do exame preventivo de prevenção de saúde por parte do servidor, sendo este um outro ponto que corrobora o resultado obtido em 2015.

Diante dessas limitações, este Conselho está trabalhando na revisão das metas relacionadas a esse índice, tendo em vista o planejamento estratégico para o período de 2016-2020.

Índice de ausência por motivo de saúde

Para o cálculo do índice de ausência por motivo de saúde, considerou-se a seguinte fórmula: **número de dias de ausência por motivo de saúde (calculado pelo sistema SGRH), dividido pelo número total de servidores deste Conselho, multiplicado pelo número de dias do ano (2015). Então, multiplica-se o resultado por 100 (cem).** Assim, tem-se os seguintes dados:

- nº de dias de ausência por motivo de saúde: 1492 dias
- total de servidores (31/12/2015): 379
- nº de dias do ano: 365
- resultado: 1,08

Ressalta-se que, para fins de cálculos, foram considerados como servidores deste Conselho os juízes auxiliares, conselheiros, servidores efetivos, servidores sem vínculo, servidores requisitados e servidores em exercício provisório, cadastrados no sistema SGRH em 31 de dezembro de 2015.

Importante informar que o índice considera somente as ausências para tratamento da própria saúde do servidor. No entanto, no ano de 2015, 19 (dezenove) servidores se afastaram por motivo de doença em pessoa da família, totalizando 95 dias; 17 (dezesete) servidoras se afastaram para usufruir licença à gestante, totalizando 2.510 dias e, por fim, 9 (nove) servidores afastaram-se para licença paternidade, totalizando 45 dias.

O resultado atingido no Relatório de Gestão referente à 2015 foi 1,08%. A meta até o ano anterior era “reduzir para 1% o índice de ausência por motivo de saúde”. Em 2014 o resultado foi 1,05%, ou seja, houve uma pequena queda no desempenho.

Caso a meta seja mantida, para que os resultados estejam dentro do esperado e em consonância com o Planejamento Estratégico do CNJ para o período de 2015-2020, sugere-se a

criação de uma unidade voltada para a qualidade de vida do servidor. A unidade seria responsável pelas ações, projetos e programas de qualidade de vida no trabalho (QVT). Como benefícios do investimento no bem-estar físico e psicológico do servidor, destacam-se:

- favorecimento da satisfação e motivação com o órgão;
- aumento da produtividade;
- diminuição da rotatividade; e
- diminuição do índice de absenteísmo, a partir da verificação de menor incidência de afastamentos por motivo de saúde.

6.1.6 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratação de Pessoal de Apoio

A força de trabalho do CNJ é também formada pela contratação de pessoal de apoio, que presta serviços que não se relacionam com a atividade-fim do órgão e que não estão abrangidos pelo plano de cargos do CNJ, tais como os serviços de limpeza, copeiragem, recepção, secretariado, motoristas, vigilância, brigadistas, dentre outros serviços de apoio constantes do Quadro 34.

Vale ressaltar que a Diretoria-Geral do CNJ, na instrução dos procedimentos licitatórios que visam à contratação de postos de trabalho terceirizados, e atendendo à recomendação da Secretaria de Controle Interno, encaminha os processos à Secretaria de Gestão de Pessoas, para que analise eventual conflito entre as atribuições dos cargos efetivos e dos postos de trabalhos.

Ainda, desde a implantação do processo administrativo eletrônico (primeiro o SigaDoc e mais recentemente o SEI), a Administração do CNJ tem realizado constante avaliação do quantitativo de terceirizados que prestam serviços de apoio administrativo, uma vez que o processo eletrônico reduziu consideravelmente atividades de apoio que antes se faziam necessárias, como o recebimento e expedição do processo físico; juntada de documentos; dentre outras atividades conexas.

Quadro 34. Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos

Conselho Nacional de Justiça						
Nome: Conselho Nacional de Justiça						
UG/Gestão: 040003/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de manutenção em sistemas elétricos	BM Construtora, Comércio & Serviços Ltda – EPP 04.932.314/0001-83	5/11/2014	04/05/2015	Nível fundamental	P
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem	Fortaleza Serviços Empresariais Ltda – EPP 38.054.508/0001-45	30/12/2015	29/12/2016	Nível fundamental	A
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de telecomunicações	Hpex Apoio Administrativo Eireli – ME 38.053.377/0001-81	13/04/2015	12/04/2016	Nível médio	A
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de recepção	Fortaleza Serviços Empresariais Ltda – EPP 38.054.508/0001-45	1/12/2014	30/11/2016	Nível médio	P
2015	Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de bens móveis e imóveis	WR Comercial de Alimentos e Serviços Ltda – ME 06.091.637/0001-17	1/06/2015	31/05/2016	Nível fundamental	A
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de secretariado	Empresa Gestão de Pessoas e Serviços Ltda 03.873.484/0001-71	1/08/2013	31/07/2016	Nível médio	P

2014	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de vigilância armada e desarmada	Visan Segurança Privada Ltda – EPP 09.267.406/0001-00	14/03/2014	13/03/2017	Nível médio	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de condução de veículos oficiais	Brasfort – Administração e Serviços Ltda 36.770.857/0001-38	04/03/2014	03/03/2017	Nível médio	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de segurança contra incêndio, pânico, abandono da edificação, atendimento a primeiros socorros e desenvolvimento de política preventivista de segurança contra incêndio nas dependências do CONTRATANTE	City Service Segurança Ltda 37.077.716/0001-05	13/09/2014	12/09/2016	Nível médio	P
2011	Prestação de serviços na área de Assessoria de Comunicação Social nas categorias de editor, repórter, redator publicitário, repórter-fotográfico, diagramador, programador visual e revisor de textos	Informe Comunicação Integrada SS LTDA 26.428.219/0001-80	28/12/2011	27/12/2016	Nível superior/Nível médio	P
2014	Prestação de serviços e apoio administrativo nas áreas de operação e manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de áudio e vídeo	Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transportes LTDA 00.588.541/0001-82	05/05/2014	04/05/2017	Nível médio	P

2013	Contratação de serviços de apoio administrativo na área de estocagem e de carregamento de bens e materiais	Premiere Consultoria e Terceirização de Serviços Ltda – ME 01.588.672/0001-22	13/01/2014	12/01/2017	Nível fundamental/Nível médio	P
2010	Prestação de serviços de suporte em tecnologia da informação referente à administração de sistemas operacionais, banco de dados e demais ferramentas de TI, à infraestrutura de redes, à telefonia, à segurança e à administração de usuários, seus perfis de acesso, credenciais e demais aplicações relacionadas	Tecnisys Informática e Assessoria Empresaria Ltda 26.990.812/0001-15	10/08/2010	09/08/2015	Nível superior/Nível médio	E
2011	Prestação de serviços especializados em tecnologia da informação para manutenção preventiva e adaptativa e suporte técnico aos softwares desenvolvidos e em uso pelo Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos do Poder Judiciário	Tecnisys Informática e Assessoria Empresaria Ltda 26.990.812/0001-15	26/01/2012	25/01/2017	Nível superior	P
2014	Prestação de serviços técnicos em Tecnologia da Informação para execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TIC do CNJ	Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços LTDA 00.308.141/0001-76	16/10/2014	15/10/2016	Nível superior/Nível médio	P
2014	Prestação de serviços de manutenção em ativos de hardware	Support Teleinformática Ltda - ME 03.582.556/0001-21	14/10/2014	13/10/2016	Nível superior/Nível médio	P

2015	Prestação de serviço técnico especializado para a sustentação do ambiente de tecnologia da informação e comunicação	Algar Tecnologia e Consultoria S.A 21.246.699/0031-60	18/12/2015	17/08/2017	Nível superior/Nível médio	A

Contratação de Estagiários

Segundo a Instrução Normativa CNJ n. 9, de 28 de outubro de 2008, que regulamenta o estágio estudantil no âmbito do CNJ, o estágio tem por finalidade propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem para a cidadania e para o trabalho, mediante treinamento prático ou aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

O CNJ possui 89 (oitenta e nove) vagas de estágio que são disponibilizadas para as suas unidades. Esse quantitativo foi definido calculando-se 30% do número de servidores efetivos em 2015, nos termos da Instrução Normativa citada. Atualmente há 25 (vinte e cinco) vagas de estágio preenchidas.

O processo seletivo de estagiários é feito em parceria com a empresa Web Estágios (licitada por Pregão), responsável pelo recrutamento dos alunos, a partir de uma prévia seleção de currículos de acordo com o perfil indicado pela área interessada. Além disso, a Seção de Educação Corporativa - SEDUC, juntamente com a Seção de Seleção e Gestão de Desempenho - SEGED, tem dado suporte na seleção do perfil adequado às unidades demandantes no processo seletivo de estágio.

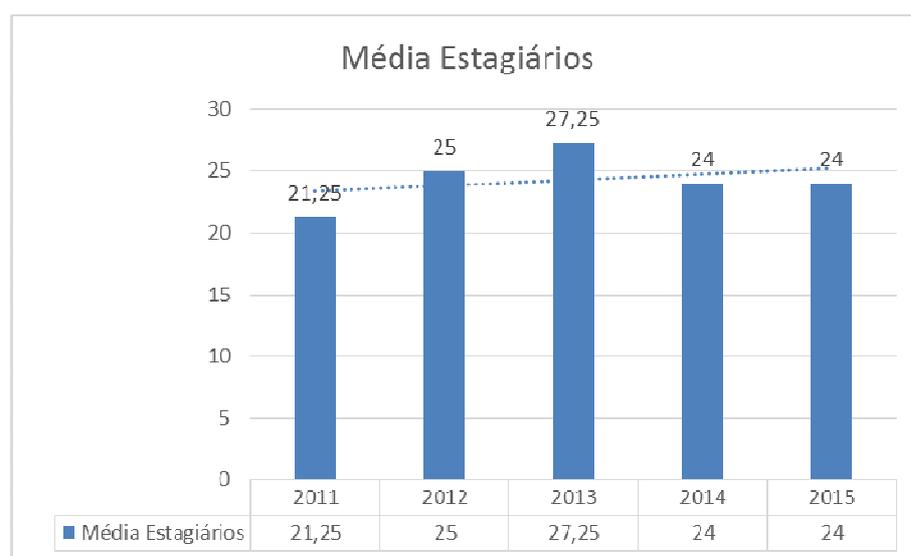
No quadro abaixo constam as informações referentes à força de trabalho em 2015 – estagiários:

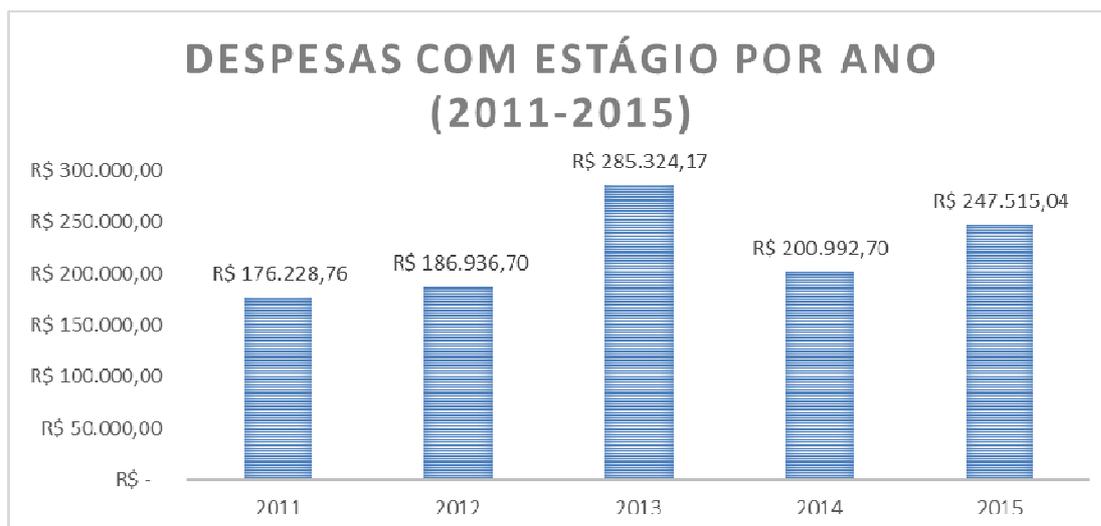
Quadro 35. Quantitativo de estagiários no CNJ.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício*
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Superior	21	26	25	24	R\$ 247.515,04
Área Fim	10	14	13	14	R\$ 132.790,25
Área Meio	11	12	12	10	R\$ 114.724,79

* o quantitativo apresentado para cada trimestre levou em consideração o número de estagiários ao final de cada trimestre. Os valores foram calculados somando-se o total de cada trimestre e dividindo-se proporcionalmente entre o quantitativo de estagiários entre as áreas fim e áreas meio.

Os Gráficos abaixo demonstram a evolução das quantidades e das despesas com estagiários nos anos de 2011 a 2015:





6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

6.2.1 Gestão da Frota de veículos

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos do CNJ é a Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009, que dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências, e a Instrução Normativa nº 29, de 20 de novembro de 2014, que regulamenta o disposto na Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009, que dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos.

Os veículos oficiais são utilizados para condução de Conselheiros, Magistrados, servidores e transportes administrativos. Desta forma, a importância da frota é evidenciada, impactando diretamente na execução da atividade-fim, bem como para a consecução dos objetivos estratégicos deste Conselho.

Neste contexto, os traslados realizados diariamente, viabilizam a pontualidade dos Excelentíssimos Conselheiros e Juízes em seus compromissos jurisdicionais, a capacitação de servidores em treinamentos realizados pelo Tribunal em diversas unidades, a condução de servidores para implementação de soluções para os problemas apresentados pelas unidades judiciárias e o suprimento das necessidades administrativas, através do transporte de materiais e documentos.

Composição da frota, média anual de quilômetros rodados e idade média da frota

A frota do CNJ é composta por 35 veículos, sendo 21 (vinte e um) veículos institucionais e 14 (quatorze) veículos de serviço. A média de quilômetros rodados dos veículos institucionais é de 38.691,51 km, e dos veículos de serviço é de 11.450,64 km. A idade média da frota é de 4,2 anos (veículos institucionais) e 4,4 anos (veículos de serviço).

Despesas associadas à manutenção da frota

Com relação à despesa associada à manutenção da frota, apurou-se o valor total de R\$ 265.253,44, distribuídos da seguinte forma:

- Abastecimento: R\$ 166.915,58;
- Lavagem: R\$ 7.510,64;
- Manutenção preventiva/corretiva: R\$ 85.124,42;
- Seguro obrigatório (DPVAT): R\$ 5.702,80

Plano de Substituição da frota

O Plano de Substituição de Frota, obedece ao art. 8º da Resolução n. 83 do CNJ, uma vez que o órgão estuda os custos e a viabilidade da locação de veículos. Todavia a renovação parcial ou total da frota será efetivada periodicamente levando em conta as necessidades do serviço, bem como a antieconomicidade decorrente das hipóteses previstas no art. 7º da Instrução Normativa nº 29, de 20 de novembro de 2014.

Razão de escolha da aquisição em detrimento de locação

A razão de escolha da aquisição em detrimento da locação deve-se ao fato de que os contratos de serviços continuados podem ter vigência de até 60 meses, conforme o disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, e que a frota do Conselho pode ser renovada com periodicidade de 5 anos, conforme Instrução Normativa nº 29, de 20 de novembro de 2014, estendendo a utilização da frota por muitos anos, dependendo das condições dos veículos.

Ademais, a locação possui uma desvantagem em relação a aquisição, pois, se houver a necessidade interrupção do contrato, os serviços serão totalmente paralisados, prejudicando a atuação institucional do órgão.

Ainda, a Administração Pública deve priorizar a segurança das suas autoridades e, no caso de alguns modelos de locação, há muita rotatividade de veículos e motoristas.

A aquisição de veículos tem se mostrado mais vantajosa, já que outros órgãos que adotaram o modelo de gestão de frota do tipo locação, estão arcando com o custo médio do próprio veículo locado a cada 12 meses de locação. Ou seja, a cada 12 meses o órgão paga um veículo.

Vale destacar que, em decorrência de recomendação da Secretaria de Controle Interno, no sentido de ser elaborado novo estudo para comparar a opção de compra e a de locação, a Administração autuou em 2015 o Processo SEI 03865/2015, em que foi acolhida a proposta do Núcleo de Suporte Logístico e de Segurança de se contratar consultoria externa, haja vista a complexidade para apuração dos custos envolvidos. O Termo de Referência para a contratação da consultoria externa já foi apresentado e tramita no processo acima mencionado.

Ainda, restou consignado que, a depender do resultado da consultoria, a Administração adotaria um modelo híbrido, a fim de conferir maior segurança para a Administração.

No ano de 2016, um grupo de servidores de diversas áreas do CNJ (Transportes, Editais, Assessoria Jurídica e Contratos) irá se dedicar ao estudo de modelos de gestão da frota de veículos, utilizando-se como referência práticas de outros órgãos públicos, como o recente modelo de contratação adotado pela Advocacia Geral da União.

Estrutura de Controle para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Por meio da instituição de ferramentas de controle e procedimentos, torna-se possível a prestação eficiente e econômica dos serviços de transportes por meio das seguintes medidas:

- Racionalização do uso de transporte, realizando o aproveitamento de atendimentos com mais de um usuário para a execução de múltiplas tarefas;
- Utilização de software, proporcionando a realização de agendamentos eletrônicos de transportes com 24 horas de antecedência, facilitando a otimização e alocação de motoristas / viaturas / viagens realizadas;
- Controle de custos de manutenção, combustíveis e lavagens.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis

A unidade responsável pela frota do CNJ, ao classificar um veículo como inservível, sugere imediatamente à Administração a realização do processo de doação, salvo haja algum impedimento.

Os órgãos que tentaram realizar a aquisição de veículos utilizando a frota antiga em dação em pagamento não conseguiram valores justos de mercado ou tiveram a licitação deserta.

Assim, entende-se que a doação de veículos inservíveis ou obsoletos para outros órgãos com orçamento limitado, preferencialmente do Poder Judiciário, é de grande aplicabilidade, prolongando a utilização dos veículos.

6.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A atual sede do Conselho Nacional de Justiça localiza-se no edifício situado na SEPN Quadra 514, lote 07, Bloco B, Asa Norte, entregue pela Secretaria do Patrimônio da União/MPOG, por meio do Termo de Entrega datado de 14 de junho de 2012, processo nº 04991.001263/2012-13, registrado no Livro nº 7, de Registro de Atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento e outros, concernentes a imóveis do patrimônio da União, da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, fls. 162 e 163, estando registrado no SPIUnet, sob o nº 9701 22317.500-7.

Trata-se de imóvel com necessidade de intervenções severas que contemplam a substituição integral das instalações elétricas, lógicas e de refrigeração, a recuperação e impermeabilização da cobertura (substituição do telhado atual), a substituição dos elevadores, a troca de piso e forro, divisórias, persianas, revestimentos e instalações hidrossanitárias, as correções de acessibilidade e de detecção e combate a incêndio.

Para mediar essa situação, desde 2012 o CNJ vem executando intervenções pontuais devido à necessidade de se manter o prédio ocupado e em funcionamento.

Em 2015, conforme consta dos autos do Processo SEI nº 02173/2015, o CNJ firmou o Contrato nº 22/2015 com a empresa RCS Tecnologia Ltda., para a realização de diversos reparos em seu edifício sede, no valor de R\$ 3.485.737,55 (três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Porém, o Edifício-Sede não possui área útil suficiente, de forma que foram empreendidos esforços na busca de alternativas para abrigar todas as unidades do Conselho.

Em fevereiro de 2014, o CNJ firmou com a EBC - Empresa Brasil de Comunicação, o Termo de Cessão de Uso Gratuito e Temporário n. 03/2014, com vigência inicial de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada a depender da vontade das partes. Por meio do referido termo foi disponibilizado o imóvel localizado no SCRN 702/703, Bloco B, Loja 16/18, Edifício Rádiorbras, Asa Norte, Brasília, registrado no SPIUnet nº 9701 22317.500-7, sob as condições de o CNJ realizar as adaptações necessárias às instalações das unidades e assumir as despesas de manutenção do imóvel.

Ocorre que se trata de cessão temporária, que não resolve de forma definitiva a questão de acomodação das unidades deste Conselho.

Além dos dois edifícios citados, o CNJ também se utiliza de espaços cedidos por outros órgãos para abrigar suas unidades, cujas despesas com manutenção e conservação estão sob responsabilidade dos respectivos órgãos cedentes. Assim, tem-se o CNJ instalado em cinco endereços diferentes: no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), na 702 Norte (Edifício EBC), no SAAN (TST) e na 514 Norte (Edifício-Sede).

No final de 2015, o CNJ instituiu comissão para realização de estudos preliminares para a melhoria da estrutura física do Conselho Nacional de Justiça, através da Portaria DG nº 395 de 6/11/2015, em atendimento a demanda emanada pela Associação de Servidores do Conselho Nacional de Justiça – ASCONJ.

Os trabalhos dessa Comissão e as providências subsequentes adotadas pela Administração encontram-se nos autos do processo SEI nº 07500/2015 e culminaram com a proposta de se estruturar o CNJ em dois imóveis: o atual Edifício-Sede (514N – Lote 7 – Blocos A e B) e um

segundo imóvel a ser locado, localizado na mesma quadra do Edifício-Sede (514N – Lote 9 – Bloco D).

Espera-se que a agregação das unidades em apenas dois edifícios próximos contribua para a construção de um clima organizacional positivo e atenda ao Objetivo Estratégico de “Garantir a infraestrutura apropriada às suas atividades”.

O Quadro abaixo detalha os imóveis que estão sob a responsabilidade do CNJ, e as respectivas despesas com reformas e manutenção ocorridas no exercício de 2015.

Quadro 36. Discriminação dos imóveis sob responsabilidade do CNJ em 2015.

Valores em R\$ 1,00

UG	RIP	Valor da última avaliação	Despesa com reformas em 2015	Despesa com manutenção em 2015
040003	9701.22317.500-7	13.553.670,20	17.448,10	1.185.640,16
040003	9701.23802.500-1	5.250.023,69	55.494,60	143.378,97
Total			72.942,70	1.329.019,13

Fonte: Seção de Engenharia e Manutenção Predial e Seção de Material e Patrimônio

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

No Anexo II estão listados os principais sistemas de informação do CNJ.

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

No exercício de 2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015/2020, na forma da Resolução CNJ nº 198/2014, de 16 de junho de 2014. Esta foi elaborada considerando os Macrodesafios do Poder Judiciário e teve como objetivo estabelecer metas e diretrizes estratégicas para os Órgãos do Poder Judiciário.

Em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução CNJ nº 198/2014, em harmonia com os Macrodesafios do Poder Judiciário, em especial o que estabelece a “Melhoria da infraestrutura e governança de TIC”, no exercício de 2015, o Conselho Nacional de Justiça priorizou a elaboração da Estratégia Nacional de TIC para os órgãos do Poder Judiciário, tendo sido publicada em 15 de dezembro de 2015 na forma da Resolução CNJ nº 211/2015. Nesta, foram definidos objetivos, metas e indicadores, bem como foi estabelecida a necessidade de elaboração de planos estratégico e diretor de TI individualizados para cada órgão.

Nesse sentido, após divulgação do Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça, instituído em 15 de dezembro de 2015 por meio da Portaria CNJ nº 167/2015, e entendendo haver necessidade de o CNJ dispor de PETIC específico, voltado a questões internas, separando suas funções como órgão indutor de políticas de TI de todo o Poder Judiciário daquelas referentes à sua atuação como unidade autônoma, detentora de estrutura de TIC própria, foi priorizado o processo de elaboração do PETIC e do PDTIC do CNJ no final do ano de 2015. Ambos documentos se destinam

ao exercício de 2016-2020, estando a conclusão do processo de elaboração prevista para março de 2016.

No início do exercício de 2016, o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) concluiu a elaboração da proposta do PETIC CNJ 2016-2020. Esta foi encaminhada ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) que deliberará sobre sua aprovação.

a) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

O Comitê de Gestão de TIC do CNJ (CGETIC) foi criado por meio da Portaria CNJ nº 35, de 12 de julho de 2013, sendo composto por 5 (cinco) membros, que são: o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Coordenador da Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura, o Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Sistemas, o Chefe da Divisão de Gestão do PJE e o Chefe da Seção de Gestão Estratégica de TIC.

As principais atribuições do Comitê, além de assessorar o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGTIC), são, conforme exposto no art. 3º da Resolução CNJ n. 35/2013:

- I. submeter, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais, Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) ao CGTI, bem como suas respectivas revisões;
- II. coordenar metas e ações sob a guarda da Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) que contribuam para o aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação e comunicação;
- III. propor e implementar ações que visem a melhoria da gestão dos serviços e dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, de acordo com padrões nacionais e internacionais, bem como como zelar pela efetiva aplicabilidade do orçamento destinado às ações estabelecidas;
- IV. propor métricas, responsabilidades e mecanismos de gestão de tecnologia da informação e comunicação que otimizem os recursos e maximizem o desempenho e a qualidade dos serviços de tecnologia da informação e comunicação;
- V. estruturar, promover e aperfeiçoar processos de gestão de tecnologia da informação e comunicação, inclusive no que se refere às contratações de TIC, bem como sugerir a aplicação de melhores práticas e de instrumentos contínuos de gestão;
- VI. apresentar propostas de diretrizes e políticas para a gestão, uso e projetos de tecnologia da informação e comunicação;
- VII. manifestar-se sobre ações de gestão de tecnologia da informação e comunicação;
- VIII. desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

No que diz respeito às reuniões do Comitê de Gestão de TIC, informamos preliminarmente que, exceto nos meses de janeiro e julho, devido ao recesso forense, as reuniões foram programadas para ocorrer semanalmente. No exercício de 2015 o comitê se reuniu 29 (vinte e nove) vezes, tomando, dentre outras, as seguintes decisões:

1. Planejar a revisão das Resoluções CNJ 90 e 99/2009;
2. Deliberar sobre os treinamentos dos servidores de TIC;
3. Deliberar sobre a revisão dos planos de ação de implantação de processo de software, gestão de riscos, classificação da informação e inventário de ativos;
4. Deliberar sobre o plano de contratações de TIC;
5. Deliberar sobre a migração de bases de dados críticas para equipamentos mais performáticos;
6. Aprovadas propostas de:
 - a. Aquisição de equipamentos switch server farm;
 - b. Aquisição de equipamento CAS;
 - c. Contratação dos serviços de link de comunicação de dados da internet;
 - d. Contratação do serviço de suporte técnico e atualização de licenças Oracle;
 - e. Contratação de serviço de monitoramento 24/7;
 - f. Contratação de serviço de desenvolvimento e sustentação de software
7. Deliberar sobre atualização do parque computacional do CNJ
8. Elaboração de proposta que cria um ciclo de doação de equipamentos de TIC aos Tribunais estaduais com duração de 4 anos. Esse período estaria alinhado ao período de garantia dos equipamentos adquiridos que normalmente dura 4 anos.
9. Elaboração de proposta de infraestrutura adequada para utilização do PJE nos tribunais estaduais
10. Deliberou que as sustentações de software em nível de manutenção corretiva bem como as evoluções de pequeno vulto ficarão a cargo das unidades da COGS
11. Deliberou que o Sistema Nacional de Gravação Audiovisual de Audiências (software) será disponibilizado para utilização pelos tribunais sem o fornecimento de hardware adicional no primeiro momento
12. Deliberou sobre a reestruturação do quadro de pessoal do DTI

b) Descrição do Plano de Capacitação do pessoal de TI

O Plano de Capacitação dos Servidores de TIC-2015 previa realização de 46 (quarenta e seis) treinamentos, destes 18 (dezoito) foram realizados, conforme Quadro abaixo:

Quadro 37. Treinamentos realizados servidores de TIC do CNJ.

Nome do curso/evento	Nº de Participantes
Administering System Center 2012 Configuration Manager	3
Check Point Security Administration	3
Core Solutions of Microsoft SharePoint Server 2013	8
Formação para Sistemas autônomos	1
HDI SCM - Support Center Manager	3

Oracle Database 12c Administration Workshop	2
Red Hat JBoss Application Administration I	3
Automação de Testes Funcionais com Selenium - Fundamentos	3
BOID10 – Information Design Tool	4
BOID20 – Advanced Information Design Tool	4
FJ-25: Curso Persistência com JPA, Hibernate e EJB lite	8
Oracle Database: Fundamentos de PL/SQL	2
Oracle Database: Introdução à Linguagem SQL	2
PM-87: Curso Práticas ágeis de desenvolvimento de Software em Java	4
Scrum Foundations	8
Scrum Master	8
WD-41: Curso Design de interação, Experiência do Usuário e Usabilidade	8
Cobit 5 Foundation Oficial - Preparatório para Certificação	2

Segue abaixo relação dos cursos inicialmente previstos, mas que não foram realizados, bem como os respectivos motivos para a não realização:

Quadro 38. Treinamentos Não Realizados servidores de TIC do CNJ.

Nome do curso/evento	Justificativa da não realização
Administração Avançada do PostgreSQL	Não fechou turma
Análise de Ambiente e Elaboração de PDTI	
Certified Information Systems Security Professional – CISSP	
Check Point Security Expert R75 -CCSE	
Governança de TI no setor público utilizando o COBIT 5: visão geral, normativos e jurisprudência do TCU	
Governança de TIC no Setor Público	
Indicadores de Desempenho Organizacional	
Introdução à Administração do PostgreSQL	
Mapeamento da Estratégia com o Balanced Scorecard em Organizações Públicas	
Oracle Virtualization Manager - OVM	
Otimizando Processos: Implementando um Alto Desempenho com BPM (Business Process Management)	
Plano de Melhoria de Processos com o COBIT 5 e iGovTI	
Protocolos de Roteamento IP	
Riscos de TI com fundamento nas melhores práticas de governança de TI e na moderna jurisprudência do TCU	

SLA EM TI	
Deploying System Center 2012 Configuration Manager	Não houve cronograma compatível
FJ-91: Curso Arquitetura e Design de Projetos Java	
HDI KCS - Knowledge-Centered Support	
ITIL	
Core Solutions of Microsoft Lync Server 2013	
FJ-26: Curso Web rica com JSF 2, Primefaces 4 e CDI	
Formação em Análise de Pontos de Função - 4.3	
Planejamento e Gestão de contratação de solução de TIC à luz da Resolução CNJ N°182	
Planilha de Custos e Formação de Preços para Contratos de Terceirização - 3ª Edição	
XXXIII Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos	
Red Hat JBoss Application Administration II	Não viabilização de turma que seria ministrada pela EMBRAPA
BOW310 – Web Intelligence	
BOW320 – Advanced Web Intelligence	

c) Descrição do quantitativo total de servidores que compõe a força de trabalho de TI

O DTI conta com uma força de trabalho de 153 (cento e cinquenta e três) profissionais, distribuída conforme a tabela a seguir:

Quadro 39. Força de trabalho de TIC do DTI.

Tipo	Quantidade
Servidores efetivos da carreira de TI do CNJ	47
Servidores efetivos de outras carreiras do CNJ atuando no DTI	3
Servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades atuando no DTI	2
Servidores efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Terceirizados	101
Estagiários	0
Total	153

d) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

No exercício de 2015, o DTI realizou atividades objetivando viabilizar a formalização de seus processos de gerenciamento de serviços de TI, sendo importante destacar as atividades abaixo:

Participação em grupo de trabalho do TI-Controle com objetivo da definição de um modelo de catálogo de serviços baseado em boas práticas ITIL v.3.

Ressalta-se que a Estratégia Nacional de TIC para os órgãos do Poder Judiciário, Resolução CNJ nº 211/2015, prevê que, até o final de 2016, os órgãos deverão criar estruturas considerando macroprocessos definidos na Resolução, sendo um deles específico ao tema de gerenciamento de serviços de TI, conforme exposto no art. 12º-IV:

Art. 12º os órgãos deverão constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC, considerando, no mínimo, os seguintes macroprocessos

(..)

IV – macroprocesso de serviços:

- a) de catálogo;
- b) de requisições;
- c) de incidentes;
- d) de ativos de microinformática;
- e) de central de serviços;

Por fim, cabe informar que o novo contrato de prestação de serviços de suporte à infraestrutura tecnologia do CNJ, com vigência a partir de janeiro de 2016, previu o auxílio para o aprimoramento dos processos de gerenciamento de serviços segundo as práticas aderentes ao modelo ITIL v.3

e) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Em 2015 foram realizados diversos projetos estratégicos pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação. Visando apresentá-los de forma a facilitar sua visualização e entendimento, consta do Anexo III deste Relatório, a descrição das atividades, seu alinhamento com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário, os benefícios esperados com a realização das ações e as ações futuras que o DTI planeja adotar para cada Ação.

Impende ressaltar que algumas ações, apesar de terem sido iniciadas no exercício de 2015, terão sua execução continuada no exercício de 2016.

f) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

O Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça tem adotado, em seus contratos mais recentes, a prática de incluir cláusulas de repasse de conhecimento nos contratos de prestação de serviço com mão de obra terceirizada. A exemplo dos contratos 33/2015, firmado com a empresa Algar Tecnologia e Consultoria S.A., 34/2014, firmado com a empresa Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços LTDA., e 35/2014, firmado com a empresa Support Teleinformática LTDA.-ME.

Outra medida do DTIC para mitigar eventuais dependências tecnológicas de empresas terceirizadas é a manutenção e atualização constante de bases de conhecimento nas atividades de atendimento de 1º e 2º níveis.

g) Gestão de Riscos e Controles Internos

No exercício de 2015, o CNJ deu continuidade na elaboração da Política de Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PSI), com previsão de institucionalização no início de 2016. Dessa forma, serão criadas e formalizadas normas relativas à implementação da PSI de acordo com as melhores práticas.

O DTI também monitora os riscos de seus ativos de TIC, a partir de um software de análise de risco que realiza varredura dos ativos com objetivo de detectar eventuais vulnerabilidades.

Em relação às contratações de TIC, durante a fase de Elaboração dos Estudos Preliminares, o DTI realiza Análise de Riscos de cada contratação, conforme estabelecido na Resolução CNJ 182/2013.

6.3.3 Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Em 2015, expandiu-se o uso do Processo Judicial Eletrônico, tendo-se iniciado a implantação do sistema em 17 (dezesete) tribunais estaduais, onde já tramitam 1.240.000 (mil, duzentos e quarenta) feitos, distribuídos em 1.156 (mil, cento e cinquenta e seis) unidades judiciárias. Em comparação ao ano anterior, tais números representam um aumento de 275% (duzentos e setenta e cinco por cento) em relação ao número de feitos distribuídos, bem como um aumento de 156% (cento e cinquenta e seis por cento) em relação à quantidade de unidades judiciárias implantadas.

Na Justiça Federal, enquanto os Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Região realizaram a implantação do sistema no ano de 2015, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região prosseguiu à ampliação do uso do sistema. Ressalta-se que, nessa esfera, já tramitam 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) processos eletrônicos. Na Justiça do Trabalho, por sua vez, tramitam 5.200.000 (cinco mil e duzentos) processos no sistema PJe, distribuídos em 1.390 (mil, trezentos e noventa) unidades judiciárias. Por fim, informamos que o sistema foi implantado na Justiça Eleitoral em agosto de 2015, no Tribunal Superior Eleitoral.

Impende ressaltar que todas as implantações do PJe no exercício de 2015 contaram com o apoio presencial de técnicos do quadro do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ.

Durante o exercício de 2015, o Conselho Nacional de Justiça trabalhou em parceria com os Tribunais para a formação de equipes técnicas aptas a atuar na sustentação e evolução do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). Essa estratégia visou descentralizar o desenvolvimento do PJe, tornando o processo remoto colaborativo e cada vez mais participativo. Nesse sentido, a ampliação do quadro do CNJ para atuação no sistema Pje não se mostra imperativa para atendimento adequado às demandas atuais.

Contudo, o DTI apresentou proposta de melhoria de sua estrutura orgânica com a criação de cargos e funções, inclusive para a área do PJe. Apesar de ter sido aprovada pelo Plenário do CNJ, a proposta foi sobrestada pela administração anterior, tendo o DTI promovido novos estudos que subsidiaram a revisão do documento. A nova proposta foi encaminhada à Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação e Infraestrutura em março de 2016.

Desenvolvimento do PJe

Em 2015 foram disponibilizadas duas grandes versões do PJe, conforme abaixo:

1.7.1 – Versão lançada em março/2015, cujo mote foi a criação do módulo de procuradorias e defensorias. Tal versão conta com o atendimento de 253 (duzentos e cinquenta e três) demandas abertas pelos Tribunais usuários do sistema. Após o lançamento da versão inicial, foram lançados mais nove releases intermediários, contendo correções de problemas apontados pelos usuários.

1.7.2 – Versão lançada em outubro/2015, cujo mote foi a criação do módulo de 2º Grau. Tal versão conta com o atendimento de 249 (duzentos e quarenta e nove) demandas abertas pelos

Tribunais usuários do sistema. Após o lançamento da versão inicial, foi lançado mais um release intermediário contendo correções de problemas apontados pelos usuários.

Além das versões da família 1.x, está finalizada a arquitetura da versão 2.0 do sistema, a qual conta com diversas melhorias de usabilidade e revisão de interface, além de um novo assinador digital. Internamente, o sistema passou por um processo de atualização tecnológica visando sua adequação aos padrões praticados atualmente em sistemas de grande volume de dados e acessos.

Treinamentos

O Conselho Nacional de Justiça promoveu neste ano a capacitação de todos os segmentos do Poder Judiciário em disciplinas relacionadas à TI no escopo do Processo Judicial Eletrônico, conforme abaixo:

1. Fluxos negociais no PJe;
2. Infraestrutura para implantação do sistema;
3. Capacitação na tecnologia AngularJs;
4. Workshop de acessibilidade e usabilidade. Disponibilização do sistema PJe em nuvem para Tribunais: Criação e disponibilização de ambiente computacional em nuvem privada (cloud computing) para suportar o sistema PJe de Tribunais de Justiça de pequeno porte.

Ações futuras

1. Implantação do PJe no Supremo Tribunal Federal, e continuidade do processo de implantação e expansão do sistema nos demais Tribunais.
2. Entrega da versão 2.0 aos Tribunais e novos releases conforme priorização de demandas por parte dos Tribunais.
3. Continuidade da política de capacitação acerca do PJe no Poder Judiciário.

6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

As ações de gestão ambiental implementadas pelo CNJ, bem como a cartilha contendo o guia de normas socioambientais, encontram-se disponíveis no Portal do CNJ, através do link: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-gestao-socioambiental>.

Em 2015, o CNJ editou a Resolução 201/2015, dispondo sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

Em seu Anexo II, a citada Resolução contempla práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços que nortearão a elaboração dos planos de ação dos PLS-PJ dos conselhos e órgãos do Poder Judiciário.

A comissão gestora que atuará no âmbito do Conselho Nacional de Justiça está em processo de estruturação, conforme consta dos autos do Processo SEI nº 05477/2015.

Ao instituir o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2015-2020, o CNJ reafirmou o seu compromisso com a gestão ambiental e sustentabilidade, contemplando dentre os seus valores a responsabilidade socioambiental, entendida como a “observância aos princípios gerais de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental na atuação do CNJ”.

Também fez consignar dentre os seus objetivos estratégicos o de “fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental”, conforme consta da Portaria nº 167 de 15/12/2015.

Ressalte-se, ainda, que as regras e diretrizes para as contratações no âmbito do CNJ são reguladas pela Instrução Normativa do CNJ n. 44/2012, que estabelece, entre outras, a obrigatoriedade de elaboração de estudos de impacto ambiental decorrente das contratações.

Em atendimento aos princípios do Planejamento Estratégico, o CNJ, por meio da Seção de Engenharia e Manutenção Predial, tratou de dar destinação ambientalmente correta a centenas de lâmpadas fluorescentes usadas que se encontravam estocadas no subsolo do edifício SEPN 514. Para tanto contou com o apoio do Câmara dos Deputados, que através de seu Comitê de Gestão de Sustentabilidade (EcoCâmara) promoveu licitação que resultou na Ata de Registro de Preços nº 151/2015, da qual o CNJ é órgão participante (Processo SEI nº 02413/2015).

No que tange às atividades relacionados ao arquivo físico do CNJ, a Seção de Arquivo está realizando planejamento, com vistas a implementar procedimento de descarte de papéis observando as normas ambientais que regulam o procedimento.

Em relação às atividades de análise dos Termos de Referência e Projetos Básicos, registre-se que a Seção de Elaboração de Editais, ao analisar os referidos documentos, tem recomendado às unidades demandantes a observância da Resolução CNJ n. 201/2015, bem como a elaboração de estudos de impacto ambiental, no caso de contratação de objetos que possam causar algum tipo de dano ao meio ambiente.

Relativamente às atividades da Seção de Serviços Gerais, ressalte-se que a referida unidade está dependendo da conclusão dos trabalhos da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário – PLS-PJ (Processo n. 05477/2015), bem como do Comitê de Apoio Socioambiental (Processo n. 08531/2015) para dar prosseguimento as seguintes contratações: a) serviços de recolhimento diário e da correta destinação dos resíduos sólidos recicláveis por associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis (Processo n. 02972/2015); e b) aquisição de purificadores de água, visando extinguir a necessidade de aquisição de garrafas de água de 20 litros.

Ainda, no que diz respeito a ações empreendidas pela Seção de Almoarifado, com vistas a atender aos critérios de sustentabilidade, resalto a adoção do sistema de logística reversa para descarte de cartuchos de toner/tinta, bem como a exigência, por parte do fabricante/fornecedor, de comprovação de ações ambientalmente sustentáveis no processo de reciclagem e/ou destruição dos produtos. Além da aquisição de papel A4 e envelopes reciclados e de elaboração de estudos acerca do impacto ambiental para aquisição de material de expediente, devidamente registrados nos termos de referência.

Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

7. Conformidade da Gestão e Demandas dos órgãos de controle

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 40. Acompanhamento dos Acórdãos de 2015 encaminhados pelo TCU para o CNJ

Acórdão	Objeto
Aviso Circular 6-GP/TCU 2014 SEI 10262/2015	Assunto: Levantamento de Governança Pública – Relatório Individual de Auto-avaliação. <i>Status:</i> Submetido ao Secretário-Geral para decidir sobre a divulgação do Índice de Governança indicado no relatório elaborado pelo TCU. Solicitou-se à Secretaria de Comunicação Social divulgação interna a exemplo do relatório veiculado na internet, na aba ‘Transparência’, sob o título de ‘Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas’
Acórdão 3116/2014 – TCU – Plenário	Assunto: Trata de relatório sobre uma visão geral das despesas realizadas pela Administração Pública Federal na área de Pessoal. <i>Status:</i> O processo está na Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.
Acórdão 2.377/2015 – TCU SEI 07901/2015	Assunto: Cuida da aplicação do art. 217 da Lei nº 8.112/1990. <i>Status:</i> Expedido Ofício aos tribunais para ciência do referido Acórdão.
Acórdão 2.734/2015 – Plenário TCU – Aviso 882-Seses-TCU-Plenário	Assunto: Informa sobre os sistemas SIASG e COMPRASNET. <i>Status:</i> Arquivado.
Acórdão 6629/2015-TCU-1ª Câmara – Ofício 0700/2015- TCU/SecexAdministração	Assunto: Julga regulares as contas do CNJ referente a 2012. <i>Status:</i> Divulgada a decisão na página do CNJ na internet. Arquivado.
Acórdão 2212/2015 - TCU – Plenário - Ofício 16337/2015-TCU/SEFIP	Assunto: Relatório consolidado sobre avaliação de sistemas de governança e gestão de pessoas em dezessete organizações públicas. <i>Status:</i> O processo está na Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.
Acórdão 2328/2015-TCU Plenário - Ofício 1922/2015-TC U/ScIog, de 23/9/2015 SEI 0615/2015	Assunto: Trata de consolidação da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) - Governança e Gestão das Aquisições Públicas - Ciclo 2014. <i>Status:</i> O assunto está sob responsabilidade da Assessoria Jurídica, conforme Processo SEI nº 07189/2015 para posterior comunicação ao TCU sobre o atendimento do subitem 9.3.1 do Acórdão nº 2328/2015.
Acórdão 1.295/2015 – Plenário TCU – Aviso nº 355-Seses-TCU-Plenário SEI 03509/2015	Assunto: Relatório sistêmico da função Judiciário. Panorama orçamentário e financeiro. <i>Status:</i> O processo está no Departamento de Pesquisas Judiciárias.
Acórdão 3.610/2015 – 1ª Câmara – TCU – Aviso nº 58-Seses-TCU-1ª Câmara SEI 05476/2015	Assunto: Aposentadoria. Negativa de registro em face da inclusão, nos proventos, de parcela alusiva à reposição de perdas inflacionárias. <i>Status:</i> Expedido Ofício aos tribunais para ciência do Acórdão. O processo está na Secretaria-Geral.
Acórdão 2.674/2015 – 2ª Câmara – TCU – Ofício 0750/2015-TCU/SECEX-SE SEI 02510/2015	Assunto: Julgamento das Contas do TRT 20. Determina fixação de jornada de trabalho para médico e odontólogo. <i>Status:</i> O processo está na Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.
Acórdão 1739/2015 – TCU – Plenário – Ofício 0246/2015 - TCU/Sefti SEI 02060/2015	Assunto: Identificação de riscos relevantes em contratação de serviços de TI, sob o modelo de computação em nuvem. <i>Status:</i> Arquivado após ciência do DTI.
Acórdão 1.176/2015 – Plenário – TCU – Ofício 6.273/2015-TCU/SEFIP	Assunto: Falta de uniformização na aplicação da legislação que trata do cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações. <i>Status:</i> Após ciência da Diretoria-Geral e Secretaria de Gestão de Pessoas o feito

SEI 02192/2015	foi encaminhado à Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, para ciência.
Acórdão 1.103/2015 – Plenário – TCU – Aviso 307-Seses-TCU-Plenário SIGA-DOC CNJ-EXT-2015/01393 SEI 02507/2015	Assunto: Relatório de Auditoria Operacional. Sistema de Governança e Gestão de Pessoas. <i>Status:</i> Após ciência da Secretaria de Gestão de Pessoas, o processo foi encaminhado à Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas.
Acórdão 916/2015 – Plenário – TCU – Ofício 0129/2015-TCU/Sefti SEI 02508/2015	Assunto: Fiscalização de orientação centralizada (FOC). Avaliação do Processo de Trabalho de gestão de contratos de TI. <i>Status:</i> O Acórdão foi encaminhado para ciência das unidades do CNJ.
Acórdão 754/2015 – Plenário – TCU – Aviso 229-Seses-TCU-Plenário SIGA-DOC CNJ-EXT-2015/01042	Assunto: Autuação de processos administrativos com vista à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002. <i>Status:</i> As unidades do CNJ foram cientificadas do Acórdão. Em 2015, a Diretoria-Geral autuou 7 (sete) processos para esta finalidade.
Acórdão 3.445/2014 – Plenário – TCU – Ofício 16.404/2014-TCU/SEFIP SIGA-DOC CNJ-EXT-2015/00073	Assunto: Decisão direcionada ao STF, STJ, TSE, TST, STM, TCU, TJDFT e TRFs. <i>Status:</i> Arquivado.

7.2 Tratamento de recomendações da Secretaria de Controle Interno

A Secretaria de Controle Interno realizou auditorias em unidades da Diretoria-Geral e da Secretaria-Geral do CNJ, com os seguintes objetivos, dentre outros:

- avaliação da regularidade dos atos de gestão de contratos e a efetividade dos controles utilizados pelas unidades administrativas e pelos gestores de contrato, com ênfase no cumprimento de formalidades e preceitos legais e no atingimento dos objetivos do contrato
- avaliação da existência e efetividade de controles internos na rotinas e processos de trabalho da unidade, de forma a aquilatar a observância do processo de trabalho aprovado e o cumprimento das normas e legislações aplicáveis.
- avaliar a regularidade das parcelas que compõem a folha de pagamento e possibilitar o acompanhamento de alterações pecuniárias.

Como resultado dessas auditorias, foram expedidas diversas recomendações às Unidades. No quadro abaixo constam resumidas as citadas recomendações, bem como o respectivo tratamento dado pelas áreas auditadas:

Quadro 41. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

AUDITORIA/RELATÓRIO	ITEM	RECOMENDAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	ACHADO	PROVIDÊNCIAS	STATUS
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.1.1.	5.1.1. Definir, com o Diretor-Geral, se for o caso, a área que fará a gestão da política de doações do Conselho Nacional de Justiça, conforme itens 2.1.40 a 2.1.43.	Secretaria-Geral	Achado A1: Desuso e localização inadequada dos equipamentos doados pelo CNJ.	Não houve manifestação sobre essa recomendação.	PENDENTE
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.1.2.	5.1.2. Expedir ofícios aos tribunais de justiça listados no subitem 2.1.38 dando conta de que, apesar da apresentação de planilhas solicitadas pela equipe de auditoria, as informações consignadas nas planilhas sobre os bens doados não foram suficientes para se obter análise conclusiva quanto à utilização dos equipamentos, conforme quantitativo de bens indicado no subitem 2.1.38.	Secretaria-Geral	Achado A1: Desuso e localização inadequada dos equipamentos doados pelo CNJ.	Foram expedidos ofícios aos tribunais. O TJPR, TJRO e TJAL encaminharam informações adicionais que quitaram as pendências com esta auditoria. O TJPI encaminhou informações complementares. No entanto, está pendente o envio de planilha complementar com as correções solicitadas em relação aos Termos nº 10/2012 (scanners) e nº 47/2013 (microcomputadores).	REGULARIZADA
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.2.1.	5.2.1. Avaliar a situação dos tribunais citados nos subitens 2.1.35 a 2.1.38.	DTI	Achado A1: Desuso e localização inadequada dos equipamentos doados pelo CNJ.	O DTI expediu o Despacho nº 0024393 informando que os tribunais foram oficiados e as respostas formais foram incluídas nos Processos CNJ-OCI-2015/00029-A e CNJ-OCI-2015/00030-A, do sistema SIGA-DOC, e	REGULARIZADA

					sintetizadas no quadro constante no documento 0024391.	
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.2.2.	5.2.2. Aprimorar o questionário “Porte dos Tribunais em Tecnologia da Informação e Comunicação”, conforme itens 2.2.27 e 2.2.28.	DTI	Achado A2: Ausência de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da política de doação do CNJ.	Em razão da publicação da Resolução nº 210/2015 e da futura publicação de Instrução Normativa sobre as doações, o DTI informou, por meio de contato telefônico, que a revisão do questionário será feita após a publicação da IN.	PENDENTE
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.2.3.	5.2.3. Considerar, nas próximas aquisições de bens para doação, as dificuldades relatadas no subitem 2.1.44, devendo consignar nos ‘Estudos Preliminares de cada Contratação’ situações que possam contornar tais dificuldades a fim de mitigar o risco de o equipamento não ser entregue no local a ser instalado no menor prazo possível.	DTI	Achado A1: Desuso e localização inadequada dos equipamentos doados pelo CNJ.	O DTI manifestou ciência à recomendação, por meio do Despacho nº 0024393. Além disso, foi publicada a Resolução CNJ nº 210/2015, que estabelece regras gerais para a doação de bens no CNJ. Foi incluída previsão de reunião do CNJ com os órgãos recebedores para se discutirem “os problemas e as dificuldades que impactam na implantação das estratégias de TIC do Judiciário”. Ainda, destaca-se que: “Art. 14. A descrição detalhada dos procedimentos que devem ser observados pelos órgãos beneficiários para	REGULARIZA DA

					recebimento dos bens transferidos constará de Instrução Normativa a ser baixada oportunamente pela Presidência do CNJ.”	
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.3.1.	5.3.1. Definir, com o Secretário-Geral, a área que fará a gestão da política de doações do Conselho Nacional de Justiça, conforme itens 2.1.40 a 2.1.43.	Diretoria-Geral	Achado A1: Desuso e localização inadequada dos equipamentos doados pelo CNJ.	Não houve manifestação sobre essa recomendação.	PENDENTE
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.4.1.	5.4.1. Criar instrumento de acompanhamento da alocação dos bens doados pelo CNJ, conforme Tabelas I e II e itens 2.1.30, 2.1.31, 2.1.34 a 2.1.39.	Área de gestão da política de Doações do CNJ	Achado A1: Desuso e localização inadequada dos equipamentos doados pelo CNJ.	Foi publicada a Resolução CNJ nº 210/2015, que dispõe sobre procedimentos de transferência de bens do CNJ. Foram estabelecidas regras gerais e prevista a criação de Instrução Normativa para detalhar os procedimentos que deverão ser observados nas doações futuras.	Parcialmente atendida
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.4.2.	5.4.2. Avaliar a situação descrita no subitem 2.1.44 para verificar a possibilidade de melhoria do processo de comunicação com os tribunais donatários, a fim de aprimorar a distribuição dos bens doados.	Área de gestão da política de Doações do CNJ	Achado A1: Desuso e localização inadequada dos equipamentos doados pelo CNJ.		Parcialmente atendida
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.4.3.	5.4.3. Elaborar mecanismos de avaliação da política de doações quanto a eficiência, eficácia e efetividade,	Área de gestão da política de Doações do CNJ	Achado A2: Ausência de avaliação da eficiência,		Parcialmente atendida

		conforme itens 2.2.18, 2.2.19, 2.2.20 e 2.2.28.		eficácia e efetividade da política de doação do CNJ.	
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.4.4.	5.4.4. Aprimorar o planejamento da política de doações, em especial quanto aos critérios utilizados para a definição dos bens que serão doados, conforme itens 2.2.20, 2.2.23, 2.2.24 e 2.2.27.	Área de gestão da política de Doações do CNJ	Achado A2: Ausência de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade da política de doação do CNJ.	Parcialmente atendida
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.4.5.	5.4.5. Padronizar o procedimento de doação a fim de uniformizar a atuação do CNJ e dos tribunais donatários, em especial quanto ao valor registrado, numeração patrimonial, prazos para assinatura dos termos de recebimento e metodologia contábil, conforme achados A4 e A5.	Área de gestão da política de Doações do CNJ	Achado A4: Divergências entre os valores dos equipamentos registrados no termo de doação e no patrimônio dos tribunais. Achado A5: Equipamentos sem número de patrimônio.	Parcialmente atendida
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.4.6.	5.4.6. Analisar a minuta de resolução que estabelece os parâmetros para a política de doações do CNJ e avaliar a possibilidade de a referida minuta abordar e	Área de gestão da política de Doações do CNJ	-	Parcialmente atendida

		instrumentalizar a gestão conforme as recomendações e ponderações constantes neste Relatório de Auditoria.			
1/2015 - Política de doações do CNJ	5.4.7.	5.4.7. Considerar, no normativo citado no subitem anterior, o percentual máximo admitido de bens que poderão ser destinados à reserva técnica/estoque dos tribunais donatários, conforme subitem 2.1.37. O normativo deve, ainda, consignar as sanções a que os tribunais donatários estarão sujeitos em caso de descumprimentos dos termos estabelecidos pela política de doações do CNJ, para vincular a atuação administrativa e promover a transparência.	Área de gestão da política de Doações do CNJ	Achado A1: Desuso e localização inadequada dos equipamentos doados pelo CNJ.	Parcialmente atendida
2/2015 - Licitação, dispensa e inexigibilidade	1.1.1.	1.1.1. Analise o Termo de Referência ou Projeto Básico à luz do planejamento da contratação, especificamente quanto à utilização de terminologia técnica adequada para caracterizar o objeto, conforme item 2.3.32.1.	Seção de Elaboração de Editais	Achado A3: Ausência de justificativa no termo de referência para a) contratação de serviço de brigada contra incêndio conjuntamente ao fornecimento de materiais; e b) escolha de aluguel e não	REGULARIZADA

			aquisição de materiais		
--	--	--	---------------------------	--	--

Quanto ao Relatório de Auditoria n. 01/2015 – Política de doações do CNJ, vale mencionar que o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, com auxílio da Secretaria-Geral, realizou, ao longo de 2015, gestão junto aos Tribunais de Justiça visando à regularização das situações apontadas no referido Relatório.

Como resultado dessa gestão, até o presente momento, apenas o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) não apresentou esclarecimentos e ações concretas suficientes para superar a situação encontrada no item 2.1.18 do Relatório de Auditoria SCI nº 1/2015, tendo em vista que confirmou a permanência de 300 microcomputadores doados pelo CNJ, no valor total de R\$ 621.600,00, como reserva técnica para contornar incidentes e falhas nos equipamentos distribuídos aos usuários das comarcas. Apesar das justificativas apresentadas pela área de Tecnologia da Informação do Tribunal, este Departamento concluiu que o quantitativo é excessivo para uma reserva técnica, o que acaba por reforçar o posicionamento da auditoria de desuso de equipamentos novos por parte do Tribunal.

Dessa forma, por cautela, o DTI entendeu que o TJGO não está apto, neste momento, a receber doações de equipamentos até que a situação encontrada na auditoria seja sanada, ou minimizada para condições plenamente aceitáveis pelo CNJ.

7.3 Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 42. Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
Recebimento do Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
2	0	0	2	0	0	0	0	0

Fonte: Seção de Material e Patrimônio/CNJ

Em 2015, foram registrados dois casos de danos ao erário, relativamente aos bens patrimoniais do CNJ, ambos com valores abaixo de R\$ 75.000,00.

Não foram instaurados procedimentos de tomadas de contas especiais em razão do valor do débito atualizado monetariamente ter sido inferior a R\$ 75.000,00, conforme faculta o inciso I do art. 6º da IN TCU 71/2012.

O primeiro caso se refere ao desaparecimento de um Projetor Tipo Data Show, Sanyo, modelo PLC-XU48 (Patrimônio n. 000231). O processo interno concluiu pela inviabilidade de substituição do equipamento e do ressarcimento do seu valor, tendo em vista a ausência de culpabilidade imputável ao servidor responsável pelo bem (Processo n. 04983/2015). Ressalte-se que os valores do bem constantes do Termo de Baixa n. 2015000051, emitido na época em que houve a decisão no processo de apuração, eram os seguintes: a) Valor de aquisição: R\$ 4.901,81; b) Valor depreciado: R\$ 3.459,07; c) Valor líquido: R\$ 1.442,74.

O segundo caso se refere ao desaparecimento de uma cadeira fixa em plástico (Patrimônio n. 013286). Em relação a este fato, a servidora responsável pelo bem arcou com o ressarcimento ao erário do valor de R\$ 2,94, conforme consta do Processo SIGA-DOC n. CNJ-ADM-2015/00796. Cabe ressaltar que o referido bem foi doado pelo Tribunal de Contas da União, assim quando do seu registro no sistema de patrimônio do CNJ foi considerado o seu valor líquido naquele momento, já considerando a depreciação apurada pelo TCU. Desse modo os valores do referido patrimônio constantes do Termo de Baixa n. 2015000010, emitido na época do ressarcimento, são os seguintes: a) Valor de aquisição: R\$ 4,11; b) Valor depreciado: R\$ 1,20; c) Valor líquido: R\$ 2,91.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/93

No âmbito do CNJ é observada a ordem cronológica de pagamento estabelecida no art. 5º, caput, da Lei nº 8.666/93. Os fluxos de cada tipo de processos de pagamento estão mapeados, desde o recebimento dos documentos de cobrança e documentação acessória até o momento do pagamento, sendo consideradas as fases necessárias para

liquidação de despesa e respeitando a complexidade dos diferentes tipos de objetos contratados.

Ainda, com base no parágrafo 3º do art. 5º da Lei n 8.666/93, também é observado o prazo reduzido – 5 dias úteis – para pagamento de despesas que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 (R\$ 8.000,00).

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Em 22 de agosto de 2014 foi instituída, por meio da Portaria CNJ-POR-2014/00101, comissão para identificação dos contratos passíveis de serem revisados em decorrência da desoneração da folha de pagamento – Plano Brasil Maior – bem como dos valores estimados a serem recuperados, com vistas à definição de parâmetros para revisão dos contratos de TI e TIC sem planilha de custos.

A referida Comissão realizou reuniões para definição do plano de trabalho. Todavia, chegou ao conhecimento desta Comissão a decisão proferida nos autos do Processo TC 013.515/2013-6, em que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão TCU nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro. Diante desse cenário, e considerando as implicações que poderiam advir do pedido de reexame dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013, foi sugerido à Diretoria-Geral a suspensão dos trabalhos da citada Comissão, até o exame final da matéria pela Corte de Contas. A Suspensão foi declarada por meio de Despacho exarado pelo Diretor-Geral.

Importante ressaltar que foi realizado o ressarcimento de R\$ 639.661,23 (seiscentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos), pagos a maior, a título de elisão do dano, em relação ao Contrato nº 24/2010, já encerrado, cujo objeto era Prestação de serviços de manutenção preventiva e adaptativa e suporte técnico em softwares, celebrado com a empresa Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial LTDA.

Em relação ao Contrato nº 49/2011, também celebrado com a empresa Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial LTDA, ainda vigente, está sendo realizado o ressarcimento de R\$ 1.468.819,70 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e dezenove reais e setenta centavos), valor esse que provavelmente será quitado no mês de março de 2016.

ANEXOS

ANEXO I – Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - OFSS

EMISSÃO 15/01/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	2.391.568,74		Despesas Orçamentárias	150.083.580,90	-
Ordinárias	2.391.590,32		Ordinárias	149.854.080,90	-
Vinculadas	-		Vinculadas	229.500,00	-
Educação			Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito			Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações			Doações	229.500,00	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos			Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-21,58				-
Transferências Financeiras Recebidas	162.787.117,35		Transferências Financeiras Concedidas	3.541.969,28	-
Resultantes da Execução Orçamentária	162.731.743,77		Resultantes da Execução Orçamentária	1.150.378,96	-
Cota Recebida	162.731.743,77		Cota Concedida		-
Repasse Recebido			Repasse Concedido	1.150.378,96	-
Sub-repasse Recebido			Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	55.373,58		Independentes da Execução Orçamentária	2.391.590,32	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	55.352,00		Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	21,58		Movimento de Saldos Patrimoniais	2.391.590,32	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	49.074.670,93		Despesas Extraorçamentárias	45.684.340,39	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	107.090,35		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	453.056,67	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	48.950.027,38		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	45.223.062,67	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.441,05		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.221,05	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.112,15		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - OFSS

EMISSÃO 15/01/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	10.112,15				
Saldo do Exercício Anterior	139.143.830,96		- Saldo para o Exercício Seguinte	154.087.297,41	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	139.143.830,96		- Caixa e Equivalentes de Caixa	154.087.297,41	-
TOTAL	353.397.187,98		- TOTAL	353.397.187,98	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/01/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	229.500,00	229.500,00	2.391.568,74	2.162.068,74
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	229.500,00	229.500,00	-	-229.500,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	229.500,00	229.500,00	-	-229.500,00
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	2.391.568,74	2.391.568,74
Multas e Juros de Mora	-	-	293.837,60	293.837,60
Indenizações e Restituições	-	-	2.096.609,08	2.096.609,08
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	1.122,06	1.122,06
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/01/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	229.500,00	229.500,00	2.391.568,74	2.162.068,74
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	229.500,00	229.500,00	2.391.568,74	2.162.068,74
DÉFICIT			147.692.012,16	147.692.012,16
TOTAL	229.500,00	229.500,00	150.083.580,90	149.854.080,90
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	20.261.478,00	20.261.478,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	20.261.478,00	20.261.478,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/01/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	187.450.190,00	185.407.150,00	113.445.354,17	99.989.335,93	99.882.810,17	71.961.795,83
Pessoal e Encargos Sociais	60.189.424,00	56.801.424,00	51.242.027,17	49.134.254,97	49.134.254,97	5.559.396,83
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	127.260.766,00	128.605.726,00	62.203.327,00	50.855.080,96	50.748.555,20	66.402.399,00
DESPESAS DE CAPITAL	97.910.175,00	97.910.175,00	36.638.226,73	1.144.217,59	1.143.653,00	61.271.948,27
Investimentos	97.910.175,00	97.910.175,00	36.638.226,73	1.144.217,59	1.143.653,00	61.271.948,27
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	285.360.365,00	283.317.325,00	150.083.580,90	101.133.553,52	101.026.463,17	133.233.744,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	285.360.365,00	283.317.325,00	150.083.580,90	101.133.553,52	101.026.463,17	133.233.744,10
TOTAL	285.360.365,00	283.317.325,00	150.083.580,90	101.133.553,52	101.026.463,17	133.233.744,10

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.085.602,13	12.549.304,49	7.000.762,06	6.937.049,01	4.941.564,42	1.756.293,19
Pessoal e Encargos Sociais	285.318,53	1.903.463,83	411.551,05	411.551,05	615.318,53	1.161.912,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	800.283,60	10.645.840,66	6.589.211,01	6.525.497,96	4.326.245,89	594.380,41
DESPESAS DE CAPITAL	2.546.383,95	37.210.265,90	39.144.190,84	38.286.013,66	410.576,86	1.060.059,33
Investimentos	2.546.383,95	37.210.265,90	39.144.190,84	38.286.013,66	410.576,86	1.060.059,33
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.631.986,08	49.759.570,39	46.144.952,90	45.223.062,67	5.352.141,28	2.816.352,52

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	351.741,10	52.673,74	45.612,45	-	358.802,39
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/01/2016

PÁGINA 4

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	351.741,10	52.673,74	45.612,45	-	358.802,39
DESPESAS DE CAPITAL	-	415.744,22	407.444,22	-	8.300,00
Investimentos	-	415.744,22	407.444,22	-	8.300,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	351.741,10	468.417,96	453.056,67	-	367.102,39



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/01/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	16.151.327,57	-			
Bens Imóveis	16.196.932,72	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-45.605,15	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	13.042.686,78	-			
Softwares	13.042.686,78	-			
Softwares	13.042.686,78	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	202.233.372,72	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	202.233.372,72	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	154.087.297,41	-	PASSIVO FINANCEIRO	179.264.286,30	-
ATIVO PERMANENTE	48.146.075,31	-	PASSIVO PERMANENTE	238.560,45	-
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	22.730.525,97	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.959.138,37	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	169.767.337,28	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.959.138,37	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	169.767.337,28	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	6.959.138,37	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	169.767.337,28	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	6.959.138,37	-	TOTAL	169.767.337,28	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/01/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-26.135.775,47
Recursos Vinculados	958.786,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	958.786,58
TOTAL	-25.176.988,89



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	270.616.230,01	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	162.814.690,46	-
Transferências Intragovernamentais	162.787.117,35	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	27.573,11	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	73.171.623,66	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.807.735,11	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	69.363.888,55	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	34.629.915,89	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	34.629.915,89	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	270.616.230,01	-
Pessoal e Encargos	54.415.337,27	-
Remuneração a Pessoal	42.054.831,31	-
Encargos Patronais	6.378.932,20	-
Benefícios a Pessoal	5.171.626,34	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	809.947,42	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.060,98	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.060,98	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.684.311,04	-
Uso de Material de Consumo	747.551,26	-
Serviços	45.354.492,75	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.582.267,03	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	39.024.036,90	-
Transferências Intragovernamentais	3.541.969,28	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	35.482.067,62	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	127.055.955,61	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	40.570,28	-
Incorporação de Passivos	127.013.601,51	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	1.783,82	-
Tributárias	76.387,36	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	56.889,13	-
Contribuições	19.498,23	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	353.140,85	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	353.140,85	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

ANEXO II – Principais sistemas de informação do CNJ

Nome do Sistema	SEI - Sistema Eletrônico de Informações.
Descrição	Prover ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instrumento tecnológico capaz de implementar gestão eletrônica de processos administrativos e de expedientes, bem como proporcionar melhores condições para a execução dos atos praticados.
Objetivo	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos no CNJ.
Principais funcionalidades	Autuação/tramitação de processos administrativos/expedientes.
Responsável Técnico	Leonardo Rosa.
Responsável Negocial	Comitê gestor do sistema.
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	Banco de Talentos.
Descrição	Manter as informações cadastrais dos currículos dos servidores do CNJ, assim como mapear os talentos dos servidores do CNJ, de modo a facilitar o acesso às informações referentes ao seu desenvolvimento.
Objetivo	Tornar possível otimizar os processos de lotação, capacitação, movimentação de pessoal e cálculo do adicional de qualificação.
Principais funcionalidades	Cadastrar interesse de lotação, currículo, cursos, etc.
Responsável Técnico	Rafael Spotto.
Responsável Negocial	SEGED - Seção de Seleção e Gestão de Desempenho.
Criticidade	Média.

Nome do Sistema	SGPT - Sistema de gestão de postos de trabalho.
Descrição	Sistema de gestão de postos de trabalho.
Objetivo	Permitir aos Gestores de contratos o controle de ocupação do posto, auxiliando o faturamento dos contratos com postos de trabalho.
Principais funcionalidades	Manter contrato, substituições, substituto externo.
Responsável Técnico	Rafael Spotto.
Responsável Negocial	SEGER – Seção de Serviços Gerais.
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	RPT – Registro de Posto de Trabalho.
Descrição	Registrar a ocupação dos postos de trabalho para fins de faturamento dos contratos.
Objetivo	Registrar o horário em que o posto de trabalho esteve ocupado.
Principais funcionalidades	Registro de entrada e de saída do colaborador vinculado a um determinado posto de trabalho.

Responsável Técnico	Rafael Spotto.
Responsável Negocial	SEGER – Seção de Serviços Gerais.
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	SRPD - Sistema de requisição de passagens e diárias.
Descrição	Sistema de requisição de passagens e diárias.
Objetivo	Automatizar o processo de viagens no CNJ, desde a requisição ao pagamento.
Principais funcionalidades	Cadastrar, pesquisar requisições de passagens e diárias.
Responsável Técnico	Rafael Spotto.
Responsável Negocial	SEPAD - Seção de Passagens e Diárias.
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	CNA - Cadastro Nacional de Adoção.
Descrição	Sistema de Cadastro nacional de Adoção.
Objetivo	Sistema que controla as adoções no Brasil. Possui o cadastro das crianças disponíveis para adoção e os pretendentes que desejam adotar.
Principais funcionalidades	- Cadastro de Crianças; - Cadastro de Pretendentes; - Busca por perfil; - Realizar Adoção.
Benefícios	Simplificação no cadastra de crianças e pretendentes, como também uma melhora significativa no mecanismo de cruzamento das informações, melhorando o processo de adoção no país.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Raphael Augusto Souza de Melo.
Responsável Negocial	Osvaldo Marcolino Alves Filho (Corregedoria).
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	Videoconferência.
Descrição	Sistema que possibilita a realização de Videoconferência de forma simples e ágil.
Objetivo	Sistema para a realização de videoconferência, necessitando apenas Webcam e acesso à internet.
Principais funcionalidades	- Criação de Sala; - Envio de E-mail; - Videoconferência.
Benefícios	Espera-se facilitar o trabalho dos Juízes, possibilitando que ele realize diversos procedimentos, audiências, oitivas entre outros, por meio de videoconferência.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Raphael Augusto Souza de Melo.
Responsável Negocial	Bráulio Gabriel Gusmão (Secretária Geral).

Criticidade	Alta.
--------------------	-------

Nome do Sistema	Gravação de Audiência.
Descrição	Provimento ao judiciário de instrumento tecnológico capaz de realizar gravações das audiências realizadas por juízes.
Objetivo	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.
Principais funcionalidades	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de Audiência; - Gravação de Audiência; - Upload da gravação; - Sincronização de Pauta.
Benefícios	A possibilidade de se gravar as audiências trará agilidade ao judiciário, como também dará maior visibilidade às audiências.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Raphael Augusto Souza de Melo.
Responsável Negocial	Bráulio Gabriel Gusmão (Secretária Geral).
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	e-Conciliação (Sistema Nacional de Mediadores Judiciais).
Descrição	Sistema que realiza mediações em conflitos entre consumidores e os maiores bancos do país.
Objetivo	O sistema visa resolver conflitos de forma reduzir a necessidade de ingresso de ações no Judiciário, diminuindo a quantidade de processos.
Principais funcionalidades	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de demandas de mediação; - Funcionalidade de mensagens; - Homologação da minuta de acordo; - Cadastro de Empresa e negociador.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Vanderli de Mariz Gomes.
Responsável Negocial	Andre Gomma de Azevedo (Secretária Geral).
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	Cadastro Nacional de Mediações Judiciais.
Descrição	Sistema para se cadastrar e controlar as mediações que ocorrem nos tribunais. O sistema irá indicar e avaliar os mediadores.
Objetivo	Realizar indicação dos mediadores via sistema, evitando erros e promovendo uma melhor avaliação dos mesmos.
Principais funcionalidades	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de Mediador, Câmara Privada e Conciliador; - Cadastramento de Mediação; - Avaliação dos mediadores;
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Vanderli de Mariz Gomes.
Responsável Negocial	Andre Gomma de Azevedo (Secretária Geral).
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	Acompanhamento de Processos Disciplinares.
------------------------	---

Descrição	Sistema para realização do acompanhamento de processos disciplinares.
Objetivo	Em substituição ao sistema CADICOR, visa permitir o recebimento de dados de PADs e respectivo tratamento dos processos contra Magistrados.
Principais funcionalidades	- Cadastro de PAD; - Tramitação de PAD; - Mecanismo de avisos de prazo; - Envio de documentos.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Raphael Augusto Souza de Melo.
Responsável Negocial	Alecia de Almeida Paiva (Corregedoria).
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	Integração do módulo de produtividade mensal do Justiça em Números.
Descrição	Sistema que possibilita a integração do Justiça Aberta com o Justiça em Números.
Objetivo	Maior facilidade para os tribunais informarem os indicadores solicitados pelo CNJ.
Principais funcionalidades	- Cadastro e sincronização dos indicadores do Justiça Aberta; - Validação de arquivos enviados.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Raphael Augusto Souza de Melo.
Responsável Negocial	Gabriela Moreira de Azevedo Soares (Corregedoria).
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	Mapa de Implantação do PJe.
Descrição	Elaboração de um mapa informando os dados relativos a implantação do PJe no país.
Objetivo	Verificar a implantação do PJe nos tribunais, saber a quantidade de processos, versões etc.
Principais funcionalidades	- Importação das Informações; - Mapa de informação; - Gráficos.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Raphael Augusto Souza de Melo.
Responsável Negocial	Bráulio Gabriel Gusmão (Secretária Geral).
Criticidade	Média.

Nome do Sistema	Sistema de Audiência de Custódia.
Descrição	Sistema para cadastrar as audiências de custódia.
Objetivo	Possibilitar e controlar as audiências de custódias realizadas no judiciário.
Principais funcionalidades	- Cadastro de Audiência. - Cadastro de Autuado.
Benefícios	Possibilitar e controlar as audiências de custódias realizadas no judiciário.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Raphael Augusto Souza de Melo.

Responsável Negocial	Luis Geraldo Santana Lanfredi (Departamento de Monitoramento e Fiscalização).
Criticidade	Alta.

Nome do Sistema	Nova versão do Portal.
Descrição	Alteração na estrutura e layout do Portal.
Objetivo	Modernizar o Portal do CNJ.
Responsável Técnico	Alex Ribeiro de Oliveira / Marcos Paulo Santos Pinto.
Responsável Negocial	Giselly Siqueira (Secretaria de Comunicação Social).
Criticidade	Baixa.

Nome do Sistema:	Escritório Digital
Descrição:	O Escritório Digital do Processo Eletrônico é um software desenvolvido pelo CNJ para integrar os sistemas processuais dos tribunais brasileiros e permitir ao usuário centralizar em um único endereço eletrônico a tramitação dos processos de seu interesse no Judiciário.
Objetivo:	Melhorar o acesso ao Judiciário para os operadores de Direito e para os cidadãos em geral, provendo uma interface única de acesso aos inúmeros sistemas processuais eletrônicos.
Principais funcionalidades:	Recebimento de comunicações processuais (intimações, citações), visualização de dados processuais e peticionamento.
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges
Responsável Negocial	Secretaria Geral, Dr. Bráulio e Comissão OAB
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	Sistema de Consulta ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)
Descrição:	Sistema que permite a consulta aos mandados de prisão, de caráter criminal, expedidos em território nacional. É um instrumento regulamentador da Resolução 137 de 13 de Julho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça.
Objetivo:	Garantir a eficácia da execução dos mandados de prisão em todo o território nacional, sem a necessidade da expedição de cartas precatórias, efeito garantido pelo Art. 289-A do Código de Processo Penal.
Principais funcionalidades:	Consulta da situação dos mandados de prisão, restrita a consulta apenas aos mandados em situação “aguardando cumprimento” para usuários não autenticados. Controle de acesso para que se possa acessar os dados de mandados de prisão cumpridos, revogados ou cujo prazo de vigência tenha expirado.
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges e Leonardo da Silva Borges
Responsável Negocial	Secretaria Geral e DMF
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	Web Service do BNMP (MPWS)
Descrição:	Sistema que permite o registro e a consulta aos mandados de prisão, de caráter criminal, expedidos em território nacional. É um instrumento regulamentador da Resolução 137 de 13 de Julho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça.
Objetivo:	Garantir a comunicação dos mandados de prisão em todo o território nacional, criando uma base de dados centralizada, e eliminando a necessidade de expedição de precatórias exclusivamente para mandados de prisão. Esse efeito foi garantido pelo Art. 289-A do Código de Processo Penal.
Principais funcionalidades:	Envio de mandados de prisão pelos Tribunais, e consulta da situação dos mandados de prisão
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges e Leonardo da Silva Borges
Responsável Negocial	Secretaria Geral e DMF
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	Infojuris
Descrição:	Permite o registro e a consulta às decisões do Conselho Nacional de Justiça.
Objetivo:	Garantir que todas as decisões do Conselho Nacional de Justiça estejam consolidadas num sistema que tenha a capacidade de realizar busca flexíveis.
Principais funcionalidades:	Consulta à jurisprudência do CNJ através de um mecanismo flexível que permite a utilização de operadores de busca, nos moldes do sistema utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça.
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges
Responsável Negocial	Secretaria Geral, Secretaria Processual e Seção de Jurisprudência
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	NURER (Sistema de Automação para os Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos)
Descrição:	Sistema que serve como base de dados unificada sobre a situação da tramitação dos Recursos Extraordinários de Repercussão Geral e os Recursos Especiais Repetitivos.
Objetivo:	Facilitar o acesso às informações sobre o trâmite dos Recursos de Repercussão Geral e Repetitivos, uma vez que os mesmos possuem capacidade de intervir nas decisões de outros processos em todas as instâncias. Servir como informação sobre a necessidade de sobrestamento de outros eventuais recursos que lidem com questão idêntica nas instâncias inferiores.
Principais funcionalidades:	Consulta a informações sobre temas de repercussão geral e recursos repetitivos, e possibilidade dos próprios tribunais superiores (STF e STJ) informarem sobre o andamento dos temas, bem como permitir que as instâncias inferiores informem sobre os processos seus que tiveram o andamento sobrestado devido ao andamento desses recursos de repercussão geral e repetitivos.
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges
Responsável Negocial	Secretaria Geral
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	Malote Digital
Descrição:	Sistema que funciona como meio de transferência de documentos e outros tipos de informações entre tribunais.
Objetivo:	Facilitar a comunicação de atos judiciais e administrativos entre tribunais, tornando mais ágeis, rápidos e econômicos todos os procedimentos que envolvem comunicação com outras instâncias e tribunais.
Principais funcionalidades:	Envio e recebimento de documentos; pesquisa de documentos recebidos e enviados; uso de certificado digital; setorização de unidades (criação de Unidades Organizacionais), de modo a facilitar a segmentação e estruturação nos envios e recebimentos.
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges e Fernando Pinheiro Gomes
Responsável Negocial	Secretaria Geral
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	Replicação Nacional (Justiça em Números)
Descrição:	Sistema que permite agregar informações sobre o andamento processual de todas os órgãos do Judiciário brasileiro.
Objetivo:	Permitir a geração de relatórios sobre o andamento processual nos órgãos do Judiciário, garantindo a elaboração de indicadores que permitam servir como ferramenta de apoio às decisões de gestão de todo o Judiciário, facilitando diretamente o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ.
Principais funcionalidades:	Recebimento de informações processuais; extração, agregação e consolidação de dados processuais
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges
Responsável Negocial	Departamento de Pesquisas Judiciárias
Criticidade	Média

Nome do Sistema:	Sistemas Mutirão Carcerário, Mutirão Infância e Juventude e Cidadania nos Presídios
Descrição:	Sistema usado pelas equipes durante a realização dos mutirões carcerários e da infância e juventude, sendo possível fazer acompanhamento das guias de internação provisória e definitiva, garantindo a celeridade e segurança do processo.
Objetivo:	Permitir realizar um acompanhamento, durante a realização dos mutirões nos presídios e casas de internação, sobre o andamento das guias de internação, permitindo aos atores do sistema (advogados, promotores/procuradores, juízes e defensores públicos) um acompanhamento mais rápido do andamento dessas demandas.
Principais funcionalidades:	Cadastro de processos e guias de internação; pesquisas de pessoas presas ou internadas; elaboração de relatórios; gestão documental
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges
Responsável Negocial	DMF
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	Ouvidoria
Descrição:	Sistema que recebe demandas de cidadãos a respeito de questões envolvendo o Poder Judiciário nacional (demandas judiciais, reclamações contra membros e servidores, etc).
Objetivo:	Permitir receber demandas de todo o Brasil, bem como garantir o acompanhamento das respostas ao usuário final, e também certificar-se de todo o processo de encaminhamento e resposta das demandas.
Principais funcionalidades:	Recebimento de relatos (demandas); distribuição do relato para o atendente; encaminhamento para o setor responsável pela resposta; encaminhamento para órgãos externos ao Judiciário (i.e., Presidência da República, Senado Federal, etc.); resposta ao cidadão.
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges
Responsável Negocial	Seção de Ouvidoria
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	Diário de Justiça Eletrônico
Descrição:	Sistema que permite divulgação dos atos, decisões e comunicações aos jurisdicionados do CNJ.
Objetivo:	Comunicação dos atos processuais do CNJ aos cidadãos
Principais funcionalidades:	Publicação de notícias; geração do diário eletrônico; geração de cópia com assinatura digital.
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges
Responsável Negocial	Secretaria Processual
Criticidade	Alta

Nome do Sistema:	Resolução 102 (SIAFI-JUD)
Descrição:	Sistema que permite o recebimento de dados sobre folhas de pagamentos, planejamento e execução orçamentária do Judiciário nacional.
Objetivo:	Servir como meio de garantir transparência sobre os gastos do Judiciário
Principais funcionalidades:	Envio de dados através de formulário próprio; elaboração de relatórios
Responsável Técnico	Rosfran Lins Borges
Responsável Negocial	Departamento de Acompanhamento Orçamentário
Criticidade	Baixa

ANEXO III – Projetos de TI desenvolvidos no período

Nome do Projeto/Ação:	Aprimoramento do parque tecnológico dos Tribunais de Justiça.
------------------------------	--

Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 13. Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais; Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Modernização do ambiente de microinformática (desktops e monitores de vídeo) e da infraestrutura de processamento e de armazenamento de dados (equipamentos servidores e storages) dos tribunais de justiça. Esta ação visa o nivelamento tecnológico do parque computacional da Justiça Estadual e tem impacto direto no aumento da capacidade de processamento e armazenamento de dados, tanto para os usuários internos como externos.
Benefícios:	Espera-se que os recursos proporcionem maior facilidade, disponibilidade e agilidade na utilização dos serviços e sistemas pelo público alvo dos TJ's. A ação também permitirá a implementação de serviços ora reprimidos pela defasagem tecnológica do parque computacional de alguns tribunais, contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional.
Projetos e Ações futuros:	-Atualização tecnológica dos recursos de comunicação de dados e de videoconferência dos TJ's; -Incremento da solução voltada para a aceleração do tráfego de dados entre as comarcas e as desdes dos TJ's (aceleradores WAN); -Aquisição de solução de gravação de audiências para os TJ's;

Nome do Projeto/Ação:	Disponibilização do sistema PJe em nuvem privada para Tribunais de Justiça Estaduais.
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 13. Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais; Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Criação e disponibilização de ambiente computacional em nuvem privada (cloud computing) para suportar o sistema PJe de Tribunais de Justiça de pequeno porte;
Benefícios:	Espera-se que a disponibilização deste recurso alavanque a implementação do PJe em Tribunais de Justiça que, por questões de limitações humanas ou tecnológicas, tenham dificuldades na implementação do sistema. O modelo também permite a otimização dos recursos com consequente redução de custos para o Judiciário. Também se vislumbra maior facilidade na manutenção do sistema, que será realizada de forma centralizada por técnicos do próprio CNJ.
Projetos e Ações futuros:	-Aquisição de solução de análise de vulnerabilidades do sistema PJe.

Nome do Projeto/Ação:	Escritório Digital
Responsável (is):	Secretaria-Geral (SG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário. Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça; Objetivo 5. Promover a cidadania; Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões;
Descrição:	Sistema que provê uma interface de alto nível para usuários finais dos sistemas processuais eletrônicos brasileiros, integrando-se via serviços web (web services) através do padrão MNI.
Benefícios:	O principal benefício é a facilidade de acesso aos órgãos do Judiciário, uma vez que a maior parte dos tribunais possui sistema processual eletrônico capaz de implementar o MNI.
Projetos e Ações futuros:	Deverá contemplar os outros papéis e perfis de acesso, como os de procurador e mesmo os cidadãos em geral. Também envolverá um grande trabalho de migração para a versão 3.0.0 do MNI. Principalmente em decorrência disso, também haverá esforço substancial em garantir integração com os demais tribunais brasileiros.

Nome do Projeto/Ação:	Implantação do PJe nos Tribunais
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário. Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça; Objetivo 5. Promover a cidadania;

	Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões;
Descrição/ Benefícios:	<p>Trata-se de medida cujo objetivo é o provimento aos tribunais de instrumento tecnológico capaz de agilizar os trâmites judiciais e proporcionar maior segurança dos atos praticados. Em 2015, expandiu-se o uso e deu-se o início à implantação do sistema PJe em 17 tribunais estaduais, onde já tramitam 1.240.000 feitos em 1156 unidades judiciárias. Em comparação ao ano anterior, tais números representam aumento de 275% em relação ao número de feitos distribuídos e de 156% em relação à quantidade de unidades judiciárias implantadas.</p> <p>Na Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região prosseguiu à ampliação de uso do sistema, e os Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Região realizaram a implantação do sistema no ano de 2015. Nessa esfera já tramitam 165.000 processos eletrônicos.</p> <p>Na Justiça do Trabalho tramitam no PJe 5.200.000 processos em 1.390 unidades judiciárias.</p> <p>Na Justiça Eleitoral foi implantando o sistema no Tribunal Superior Eleitoral em agosto de 2015. Todas as implantações do PJe no ano de 2015 contaram com o apoio presencial de técnicos do quadro de Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ, bem como dos Tribunais.</p> <p>Assim, espera-se a maximização da celeridade dos julgamentos realizados pelos Tribunais e o fortalecimento do programa de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) no Poder Judiciário, proporcionando resultados mais positivos para os jurisdicionados.</p>
Projetos e Ações futuros:	Implantação do PJe no Supremo Tribunal Federal, e continuidade do processo de implantação e expansão do sistema nos demais Tribunais.

Nome do Projeto/Ação:	Desenvolvimento do PJe
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	<p>Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.</p> <p>Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça;</p> <p>Objetivo 5. Promover a cidadania;</p> <p>Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões;</p>
Descrição/ Benefícios:	<p>Em 2015 foram disponibilizadas duas grandes versões do PJe, conforme abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.7.1 – Versão lançada em março/2015, cujo mote foi a criação do módulo de procuradorias e defensorias. Tal versão conta com o atendimento de 253 demandas abertas pelos Tribunais usuários do sistema. Após o lançamento da versão inicial foram lançados mais nove releases intermediários, contendo correções de problemas apontados pelos usuários. 1.7.2 – Versão lançada em outubro/2015, cujo mote foi a criação do módulo de 2º Grau. Tal versão conta com o atendimento de 249 demandas abertas pelos Tribunais usuários do sistema. Após o lançamento da versão inicial foi lançado mais um release intermediário, contendo correções de problemas apontados pelos usuários. <p>Além das versões da família 1.x, está finalizada a arquitetura da versão 2.0 do sistema, que conta com diversas melhorias de usabilidade e revisão de interface, além de um novo assinador digital. Internamente, o sistema passou por um processo de atualização tecnológica visando sua adequação aos padrões praticados atualmente em sistemas de grande volume de dados e acessos.</p>
Projetos e Ações futuros:	Entrega da versão 2.0 aos Tribunais e novos releases conforme priorização de demandas por parte dos Tribunais

Nome do Projeto/Ação:	Treinamentos PJe
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	<p>Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.</p> <p>Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça;</p> <p>Objetivo 5. Promover a cidadania;</p> <p>Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões;</p>
Descrição/ Benefícios:	<p>O Conselho Nacional de Justiça proveu neste ano capacitação a todos os segmentos do Poder Judiciário em disciplinas relacionadas à TI no escopo do Processo Judicial Eletrônico, conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fluxos negociais no PJe; • Infraestrutura para implantação do sistema;

	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação na tecnologia AngularJs; • Workshop de acessibilidade e usabilidade.
Projetos e Ações futuros:	Continuidade da política de capacitação acerca do PJe no Poder Judiciário

Nome do Projeto/Ação:	Sistema de Consulta ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)
Responsável (is):	Secretaria-Geral (SG), Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	<p>Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.</p> <p>Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões;</p>
Descrição:	A camada de apresentação do sistema foi totalmente remodelada, criando-se um novo sistema utilizando-se o framework AngularJS, muito mais rápido e com recursos que garantem mais dinamicidade e utilização eficiente dos recursos do navegador. A mudança era premente, dados os constantes problemas de desempenho de acesso, que foram resolvidos também pela atualização da biblioteca de indexação e pesquisa, o que garantiu um ganho de, teoricamente, uns 400% no tempo de resposta.
Benefícios:	Melhoria nos tempos de resposta aos usuários, grande parte deles policiais, incluindo as Polícias Federal e Rodoviária Federal, que trabalham em áreas de fronteira e não possuem conexão à Internet com bom desempenho
Projetos e Ações futuros:	Criação de novas formas de denúncias e localização de foragidos criminais através de componentes no formulário, que incluam informações de geolocalização.

Nome do Projeto/Ação:	Web Service do BNMP (MPWS)
Responsável (is):	Secretaria-Geral (SG), Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	<p>Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.</p> <p>Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões;</p>
Descrição:	Uma vez que a base de dados do BNMP aumentou substancialmente, fazendo com que os procedimentos de manutenção demorassem de 2 a 3 dias, identificou-se a necessidade de mudanças na rotina de reindexação dos conteúdos dos mandados de prisão, de modo a tornar essa ação mais rápida. Com os ajustes promovidos, o procedimento que demorava de 2 a 3 dias passou a ser realizado em 1 hora e 30 minutos. Realizamos, também, a remoção de tabelas de log do sistema que armazenavam informações redundantes, gerando economia de 250 gigabytes de armazenamento, inclusive de backup. Efetuamos alterações nos mecanismos de suporte da solução, como a substituição do mecanismo de tolerância a falhas proposto pela infraestrutura, que causava problemas de inconsistência na base de dados, bem como realizamos a migração da aplicação para servidor de aplicação JBoss mais recente (EAP 6.4) Ressaltamos que foi desenvolvido um contrato separado de serviços web de interesse dos órgãos policiais, como uma operação para informar sobre abordagens realizadas.
Benefícios:	Melhoria no desempenho na execução dos procedimentos rotineiros de manutenção da base de índices de pesquisa, bem como melhoria do próprio desempenho da pesquisa. As rotinas de envio de mandados de prisão também ficaram mais seguras, com a separação de papéis e criação de fachadas específicas de serviços para cada um dos grupos de interessados.
Projetos e Ações futuros:	Desenvolver novos métodos de interação com os tribunais, além de desenvolver uma API mais aberta, de modo a facilitar integração com outras aplicações

Nome do Projeto/Ação:	Infojuris
Responsável (is):	Secretaria Processual, Secretaria Geral e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.

	Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação; Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça; Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões;
Descrição:	O sistema de pesquisa na base de jurisprudência do CNJ foi acoplado ao PJe, permitindo que as decisões (votos e acórdãos) que constam na base do PJe pudessem ser referenciados pelo sistema de pesquisa jurisprudencial
Benefícios:	Acesso facilitado às informações de caráter público, como as decisões colegiadas, acórdãos e votos.
Projetos e Ações futuros:	Desenvolvimento de um sistema novo e remodelado para uma pesquisa jurisprudencial nacional. Possivelmente, uma próxima versão do Infojuris teria também um certo grau de acoplamento com a ferramenta de Pesquisa nos Diários De Justiça Brasileiros.

Nome do Projeto/Ação:	NURER (Sistema de Automação para os Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos)
Responsável (is):	Departamento de Pesquisa Judiciária (DPJ) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário. Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões; Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Tendo por objetivo centralizar os temas de repercussão geral e recursos repetitivos, bem como os processos suspensos associados, esse sistema foi simplificado de modo a facilitar o acesso por parte dos tribunais de segundo grau, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Muitas rotinas de aceite e disponibilização das informações foram adaptadas, objetivando retornar informações de maior interesse para os tribunais e jurisdicionados. Houve também melhorias nas rotinas de segurança, com a criação de contratos de serviço web (WSDLs) diferenciados para cada um dos papéis de usuários. Além disso, foram desenvolvidos manuais para que os grupos de desenvolvedores nos tribunais pudessem desenvolver mais rapidamente suas soluções de integração.
Benefícios:	A principal vantagem de instrumentos como os recursos repetitivos e extraordinários é auxiliar na uniformização dos julgados através da aplicação da mesma tese ou entendimento jurídico a vários casos concretos, aumentando a segurança jurídica.
Projetos e Ações futuros:	Conforme previsto no Novo CPC, os recursos especiais e extraordinários, que são catalogados e registrados atualmente no sistema NURER, sofrerão uma alteração que permitirá que os mesmos tenham um grau ainda maior de amplitude. Não serão apenas recursos, mas surgirão também outras figuras processuais, como o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (art. 979 da Lei 13.105 de 2015), que pode ser manejado de ofício pelo juiz e demandará grandes mudanças no sistema NURER

Nome do Projeto/Ação:	Aprimoramento do Sistema de Malote Digital.
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário. Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões; Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	<p>O Sistema Malote Digital deverá ser remodelado em 2016, uma vez que é um sistema essencial, construído em cima de bibliotecas legadas, difíceis de manter, com possibilidade de ocorrência de indisponibilidade e sujeição a falhas de segurança. Sendo o Malote Digital um barramento para troca de documentos importantes e um dos sistemas com maior grau de cobertura (usado por praticamente todos os tribunais da Justiça brasileira), torna-se fundamental redesenhá-lo em cima de bases sólidas, com uma arquitetura de software que contemple requisitos de segurança, alta disponibilidade, garantia de entrega, etc.</p> <p>A reformulação da versão atual enseja melhorar sua arquitetura, incluir novas funcionalidades, solicitadas pelos Tribunais, e diminuir a quantidade de manutenções da versão antiga.</p>
Benefícios:	Espera-se que o sistema reformulado facilite as tarefas do dia a dia dos usuários, viabilize a integrações a outros sistemas existentes e maximize o intercâmbio eficiente de expedientes. Espera-se, ainda, a redução dos atendimentos referentes às manutenções corretivas do sistema.
Projetos e Ações futuros:	Permitir que o sistema Malote Digital seja um barramento de serviços, permitindo que os tribunais, bem como outros órgãos públicos, possam se integrar ao mesmo para o envio e recebimento de documentos. Dessa forma, pretende-se que o sistema Malote Digital se transforme

	no mecanismo padrão para envio e recebimento de documentos, extensível a todas as outras soluções existentes.
--	---

Nome do Projeto/Ação:	Base de Diários de Justiça dos Tribunais Brasileiros
Responsável (is):	Secretaria Geral (SG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário. Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões; Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Conforme previsto no Novo CPC (art. 257, inc. II), é necessário que o CNJ desenvolva solução para centralizar as publicações dos diários de justiça brasileiros (chamado de Plataforma de Editais). A proposta já foi iniciada para suportar funcionalidade do Escritório Digital e permitirá pesquisa nos Diários de Justiça, mas deveria tornar-se um projeto independente, dada a magnitude
Benefícios:	Facilidade para o usuário final de modo a permitir concentrar num único lugar o acesso a várias espécies de comunicações processuais.
Projetos e Ações futuros:	Há previsão de aprimoramentos futuros.

Nome do Projeto/Ação:	Justiça em Números (Replicação Nacional)
Responsável (is):	Departamento de Pesquisa Judiciária (DPJ) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões; Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Desenvolvimento de solução que centralize os dados sobre processos judiciais, eletrônicos ou não, de modo a permitir maior flexibilidade na geração de relatórios de interesse por parte do CNJ e especialmente do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ). A diferença dessa solução em relação a outras já desenvolvidas no CNJ é o fato de que essa solução garante a manutenção de uma base de dados de processos, separada e mantida de forma independente em relação à forma como os relatórios são gerados. A base é composta por dados básicos dos processos, lista de movimentos e documentos.
Benefícios:	O novo sistema deve permitir a fidedignidade maior em relação aos dados coletados, uma vez que o objetivo é manter dados brutos, e não relatórios consolidados, compostos por quantitativos. Os quantitativos, quando necessários, serão demandados e elaborados por equipe do DPJ, a partir de dados brutos vindos dos tribunais. Outro benefício é evitar que se tenha inúmeros sistemas para tratar necessidades diferentes, sendo que essas diferentes necessidades possuem em comum a mesma massa de dados processuais.
Projetos e Ações futuros:	O sistema Escritório Digital pode se beneficiar enormemente desse sistema, como por exemplo, poder descobrir em qual instância encontra-se determinado processo. Além disso, seria possível, a partir dessa base, desenvolver e disponibilizar para acesso público ferramenta de pesquisa a base de dados processuais, tal como outras soluções existentes.

Nome do Projeto/Ação:	Implantação do Sistema SEI
Responsável (is):	Diretoria-Geral (DG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.
Descrição:	Provimento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de instrumento tecnológico capaz de implementar gestão eletrônica de processos administrativos e de expedientes, bem como proporcionar melhores condições para a execução dos atos praticados.
Benefícios:	Espera-se a maximização da eficiência da Administração com a celeridade dos trabalhos realizados pelas diversas áreas do Conselho no que se refere aos processos e expedientes, bem como a preservação da memória da organização e redução de custos, além do fortalecimento do uso de melhores práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental.
Projetos e Ações futuros:	Estudo para que o CNJ torne órgão governante superior desse sistema, como hoje é o MPOG.

Nome do Projeto/Ação:	Aprimoramento do Sistema Banco de Talentos
Responsável (is):	Diretoria-Geral (DG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Criar um novo design mais atrativo para os usuários e inclusão de novas funcionalidades
Descrição:	Reformulação do Design do sistema e inclusão de novas funcionalidades como a Aba de Interesses.
Benefícios:	Espera-se a maior utilização do sistema Banco de Talentos para escolha de pessoas para realizar atividades no CNJ.
Projetos e Ações futuros:	Inclusão da funcionalidade para realizar Processo Seletivo Interno.

Nome do Projeto/Ação:	Cadastro Nacional de Adoção.
Responsável (is):	Corregedoria e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.
Descrição:	Nova versão do sistema CNA (Cadastro Nacional de Adoção)
Benefícios:	Simplificação no cadastramento de crianças e pretendentes, como também uma melhora significativa no mecanismo de cruzamento das informações, melhorando o processo de adoção no país.
Projetos e Ações futuros:	Não existem

Nome do Projeto/Ação:	Videoconferência.
Responsável (is):	Secretária-geral (SG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.
Descrição:	Sistema que possibilita a realização de Videoconferência de forma simples e ágil.
Benefícios:	Espera-se facilitar o trabalho dos Juízes, possibilitando a realização de diversos procedimentos como audiências, oitivas, entre outros por meio de videoconferência.
Projetos e Ações futuros:	Implantação do mecanismo de gravação

Nome do Projeto/Ação:	Gravação de Audiência.
Responsável (is):	Secretária-geral (SG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.
Descrição:	Provimento ao judiciário de instrumento tecnológico capaz de realizar gravações das audiências realizadas por juízes.
Benefícios:	A possibilidade de se gravar as audiências trará agilidade ao judiciário, como também dará maior visibilidade às audiências.
Projetos e Ações futuros:	Elaboração de um Portal para hospedar as gravações.

Nome do Projeto/Ação:	e-Conciliação (Sistema Nacional de Mediadores Judiciais)
Responsável (is):	Secretária-geral (SG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos nos órgãos do Judiciário.
Descrição:	Sistema que irá realizar mediações em conflitos entre consumidores e os maiores bancos do país
Benefícios:	É esperado que com o sistema vários conflitos possam ser resolvidos sem a necessidade de ir para o Judiciário, diminuindo a quantidade de processos.
Projetos e Ações	Não existem

futuros:	
-----------------	--

Nome do Projeto/Ação:	Cadastro Nacional de Mediações Judiciais
Responsável (is):	Secretária-geral (SG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Sistema para se cadastrar e controlar as mediações que ocorrem nos tribunais. O sistema irá indicar e avaliar os mediadores.
Benefícios:	Permitir o cadastro e controle das mediações que ocorrem nos tribunais, bem como possibilitar a indicação e avaliação dos mediadores.
Projetos e Ações futuros:	Não existem

Nome do Projeto/Ação:	Acompanhamento de Processos Disciplinares
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e Corregedoria
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões; Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Disponibilização de novo sistema, em substituição ao CADICOR, de forma a permitir o recebimento de dados de PADs e respectivo tratamento dos processos contra Magistrados.
Benefícios:	Espera-se que o novo sistema seja instrumento eficaz e que permita aos usuários as condições necessárias para a tomada de decisões
Projetos e Ações futuros:	Há previsão de aprimoramentos futuros.

Nome do Projeto/Ação:	Integração do módulo de produtividade mensal do Justiça em Números
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e Departamento de Pesquisas Judiciais (DPJ)
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Integração do Justiça Aberta com o Justiça em Números
Benefícios:	Possibilitar ampliar a abrangência das pesquisas publicadas pelo Justiça em Números.
Projetos e Ações futuros:	Há previsão de aprimoramentos futuros.

Nome do Projeto/Ação:	Mapa de Implantação do PJe
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça.
Descrição:	Elaboração de um mapa informando os dados relativos a implantação do PJe no país.
Benefícios:	Será possível verificar a implantação do PJe nos tribunais, saber a quantidade de processos, versões etc.
Projetos e Ações futuros:	Há previsão de aprimoramentos futuros

Nome do Projeto/Ação:	Sistema de Audiência de Custodia
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e DMF
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Sistema para cadastrar as audiências de custodia
Benefícios:	A apreciação mais adequada e apropriada da prisão que se impôs, considerando a presença física do autuado em flagrante, a garantia do contraditório e a prévia entrevista pelo juiz da pessoa presa. Permite que o juiz, o membro do ministério público e da defesa técnica conheçam de possíveis casos de tortura e tomem as providências. Previne o ciclo da violência e da criminalidade ao possibilitar ao juiz analisar se está diante da prisão de um criminoso ocasional ou daqueles

	envolvidos com facções penitenciárias.
Projetos e Ações futuros:	Há previsão de aprimoramentos futuros

Nome do Projeto/Ação:	Nova versão do Portal
Responsável (is):	Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Alteração na estrutura e layout do Portal.
Benefícios:	A página foi totalmente reformulada para permitir ao cidadão acessar de maneira mais fácil os conteúdos que procura.
Projetos e Ações futuros:	Há previsão de aprimoramentos futuros

Nome do Projeto/Ação:	Implantação do Sistema GEAFIN
Responsável (is):	Diretoria-Geral (DG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
Descrição:	Implantação do GEAFIN, sistema desenvolvido no TRF4 e integrado ao SEI, em substituição ao ASI-WEB, sistema adquirido através de licitação. Garantir o Controle Patrimonial e de Compras do CNJ
Benefícios:	Espera-se maior confiabilidade no uso do sistema, diminuição de custos ao CNJ, melhor utilização pelos usuários.
Projetos e Ações futuros:	Não existem.

Nome do Projeto/Ação:	Aprimoramento do Sistema Folha de Pagamento
Responsável (is):	Diretoria-Geral (DG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 6. Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.
Descrição:	Automatizar a emissão da Folha de Gratificação Natalina.
Benefícios:	Espera-se que o procedimento seja feito automaticamente. Criar uma nova funcionalidade para automatizar a emissão da Folha de Gratificação Natalina.
Projetos e Ações futuros:	Não existem.

Nome do Projeto/Ação:	Aprimoramento do Sistema de Requisição de Diárias e Passagens
Responsável (is):	Diretoria-Geral (DG) e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).
Objetivo Estratégico do PJ:	Objetivo 6. Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.
Descrição:	Módulo Solicitações permitirá aos usuários solicitar passagens e diárias diretamente no sistema SRPD.
Benefícios:	Melhor celeridade no processo de emissão de passagens e diárias.
Projetos e Ações futuros:	Avaliar a implantação do sistema SCPD do MPOG.